



Estratégia

CONCURSOS

Aula 02

Direito Constitucional p/ ABIN - Oficial de Inteligência (com videoaulas)

Professores: Ricardo Vale, Nádia Carolina

AULA 02 – DIREITO CONSTITUCIONAL

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Parte II)	1-106
2 - Lista de questões e gabarito	107-127

Olá, amigos do Estratégia Concursos, tudo bem?

Na aula anterior, nós demos início ao estudo dos direitos e deveres individuais e coletivos. Hoje, continuaremos a tratar desse tema que, como já dissemos, é um dos mais cobrados em prova.

Você verá que há muitos detalhes a serem memorizados, por isso é importante resolver todos os exercícios da lista! Não deixe, também, de assistir aos vídeos do professor Ricardo Vale, já disponíveis na sua área do aluno! Depois de ler nosso material, resolver as questões e assistir aos vídeos, não tem como não gabaritar a prova! 😊

Que tal começarmos nossos estudos?

Um grande abraço,

Nádia e Ricardo

nadia@estrategiaconcursos.com.br

ricardovale@estrategiaconcursos.com.br

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: o Art. 5º da Constituição Federal (PARTE II)

Nosso estudo começa do ponto em que paramos na aula passada. Nela, havíamos estudado o art. 5º, inciso I até o art. 5º, inciso XXXI.

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Ao inserir esse inciso no rol de direitos fundamentais, o constituinte destacou a **importância do direito do consumidor** para os cidadãos. Essa importância fica ainda mais evidente quando se verifica que no art. 170, V, CF/88 a defesa do consumidor foi elevada à condição de **princípio da ordem econômica**.

O inciso XXXII é uma típica norma de **eficácia limitada**, uma vez que é necessária a edição de uma lei que determine a forma pela qual o Estado fará a defesa do consumidor. Essa lei já existe: é o Código de Defesa do Consumidor.

Segundo o STF, as **instituições financeiras** também são alcançadas pelo Código de Defesa do Consumidor.¹ Além disso, o referido Código é aplicável aos casos de indenização por danos morais e materiais por **má prestação de serviço em transporte aéreo**.²

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Essa norma traduz o **direito à informação** que, combinado com o princípio da publicidade, obriga a todos os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta (incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista), a dar conhecimento aos administrados da conduta interna de seus agentes. Com efeito, todos os cidadãos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. O princípio da publicidade evidencia-se, assim, na forma de uma **obrigação de transparência**.

Todavia, os órgãos públicos não precisam fornecer toda e qualquer informação de que disponham. As informações cujo **sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado** não devem ser fornecidas. Também são imunes ao acesso as **informações pessoais**, que estão protegidas pelo art. 5º, X, da CF/88 que dispõe que "são invioláveis

¹ STF, ADI nº 2.591/DF, Rel. Min. Cezar Peluso. DJe: 18.12.2009

² STF, RE 575803-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe: 18.12.2009

a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

A regulamentação do art. 5º, inciso XXXIII, é feita pela Lei nº 12.527/2011, a conhecida **Lei de Acesso à Informação**. É ela que define o procedimento para a solicitação de informações aos órgãos e entidades públicas, bem como os prazos e as formas pelas quais o acesso à informação será franqueado aos interessados.

Em 2008, antes mesmo da Lei de Acesso à Informação, o Município de São Paulo, buscando dar maior transparência pública, determinou a **divulgação na Internet da remuneração de seus servidores**. O caso foi levado ao STF, que entendeu que essas informações (remuneração bruta, cargos, funções, órgãos de lotação) são de **interesse coletivo ou geral**, expondo-se, portanto, à divulgação oficial. No entendimento da Corte, *“não cabe, no caso, falar de intimidade ou de vida privada, pois os dados objeto da divulgação em causa dizem respeito a agentes públicos enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo ‘nessa qualidade’ (§ 6º do art. 37).”*³

No caso de **lesão ao direito à informação**, o remédio constitucional a ser usado pelo particular é o **mandado de segurança**. Não é o habeas data! Isso porque se busca garantir o acesso a informações de interesse particular do requerente, ou de interesse coletivo ou geral, e não aquelas referentes à sua pessoa (que seria a hipótese de cabimento de *habeas data*).

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;


Esse dispositivo legal prevê, em sua alínea “a”, o **direito de petição** e, na alínea “b”, o **direito à obtenção de certidões**. Em ambos os casos, assegura-se o **não pagamento de taxas**, por serem ambas as hipóteses essenciais ao próprio exercício da cidadania.

Para facilitar a compreensão, traduzirei em palavras simples o que é petição e o que é certidão.

³ STF, MS, 3.902 – AgR, Rel. Min. Ayres Britto. DJE de 03.10. 2011

Petição é um **pedido**, uma reclamação ou um requerimento endereçado a uma autoridade pública. Trata-se de um instrumento de exercício da cidadania, que permite a qualquer pessoa dirigir-se ao Poder Público para reivindicar algum direito ou informação. Por esse motivo, o impetrante (autor da petição) pode fazer um pedido em favor de **interesses próprios, coletivos, da sociedade como um todo, ou, até mesmo, de terceiros**. Não necessita de qualquer formalismo: apenas se exige que o pedido seja feito por documento escrito. Exemplo: um servidor público pode, por meio de petição, pedir remoção para outra localidade, para tratar de sua saúde.

Já a **certidão** é um **atestado** ou um ato que dá prova de um fato. Dentro da linguagem jurídica, é uma cópia autêntica feita por pessoa que tenha fé pública, de documento escrito registrado em um processo ou em um livro. Exemplo: certidão de nascimento.

	<p>É muito comum que as bancas examinadoras tentem confundir o candidato quanto às finalidades do direito de petição e o direito de obter certidão.</p> <p>1) O direito de petição tem como finalidades a defesa de direitos e a defesa contra ilegalidade ou abuso de poder.</p> <p>2) O direito à obtenção de certidões tem como finalidades a defesa de direitos e o esclarecimento de situações de interesse pessoal. Ele não serve para esclarecimento de interesse de terceiros.</p> <p>Como se vê, ambos servem para a defesa de direitos. Entretanto, a petição também é usada contra ilegalidade ou abuso de poder, enquanto as certidões têm como segunda aplicação possível o esclarecimento de situações de interesse pessoal.</p>
---	---

O direito de petição é um **remédio administrativo**, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público. Todas as **pessoas físicas** (brasileiros ou estrangeiros) e **pessoas jurídicas** são legitimadas para peticionar administrativamente aos Poderes Públicos.

Por ser um remédio administrativo, isto é, de **natureza não-jurisdicional**, o direito de petição é exercido independentemente de advogado. Em outras palavras, não é obrigatória a representação por advogado para que alguém possa peticionar aos Poderes Públicos. Nesse sentido, é importante deixar


claro que o STF faz nítida distinção entre o **direito de peticionar** e o **direito de postular em juízo**.⁴

O **direito de postular em juízo**, ao contrário do direito de petição, necessita, para ser exercido, de **representação por advogado**, salvo em situações excepcionais (como é o caso do *habeas corpus*). Portanto, para o STF, não é possível, **com base no direito de petição**, garantir a qualquer pessoa ajuizar ação, sem a presença de advogado. Com efeito, o ajuizamento de ação está no campo do "direito de postular em juízo", o que exige advogado.

Quando se exerce o direito de petição ou, ainda, quando se solicita uma certidão, há uma garantia implícita a receber uma resposta (no caso de petição) ou a obter a certidão. Quando há omissão do Poder Público (falta de resposta a petição ou negativa ilegal da certidão), o remédio constitucional adequado, a ser utilizado na via judicial, é o **mandado de segurança**.

Sobre o **direito de certidão**, o STF já se pronunciou da seguinte forma:

*"o direito à certidão traduz prerrogativa jurídica, de extração constitucional, destinada a viabilizar, em favor do indivíduo ou de uma determinada coletividade (como a dos segurados do sistema de previdência social), a defesa (individual ou coletiva) de direitos ou o esclarecimento de situações, de tal modo que a injusta recusa estatal em fornecer certidões, não obstante presentes os pressupostos legitimadores dessa pretensão, autorizará a utilização de instrumentos processuais adequados, como o mandado de segurança ou como a própria ação civil pública, esta, nos casos em que se configurar a existência de direitos ou interesses de caráter transindividual, como os direitos difusos, os direitos coletivos e os direitos individuais homogêneos"*⁵.

	<p>As bancas examinadoras adoram dizer que o remédio constitucional destinado a proteger o direito de certidão é o <i>habeas data</i>. Isso está errado!</p> <p>O remédio constitucional que protege o direito de certidão é o mandado de segurança. O <i>habeas data</i> é utilizado, como estudaremos mais à frente, quando não se tem acesso a informações pessoais do impetrante ou quando se deseja retificá-las.</p>
---	---

⁴ STF, Petição nº 762/BA AgR. Rel. Min. Sydney Sanches. Diário da Justiça 08.04.1994

⁵RE STF 472.489/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 13.11.2007.

	Quando alguém solicita uma certidão, já tem acesso às informações ; o que quer é apenas receber um documento formal do Poder Público que ateste a veracidade das informações. Portanto, é incabível o <i>habeas data</i> .
--	---

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

No Brasil, adota-se o sistema inglês de jurisdição, que é o **sistema de jurisdição una**. Nesse modelo, somente o Poder Judiciário pode dizer o Direito de forma definitiva, isto é, somente as decisões do Judiciário fazem **coisa julgada material**. Contrapondo-se a esse modelo, está o sistema francês de jurisdição (contencioso administrativo), no qual tanto a Administração quanto o Judiciário podem julgar com caráter definitivo.

O art. XXXV, ao dizer que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, ilustra muito bem a adoção do sistema inglês pelo Brasil. Trata-se do **princípio da inafastabilidade de jurisdição**, segundo o qual somente o Poder Judiciário poderá decidir uma lide em definitivo. É claro que isso **não impede que o particular recorra administrativamente** ao ter um direito seu violado: ele poderá fazê-lo, inclusive apresentando recursos administrativos, se for o caso. Entretanto, **todas as decisões administrativas estão sujeitas a controle judicial**, mesmo aquelas das quais não caiba recurso administrativo.

Cabe destacar que qualquer litígio, estejam eles concluídos ou pendentes de solução na esfera administrativa, podem ser levados ao Poder Judiciário. No último caso (pendência de solução administrativa), a decisão administrativa restará prejudicada. O processo administrativo, conseqüentemente, será arquivado sem decisão de mérito.

Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, **não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”**. Isso quer dizer que o acesso ao Poder Judiciário independe de processo administrativo prévio referente à mesma questão. O direito de ação não está condicionado à existência de procedimento administrativo anterior; uma vez que seu direito foi violado, o particular pode recorrer diretamente ao Poder Judiciário.

Há, todavia, algumas exceções, nas quais se exige o **prévio esgotamento da via administrativa** para que, só então, o Poder Judiciário seja acionado. São elas:

a) **habeas data**: um requisito para que seja ajuizado o *habeas data* é a negativa ou omissão da Administração Pública em relação a pedido administrativo de acesso a informações pessoais ou de retificação de dados.

b) **controvérsias desportivas**: o art. 217, § 1º, da CF/88, determina que “o Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.”

c) **reclamação contra o descumprimento de Súmula Vinculante pela Administração Pública**: o art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.417/2006, dispõe que “contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas”. A reclamação é ação utilizada para levar ao STF caso de descumprimento de enunciado de Súmula Vinculante (art. 103-A, §3º). Segundo o STF, a reclamação está situada no âmbito do **direito de petição** (e não no direito de ação); portanto, entende-se que sua natureza jurídica não é a de um recurso, de uma ação e nem de um incidente processual.⁶

O STF já teve a oportunidade de se manifestar, em um caso concreto, sobre a inexistência de “jurisdição condicionada” no Brasil, tendo concluído que “*não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário*”.

7

O art. 5º, XXXV, da CF/88, representa verdadeira **garantia de acesso ao Poder Judiciário**, sendo um fundamento importante do Estado Democrático de Direito. Todavia, por mais relevante que seja, não se trata de uma garantia absoluta: o **direito de acesso ao Poder Judiciário deve ser exercido**, pelos jurisdicionados, **por meio das normas processuais que regem a matéria**, não constituindo-se negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa a inadmissão de recursos quando não observados os procedimentos estatuídos na normas instrumentais.⁸ Com efeito, o art. 5º, inciso XXXV **não obsta que o legislador estipule regras para o ingresso do pleito na esfera jurisdicional**, desde que obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Quando este fixa formas, prazos e condições razoáveis, não ofende a Inafastabilidade da Jurisdição.

Destaque-se que o princípio da inafastabilidade de jurisdição **não assegura a gratuidade universal no acesso aos tribunais**, mas sim a garantia de

⁶ STF, ADI nº 2.212/CE. Rel. Min. Ellen Gracie. DJ. 14.11.2003

⁷ STF, RE 549.238, AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 05.06.2009.

⁸ STF, Ag.Rg. nº 152.676/PR. Rel. Min. Maurício Corrêa. DJ 03.11.1995.

que o Judiciário se prestará à defesa de todo e qualquer direito, ainda que contra os poderes públicos, independentemente das capacidades econômicas das partes.

É claro que se o valor da taxa judiciária for muito elevado, isso poderá representar verdadeiro obstáculo ao direito de ação. Nesse sentido, entende o STF que **viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa** (Súmula STF nº 667). Com efeito, há que existir uma equivalência entre o valor da taxa judiciária e o custo da prestação jurisdicional; uma taxa judiciária calculada sobre o valor da causa pode resultar em valores muito elevados, na hipótese de o valor da causa ser alto. Por isso, **é razoável que a taxa judiciária tenha um limite**; assim, causas de valor muito elevado não resultarão em taxas judiciárias desproporcionais ao custo da prestação jurisdicional.

A garantia de acesso ao Poder Judiciário é, como dissemos, um instrumento importante para a efetivação do Estado democrático de direito. Dessa forma, o direito de ação não pode ser obstaculizado de maneira desarrazoada. Seguindo essa linha de raciocínio, o STF considerou que **"é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário"**.⁹ (Súmula Vinculante nº 28). Segundo a Corte, a necessidade do depósito prévio limitaria o próprio acesso à primeira instância, podendo, em muitos casos, inviabilizar o direito de ação.

Outro ponto importante, relacionado à garantia de acesso ao Poder Judiciário, é sobre o **duplo grau de jurisdição**. Elucidando o conceito, explica-se que o duplo grau de jurisdição é um reexame da matéria decidida em juízo, ou seja, trata-se de uma nova apreciação jurisdicional (reexame) por um órgão diverso e de hierarquia superior àquele que decidiu em primeira instância.

Segundo o STF, o duplo grau de jurisdição **não consubstancia princípio nem garantia constitucional**, uma vez que são várias as previsões, na própria Lei Fundamental, do julgamento em instância única ordinária.¹⁰ Em outras palavras, a Constituição Federal de 1988 **não estabelece obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição**.

É de se ressaltar, todavia, que o duplo grau de jurisdição é princípio previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos, que é um tratado de direitos

⁹ **Súmula Vinculante nº 28:** É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

¹⁰ RHC 79785 RJ; AgRg em Agl 209.954-1/SP, 04.12.1998.


humanos com hierarquia supralegal regularmente internalizado no ordenamento jurídico brasileiro.¹¹

Assim, parece-nos que a interpretação mais adequada é a de que, **embora o duplo grau de jurisdição exista no ordenamento jurídico brasileiro** (em razão da incorporação ao direito doméstico da Convenção Americana de Direitos Humanos), **não se trata de um princípio absoluto**, eis que a Constituição estabelece várias exceções a ele.¹² Nesse sentido, não cabe recurso da decisão do Senado que julga o Presidente da República por crime de responsabilidade; ou, ainda, é irrecorrível a decisão do STF que julga o Presidente e os parlamentares nas infrações penais comuns.

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são institutos que surgiram como **instrumentos de segurança jurídica**, impedindo que as leis retroagissem para prejudicar situações jurídicas consolidadas. Eles representam, portanto, a garantia da **irretroatividade das leis**, que, todavia, não é absoluta.

O Estado não é impedido de criar **leis retroativas**; estas **serão permitidas, mas apenas se beneficiarem** os indivíduos, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior. Segundo o STF, “o princípio insculpido no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição não impede a edição, pelo Estado, de norma retroativa (lei ou decreto), em benefício do particular”.¹³

	<p>A Súmula STF nº 654 dispõe o seguinte:</p> <p>“A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.”</p> <p>Vamos às explicações... Suponha que a União tenha editado uma lei retroativa concedendo um tratamento mais favorável aos servidores públicos do que o estabelecido pela lei anterior. Por ser benigna, a lei retroativa pode, sim, ser aplicada mesmo face ao direito adquirido.</p> <p>Agora vem a pergunta: poderá a União (que editou a lei retroativa) se arrepender do benefício que concedeu aos</p>
---	---

¹¹ O art. 8º, nº 2, alínea h, da Convenção Americana de Direitos Humanos dispõe que toda pessoa tem “o direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior”.

¹² STF, 2ª Turma, AI 601832 AgR/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe 02.04.2009.

¹³ STF, 3ª Turma, REExt, nº 184.099/DF, Rel. Min. Octávio Gallotti, RTJ 165/327.

	<p>seus servidores e alegar em juízo que a lei não é aplicável em razão do princípio da irretroatividade das leis?</p> <p>Não poderá, pois a garantia da irretroatividade da lei não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.</p>
--	--

Vamos, agora, entender os conceitos de direito

a) Direito adquirido é aquele que **já se incorporou ao patrimônio do particular**, uma vez que já foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela lei então vigente. É o que ocorre se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Depois de cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.

O direito adquirido **difere da "expectativa de direito"**, que não é alcançada pela proteção do art. 5º, inciso XXXVI. Suponha que a lei atual, ao dispor sobre os requisitos para aposentadoria, lhe garanta o direito de se aposentar daqui a 5 anos. Hoje, você ainda não cumpre os requisitos necessários para se aposentar; no entanto, daqui a 5 anos os terá todos reunidos. Caso amanhã seja editada uma nova lei, que imponha requisitos mais difíceis para a aposentadoria, fazendo com que você só possa se aposentar daqui a 10 anos, ela não estará ferindo seu direito. Veja: você **ainda não tinha direito adquirido à aposentadoria** (ainda não havia cumprido os requisitos necessários para tanto), **mas mera expectativa de direito**.

b) Ato jurídico perfeito é aquele que reúne todos os elementos constitutivos exigidos pela lei ¹⁴; é o ato já consumado pela lei vigente ao tempo em que se efetuou.¹⁵ Tome-se como exemplo um contrato celebrado hoje, na vigência de uma lei X.

c) Coisa julgada compreende a decisão judicial da qual não cabe mais recurso.

É importante destacar que, no art. 5º, inciso XXXV, o vocábulo "lei" está empregado em seus **sentidos formal** (fruto do Poder Legislativo) e **material** (qualquer norma jurídica). Portanto, inclui emendas constitucionais, leis ordinárias, leis complementares, resoluções, decretos legislativos e várias outras modalidades normativas. Nesse sentido, tem-se

¹⁴ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 241.

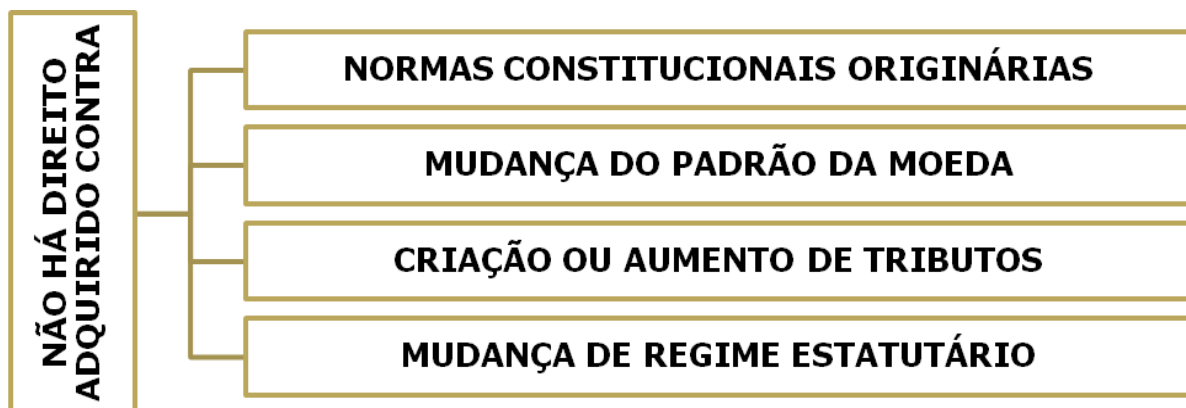
¹⁵ Cf. art. 6º, §1º, da LINDB.

o entendimento do STF de que a vedação constante do inciso XXXVI se refere ao direito/lei, **compreendendo qualquer ato da ordem normativa constante do art. 59 da Constituição**.¹⁶

Também é importante ressaltar que, segundo o STF, o princípio do direito adquirido **se aplica a todo e qualquer ato normativo infraconstitucional**, sem qualquer distinção entre lei de direito público ou de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva.¹⁷

Há, todavia, certas situações nas quais **não cabe invocar direito adquirido**. Assim, não existe direito adquirido frente a:

- a) Normas constitucionais originárias. As normas que “nasceram” com a CF/88 podem revogar qualquer direito anterior, até mesmo o direito adquirido.
- b) Mudança do padrão da moeda.
- c) Criação ou aumento de tributos
- d) Mudança de regime estatutário



XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

...

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

¹⁶STF, ADI 3.105-8/DF, 18.08.2004.

¹⁷RE 204967 RS, DJ 14-03-1997.

Contrariando um pouco a ordem em que estão dispostos na Constituição, analisaremos esses dois incisos em conjunto. Isso porque ambos traduzem o **princípio do “juízo natural”** ou do **“juiz natural”**. Esse postulado garante ao indivíduo que suas ações no Poder Judiciário serão apreciadas por um **juiz imparcial**, o que é uma garantia indispensável à administração da Justiça em um Estado democrático de direito.

O princípio do juiz natural **impede a criação de juízos de exceção** ou “*ad hoc*”, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato. Na história da humanidade, podemos apontar como exemplos de tribunais de exceção o Tribunal de Nuremberg e o Tribunal de Tóquio, instituídos após a Segunda Guerra Mundial; esses tribunais foram criados pelos “vencedores” (da guerra) para julgar os “vencidos” e, por isso, são tão duramente criticados.

O princípio do juiz natural deve ser **interpretado de forma ampla**. Ele não deve ser encarado apenas como uma **vedação à criação de Tribunais** ou juízos de exceção; além disso, decorre desse princípio a obrigação de **respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência**, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.¹⁸ Todos os juízes e órgãos julgadores, em consequência, têm sua competência prevista constitucionalmente, de modo a assegurar a segurança jurídica.

É importante que você saiba que o STF entende que esse princípio **não se limita aos órgãos e juízes do Poder Judiciário**. Segundo o Pretório Excelso, ele alcança, também, os demais julgadores previstos pela Constituição, como o Senado Federal, por exemplo. Além disso, por sua natureza, o princípio do juiz natural **alcança a todos**: brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas e pessoas jurídicas. Em um Estado democrático de direito, todos têm, afinal, o direito a um julgamento imparcial, neutro.

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a)** a plenitude de defesa;
- b)** o sigilo das votações;
- c)** a soberania dos veredictos;
- d)** a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;


¹⁸ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 245 – 246.

Esse inciso deve ser memorizado. Geralmente é cobrado em sua literalidade! Decore cada uma dessas “alíneas”!

O tribunal do júri é um **tribunal popular**, composto por um juiz togado, que o preside, e vinte e cinco jurados, escolhidos dentre cidadãos do Município (Lei nº 11.689/08) e entre todas as classes sociais. Segundo a doutrina, é visto como uma prerrogativa do cidadão, que deverá ser julgado pelos seus semelhantes.¹⁹

O tribunal do júri possui competência para **julgamento de crimes dolosos contra a vida**. Crime doloso é aquele em que o agente (quem pratica o crime) prevê o resultado lesivo de sua conduta e, mesmo assim, pratica a ação, produzindo o resultado. Exemplo: o marido descobre que a mulher o está traindo e, intencionalmente, atira nela e no amante, causando a morte dos dois. Trata-se de homicídio doloso, que é, sem dúvida, um crime doloso contra a vida; o julgamento será, portanto, da competência do tribunal do júri.

Sobre a competência do tribunal do júri, destacamos, a seguir algumas jurisprudências que podem ser cobradas em prova:

	<p>1) A competência constitucional do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII) não pode ser afastada por lei estadual, nem usurpada por vara criminal especializada, sendo vedada, ainda, a alteração da forma de sua composição, que deve ser definida em lei nacional.²⁰</p> <p>No caso, o STF apreciou lei estadual que criava vara especializada para processar e julgar crimes praticados por organizações criminosas. Essa vara especializada julgaria, inclusive, os crimes dolosos contra a vida. Dessa forma, por invadir a competência do tribunal do júri, foi considerada inconstitucional.</p> <p>2) A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri (Súmula STF nº 603).</p> <p>O latrocínio é um crime complexo, no qual estão presentes duas condutas: o roubo e o homicídio. Em outras palavras, o latrocínio é um roubo qualificado pela morte da vítima. É considerado pela doutrina como um “crime contra o</p>
---	---

¹⁹ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 249-254.

²⁰ STF, ADI nº 4414/AL, Rel. Min. Luiz Fux, Decisão 31.05.2012

	patrimônio” (e não como “crime contra a vida”), ficando, por isso, afastada a competência do tribunal do júri.
--	--

A competência do tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida **não é absoluta**. Isso porque **não alcança os detentores de foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal**. É o caso, por exemplo, do Presidente da República e dos membros do Congresso Nacional, que serão julgados pelo STF quando praticarem crimes comuns, ainda que dolosos contra a vida. Em outras palavras, o foro por prerrogativa de função prevalece sobre a competência do tribunal do júri, desde que esse foro especial decorra diretamente da Constituição Federal.

A pergunta que se faz diante dessa última afirmação é a seguinte: e quando o foro especial não decorrer de previsão da Constituição Federal, mas sim da Constituição Estadual?

Para responder a esse questionamento, o STF editou a Súmula nº 721, que assim dispõe: “A competência constitucional do Tribunal do Júri **prevalece sobre o foro por prerrogativa de função** estabelecido **exclusivamente pela Constituição estadual**”.

Já decidiu o STF, com base nesse entendimento, que **procuradores estaduais** e **defensores públicos estaduais** que possuam foro por prerrogativa de função derivado de Constituição Estadual serão julgados pelo tribunal do júri se cometerem crimes dolosos contra a vida. Isso se explica pelo fato de que a competência do tribunal do júri prevalecerá sobre foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual (como é o caso dos defensores públicos e procuradores públicos estaduais). O mesmo se aplica a **vereadores** que, caso cometam crimes dolosos contra a vida, serão julgados pelo tribunal do júri.²¹

A Constituição Federal estabelece, ainda, três importantes princípios para o tribunal do júri: **i)** a plenitude de defesa; **ii)** a soberania dos veredictos; e **iii)** o sigilo das votações.

A **plenitude de defesa** é uma **variante do princípio da ampla defesa e do contraditório** (art. 5º, LV), que permite ao acusado apresentar defesa contra aquilo que lhe é imputado. Sua concretização pressupõe que os argumentos do réu tenham a mesma importância, no julgamento, que os do autor. Em consequência, não devem existir prioridades na relação processual e deve o réu ter a possibilidade de usar todos os instrumentos

²¹ STF, HC nº 80.477/PI, Rel. Min. Néri da Silveira. Decisão 31.10.2000

processuais na sua defesa. Também decorre da plenitude de defesa o fato de que os jurados são das diferentes classes sociais.

Segundo o STF, *"implica prejuízo à defesa a manutenção do réu algemado na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, resultando o fato na insubsistência do veredicto condenatório"*.²²

No que se refere à **soberania dos veredictos**, também assegurada ao tribunal do júri pela Carta Magna, destaca-se que esta tem a finalidade de evitar que a decisão dos jurados seja modificada ou suprimida por decisão judicial. Entretanto, **não se trata de um princípio absoluto**, sendo possível a sua relativização. A soberania dos veredictos não confere ao tribunal do júri o exercício de um poder incontestável e ilimitado.²³

É possível, sim, que existam **recursos das decisões do tribunal do júri**; nesse sentido, é possível haver a revisão criminal ou mesmo o retorno dos autos ao júri, para novo julgamento.²⁴ Segundo o STF, a soberania dos veredictos do tribunal do júri não exclui a recorribilidade de suas decisões, **quando manifestamente contrárias à prova dos autos**.²⁵ Assim, nesse caso, será cabível apelação contra decisões do tribunal do júri.

Por fim, cabe destacar que o STF entende que a competência do Tribunal do Júri, fixada no art. 5º, XXXVIII, "d", da CF/88, quanto ao julgamento de crimes dolosos contra a vida **é passível de ampliação pelo legislador ordinário**.²⁶ Isso significa que pode a lei determinar o julgamento de outros crimes pelo tribunal do júri.

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

O art. 5º, inciso XXXIX, da CF/88, estabelece um importante princípio constitucional do direito penal: o **princípio da legalidade**. Segundo o Prof. Cezar Roberto Bitencourt, *"pelo princípio da legalidade, a elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei, isto é, nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma penal criminal pode ser aplicada sem que antes da ocorrência deste fato exista uma lei definindo-o como crime e cominando-lhe a sanção correspondente"*.

O princípio da legalidade se desdobra em dois outros princípios: o **princípio da reserva legal** e o **princípio da anterioridade da lei penal**.

²² STF, HC nº 91.952, Rel. Min. Marco Aurélio. Decisão 19.12.2008.

²³ STF, HC nº 70.193-1/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 06.11.2006.

²⁴ STF, HC 70.742-4/ RJ, Rel. Min. Carlos Velloso. DJ 30.06.2000.


²⁵ STF, HC 70.742-4/ RJ, Rel. Min. Carlos Velloso. DJ 30.06.2000.

²⁶ HC 101542 SP, DJe-096, 28-05-2010.

O **princípio da reserva legal** determina que somente **lei em sentido estrito** (lei formal, editada pelo Poder Legislativo) **poderá definir crime e cominar penas**. Nem mesmo medida provisória poderá definir um crime e cominar penas, eis que essa espécie normativa não pode tratar de direito penal (art.62, § 1º, I, "b").

A exigência de que lei formal defina o que é crime e comine suas penas traz a garantia de se considerarem crime condutas aceitas pela sociedade como tais e de que essas condutas sejam punidas da maneira considerada justa por ela. Com isso, quem define o que é crime e as respectivas penas é o povo, por meio de seus representantes no Poder Legislativo.

Já pensou se, por exemplo, o Presidente da República pudesse definir o que é crime por medida provisória? Ou até mesmo dobrar a pena de determinado ilícito por tal ato normativo? Teríamos uma ditadura, não? É por isso que o inciso XXXIX do art. 5º da CF/88 é tão importante!

	<p>As normas penais em branco são aquelas que tipificam a conduta criminosa, mas que dependem de complementação em outra norma. Um exemplo de norma penal em branco é o crime de contrabando, que consiste em "<i>importar ou exportar mercadoria proibida</i>" (art. 334, Código Penal)</p> <p>A definição do crime de contrabando depende de uma complementação, uma vez que o Código Penal não define quais são as mercadorias proibidas. É a legislação extrapenal que o fará. Assim, o crime de contrabando é uma norma penal em branco.</p> <p>Para o estudo do Direito Constitucional, interessa-nos saber que a doutrina majoritária considera que as normas penais em branco não violam o princípio da reserva legal.</p>
---	--

O **princípio da anterioridade da lei penal**, por sua vez, exige que a lei esteja em vigor no momento da prática da infração para que o crime exista. Em outras palavras, **exige-se lei anterior** para que uma conduta possa ser considerada como crime.

Esse princípio **confere segurança jurídica às relações sociais**, ao determinar que um fato só será considerado crime se for cometido após a entrada em vigor da lei incriminadora. Quer um exemplo? Se amanhã for editada uma lei que considere crime beijar o namorado (ou namorada) no cinema, nenhum de nós será preso. Só poderá ser considerado culpado quem o fizer após a entrada em vigor da lei. Aproveitemos, então, a

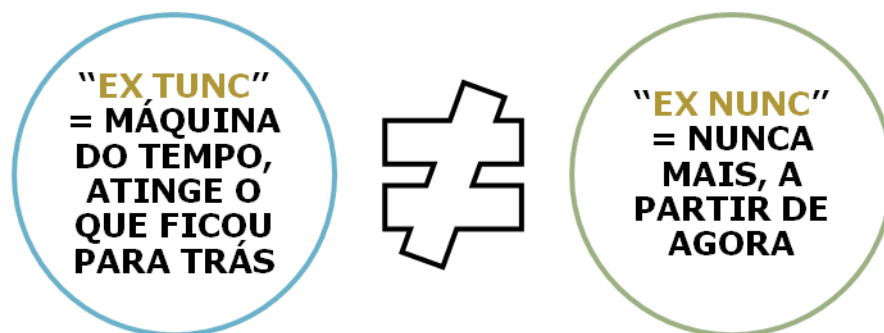
liberdade de namorar, antes que tal lei seja editada! Mas não agora, é hora de estudar Direito Constitucional...☺

Do princípio da anterioridade da lei penal, deriva a irretroatividade da lei penal, que está previsto no art. 5º, XL, que estudaremos a seguir.

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Retroagir significa “voltar para trás”, “atingir o passado”. Portanto, diz-se que **retroatividade** é a capacidade de atingir atos pretéritos; por sua vez, **irretroatividade** é a impossibilidade de atingi-los.

É comum, também, em textos jurídicos, encontrarmos as expressões “*ex tunc*” e “*ex nunc*”. “*Ex tunc*” é aquilo que tem retroatividade; “*ex nunc*” é o que é irretroativo. Lembre-se de que quando você diz que “NUNCa” mais fará alguma coisa, esse desejo só valerá daquele instante para frente, não é mesmo? Sinal de que fez algo no passado de que se arrepende, mas que não pode mudar. Já o T de TUNC pode fazê-lo lembrar de uma máquina do TEMPO, atingindo tudo o que ficou para TRÁS...



Depois dessa “viagem”, voltemos ao inciso XL. Ele traz o **princípio da irretroatividade da lei penal**, que, conforme já comentamos, deriva do princípio da anterioridade da lei penal. Uma conduta somente será caracterizada como crime se, no momento da sua ocorrência, **já existia lei em vigor que a definia como tal**.

Portanto, **em regra**, a lei penal não atinge o passado. Imagine que hoje você beba uma garrafa de vodka no bar, conduta lícita e não tipificada como crime. No entanto, daqui a uma semana, é editada uma nova lei que estabelece que “beber vodka” será considerado crime. Pergunta-se: você poderá ser penalizado por essa conduta? É claro que não, uma vez que a **lei penal**, em regra, **não atinge fatos pretéritos**.

Todavia, é importante termos em mente que a lei penal poderá, em certos casos, retroagir. É o que se chama de **retroatividade da lei penal benigna**: a lei penal poderá retroagir, desde que para beneficiar o réu. Dizendo de outra forma, a “*novatio legis in mellius*” retroagirá para beneficiar o réu.

Há um tipo especial de “*novatio legis in melius*”, que é a conhecida “**abolitio criminis**”, assim considerada a lei que deixa de considerar como crime conduta que, antes, era tipificada como tal. Um exemplo seria a edição de uma lei que descriminalizasse o aborto. A “*abolitio criminis*”, **por ser benéfica ao réu, irá retroagir**, alcançando fatos pretéritos e evitando a punição de pessoas que tenham cometido a conduta antes considerada criminosa.

A lei penal favorável ao réu, portanto, sempre retroagirá para beneficiá-lo, mesmo que tenha ocorrido trânsito em julgado de sua condenação. Por outro lado, a **lei penal mais gravosa** ao indivíduo (que aumenta a penalidade, ou passa a considerar determinado fato como crime) **só alcançará fatos praticados após sua vigência**. É a **irretroatividade da lei penal mais grave**: a “*novatio legis in pejus*” não retroage.

No que se refere à retroatividade da lei penal mais benigna, entende o Supremo que **não é possível a combinação de leis no tempo**, pois caso se agisse dessa forma, estaria sendo criando uma terceira lei (“*lex tertia*”). De acordo com o Pretório Excelso, extrair alguns dispositivos, de forma isolada, de um diploma legal, e outro dispositivo de outro diploma legal implica alterar por completo o seu espírito normativo, criando um conteúdo diverso do previamente estabelecido pelo legislador²⁷.

XLII - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

XLIII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Em todos esses dispositivos, é possível perceber que o legislador constituinte não buscou outorgar direitos individuais, mas sim estabelecer normas que determinam a criminalização de certas condutas.²⁸ É o que a doutrina denomina “**mandatos de criminalização**”, que caracterizam-se

²⁷HC 98766 MG, DJe-040, 04-03-2010.

²⁸ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 534-538

por serem **normas direcionadas ao legislador**, o qual se vê limitado em sua liberdade de atuação.

Segundo o Prof. Gilmar Mendes, os mandatos de criminalização estabelecidos por esses dispositivos traduzem **outra dimensão dos direitos fundamentais**: a de que o Estado não deve apenas observar as investidas do Poder Público, mas também **garantir os direitos fundamentais contra agressão propiciada por terceiros**.²⁹

O inciso **XLVI** estabelece que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Como é possível observar, trata-se de **norma de eficácia limitada**, dependente, portanto, de complementação legislativa. Evidencia um mandato de criminalização que busca efetivar a proteção dos direitos fundamentais.

O inciso **XLVII**, por sua vez, estabelece que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. É claro que há muito a ser falado sobre o racismo; no entanto, há dois pontos que são muito cobrados em prova:

a) O racismo é crime **inafiançável e imprescritível**.

Imprescritível é aquilo que não sofre prescrição. A prescrição é a extinção de um direito que se dá após um prazo, devido à inércia do titular do direito em protegê-lo. No caso, ao dizer que o racismo é imprescritível, o inciso XLII determina que este não deixará de ser punido mesmo com o decurso de longo tempo desde sua prática e com a inércia (omissão) do titular da ação durante todo esse período.

Inafiançável é o crime que não admite o pagamento de fiança (montante em dinheiro) para que o preso seja solto.

b) O racismo é punível com a **pena de reclusão**. As bancas examinadoras vão tentar te confundir e dizer que o racismo é punível com detenção. Não é! O racismo é punível com reclusão, que é uma pena mais gravosa do que a detenção.

Apenas para que você não fique viajando, qual a diferença entre a pena de reclusão e a pena de detenção? A diferença entre elas está no regime de cumprimento de pena: na reclusão, inicia-se o cumprimento da pena em regime fechado, semiaberto ou aberto; na

²⁹ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 534-538.

detenção, o cumprimento da pena inicia-se em regime semiaberto ou aberto.

O STF já teve a oportunidade de apreciar o **alcance da expressão "racismo"**. No caso concreto, bastante famoso por sinal, Siegfried Ellwanger, escritor e dono de livraria, havia sido condenado por ter escrito, editado e comercializado livros de conteúdo antissemita, fazendo **apologia de ideias discriminatórias contra os judeus**. A questão que se impunha ao STF decidir era a seguinte: a discriminação contra os judeus seria ou não crime de racismo?

O STF decidiu que a discriminação contra os judeus **é, sim, considerada racismo** e, portanto, trata-se de **crime imprescritível**. Dessa forma, *"escrever, editar, divulgar e comercializar livros 'fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias' contra a comunidade judaica (Lei 7.716/1989, art. 20, na redação dada pela Lei 8.081/1990) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (CF, art. 5º, XLII)."*³⁰

Finalizando o comentário desse inciso, vale a pena mencionar o posicionamento do STF nesse mesmo julgamento, dispondo que **"o preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o direito à incitação ao racismo, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. (...) A ausência de prescrição nos crimes de racismo justifica-se como alerta grave para as gerações de hoje e de amanhã, para que se impeça a reinstauração de velhos e ultrapassados conceitos que a consciência jurídica e histórica não mais admitem."**³¹

O inciso **XLVIII**, a seu turno, dispõe sobre alguns crimes que são **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia**. Bastante atenção, pois a banca examinadora tentará te confundir dizendo que esses crimes são imprescritíveis. Não são!

Qual o macete para não confundir? Simples, **guarde a frase mnemônica** seguinte:

³⁰ STF, Pleno, HC 82.424-2/RS, Rel. originário Min. Moreira Alves, rel. p/ acórdão Min. Maurício Corrêa, Diário da Justiça, Seção I, 19.03.2004, p. 17.

³¹ STF, Pleno, HC 82.424-2/RS, Rel. originário Min. Moreira Alves, rel. p/ acórdão Min. Maurício Corrêa, Diário da Justiça, Seção I, 19.03.2004, p. 17.

3 T E HEDIONDOS NÃO TÊM GRAÇA!

3 T? Sim, **Tortura, Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e Terrorismo**. Esses crimes, assim como os **hediondos**, são insuscetíveis de graça ou anistia. Isso significa que não podem ser perdoados pelo Presidente da República, nem ter suas penas modificadas para outras mais benignas. Além disso, assim como o crime de racismo e a ação de grupos armados contra o Estado democrático, são inafiançáveis.

O inciso **XLIV** trata ainda de mais um crime: a **ação de grupos armados**, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Esse crime, assim como o racismo, será **inafiançável e imprescritível**.

Para que você não erre esses detalhes na prova, fizemos o esquema abaixo! Só uma observação para facilitar: perceba que todos os crimes dos quais falamos são inafiançáveis; a diferença mesmo está em saber que o "3TH não tem graça"! ☺



XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Esse dispositivo consagra o princípio da **intranscendência das penas**, também denominado pela doutrina de princípio da **intransmissibilidade das penas** ou, ainda, **personalização da pena**.³² A Constituição garante, por meio dessa norma, que a pena não passará da pessoa do condenado; em outras palavras, **ninguém sofrerá os efeitos penais** da condenação de outra pessoa.

Suponha que João, pai de Lúcia e Felipe, seja condenado a 5 anos de reclusão em virtude da prática de um crime. Após 2 meses na “cadeia”, João vem a falecer. Devido à intranscendência das penas, ficará extinta a punibilidade. Lúcia e Felipe não sofrerão quaisquer efeitos penais da condenação de João.

No que diz respeito à **obrigação de reparar o dano** e à **decretação do perdimento de bens**, a **lógica é um pouco diferente**, ainda que possamos afirmar que o princípio da intranscendência das penas se aplica a essas situações.

Suponha que João morre deixando uma dívida de R\$ 1.500.000,00 (obrigação de reparar dano). Ao mesmo tempo, deixa um patrimônio de R\$ 900.000,00 para seus sucessores (Lúcia e Felipe). A **obrigação de reparar o dano irá se estender a Lúcia e Felipe, mas apenas até o limite do patrimônio transferido**. Em outras palavras, o patrimônio pessoal de Lúcia e Felipe não será afetado; será utilizado para o pagamento da dívida o patrimônio transferido (R\$ 900.000,00). O restante da dívida “morre” junto com João.

Assim, a **obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser**, nos termos da lei, **estendidas aos sucessores e contra eles executadas**, mas apenas até o limite do valor do patrimônio transferido.

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a)** privação ou restrição da liberdade;
- b)** perda de bens;
- c)** multa;
- d)** prestação social alternativa;
- e)** suspensão ou interdição de direitos;

O inciso XLVI prevê o **princípio da individualização da pena**, que determina que a aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada

³² Outra nomenclatura utilizada pela doutrina é princípio da intransmissibilidade da pena.

imputado, levando em consideração o **grau de reprovabilidade** (censurabilidade) de sua conduta e as **características pessoais do infrator**. Trata-se de princípio que busca fazer com que a pena cumpra sua dupla finalidade: prevenção e repressão.³³

A Constituição Federal prevê um **rol não-exaustivo** de penas que podem ser adotadas pelo legislador. São elas: **i)** a privação ou restrição de liberdade; **ii)** a perda de bens; **iii)** multa; **iv)** prestação social alternativa; e **v)** suspensão ou interdição de direitos. Como se trata de um rol meramente exemplificativo, **poderá a lei criar novos tipos de penalidade**, desde que estas não estejam entre aquelas vedadas pelo art. 5º, XLVII, da CF/88, que estudaremos na sequência.

Ressaltamos mais uma vez que, ao estabelecer que “a lei regulará a individualização da pena”, o constituinte determinou que a **lei penal deverá considerar as características pessoais** do infrator. Dentre essas, podemos citar os antecedentes criminais, o fato de ser réu primário, etc.

Nesse sentido, o **STF considerou inconstitucional**, por afronta ao princípio da individualização da pena, **a vedação absoluta à progressão de regime** trazida pela Lei 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos.³⁴ A referida lei estabelecia que a pena pelos crimes nela previstos seria integralmente cumprida em regime fechado, sendo vedada, assim, a progressão de regime. Entendeu a Corte que, ao não permitir que se considerem as particularidades de cada pessoa, sua capacidade de reintegração social e esforços de ressocialização, o dispositivo torna inócua a garantia constitucional e, portanto, é inválido (inconstitucional).

Com base nesse entendimento, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 26**:

“Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.”

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

³³ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 274-275.

³⁴ STF, HC nº 82.959/SP. Rel. Min. Marco Aurélio. Decisão 23.02.2006.

- b) de caráter perpétuo;**
- c) de trabalhos forçados;**
- d) de banimento;**
- e) cruéis;**

O art. 5º, XLVII, estabeleceu um rol exaustivo de penas inaplicáveis no ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de verdadeira **garantia de humanidade atribuída aos sentenciados**, impedindo que lhes sejam aplicadas penas atentatórias à dignidade da pessoa humana.³⁵ Com efeito, as penas devem ter um caráter preventivo e repressivo; elas não podem ser vingativas.

A **pena de morte** é, sem dúvida a mais gravosa, sendo admitida tão-somente na **hipótese de guerra declarada**. Evidencia-se, assim, que **nem mesmo o direito à vida é absoluto**; com efeito, dependendo do caso concreto, todos os direitos fundamentais podem ser relativizados. Como exemplo de aplicação da pena de morte (que ocorrerá por fuzilamento) é a prática do crime de deserção em presença de inimigo.



As bancas examinadoras adoram dizer que a pena de morte não é admitida em nenhuma situação no ordenamento jurídico brasileiro. A questão, ao dizer isso, está errada. A pena de morte **pode, sim, ser aplicada**, desde que na hipótese de guerra declarada.

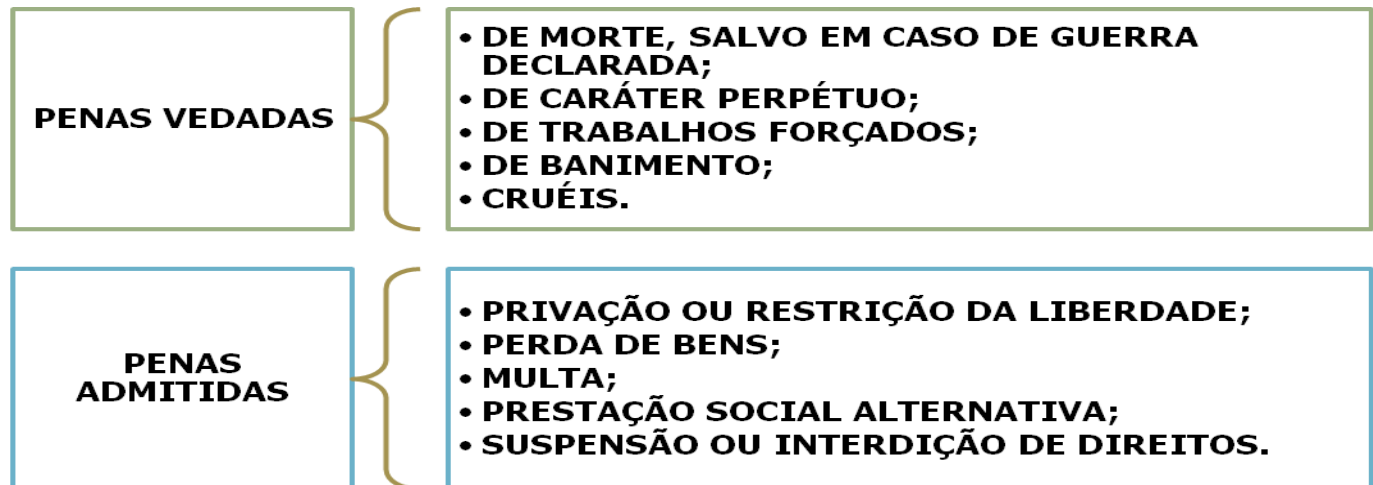
A **pena de banimento**, também inadmitida pela Constituição Federal, consistia em impor ao condenado a retirada do território brasileiro por toda sua vida, bem como a perda da cidadania brasileira. Consistia, assim, em verdadeira “expulsão de nacionais”.

Cabe destacar que a pena de banimento **não se confunde com a expulsão de estrangeiro** do Brasil, plenamente admitida pelo nosso ordenamento jurídico. A expulsão é forma de exclusão do território nacional de estrangeiro que, dentre outras hipóteses, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais (Lei 6.815/80).

No que concerne à **pena de caráter perpétuo**, vale destacar o entendimento do STF de que o **máximo penal legalmente exequível**, no ordenamento positivo nacional, é de **30 (trinta) anos**, a significar, portanto, que o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade

³⁵ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Ed. Juspodium, 2012.

não pode ser superior a esse limite, imposto pelo art. 75, "caput", do Código Penal³⁶.



XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

O inciso **XLVIII** determina que a **execução penal** seja realizada de maneira **individualizada**, levando-se em consideração a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado. É com base nesse comando constitucional que as **mulheres e os maiores de sessenta anos** devem ser recolhidos a **estabelecimentos próprios**.

O inciso **XLIX**, ao assegurar aos presos o **respeito à integridade física e moral**, busca garantir que os direitos fundamentais dos sentenciados sejam observados. É claro, quando está na prisão, o indivíduo não goza de todos os direitos fundamentais: há alguns direitos fundamentais, como, por exemplo, a liberdade de locomoção (art. 5º, XV) e a liberdade profissional (art. 5º, XI) que são incompatíveis com sua condição de preso.

O inciso **L**, por sua vez, estabelece uma **dupla garantia**: ao mesmo tempo em que **assegura às mães o direito à amamentação e ao contato com o filho**, permite que a **criança tenha acesso ao leite materno**, alimento natural tão importante para o seu desenvolvimento. Segundo a doutrina, retirar do recém-nascido o direito de receber o leite materno poderia ser

³⁶HC 84766 SP, DJe-074, 25-04-2008.

considerado uma espécie de “contágio” da pena aplicada à mãe, violando o princípio da intranscendência das penas.³⁷



1. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) A CF determina que os crimes de racismo, a prática da tortura e o terrorismo são imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Comentários:

O enunciado cobra o conhecimento dos incisos XLII e XLIII do art. 5º da Constituição. O crime de racismo é inafiançável e imprescritível, mas a Constituição não veda que seja objeto de graça ou de anistia. Já a tortura e o terrorismo são crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia, mas sujeitos à prescrição. Questão incorreta.

2. (CESPE/Polícia Federal – 2014) O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

Comentários:

O racismo é crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII, CF). Não há óbice constitucional a que seja objeto de graça ou anistia. Já o terrorismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. A lei poderá, sim, determinar que estejam sujeitos à prescrição. Os crimes hediondos são um rol de crimes elencados em legislação própria (rol taxativo) e não pela Constituição. A Carta Magna não classifica nenhum crime, especificamente, como hediondo. Questão incorreta.

3. (CESPE/MPE-AC – 2014) A CF admite em situações específicas, como as que envolvam ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, que alguém possa ser julgado por órgão judicial constituído *ex post facto*.

Comentários:

³⁷ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 285

A criação de um órgão judicial constituído "ex post facto" - ou tribunal de exceção! - é vedada pela Carta Magna em qualquer circunstância (art. 5º, XXXVII, CF). Questão incorreta.

4. (CESPE / FNDE - 2012) A CF assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, não se incluindo entre órgãos públicos, para os fins desse dispositivo, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Comentários:

Reza a Constituição que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art. 5º, XXXIII). Isso se aplica a todos os órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta (inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista). Questão incorreta.

5. (CESPE / PREVIC - 2011) Independentemente do pagamento de taxas, é assegurada a todos, para a defesa e esclarecimento de situações de interesse pessoal e de terceiro, a obtenção de certidões em repartições públicas.

Comentários:

O direito à obtenção de certidões só é possível para situações de interesse pessoal. Ele não abrange interesse de terceiros. Questão incorreta.

6. (CESPE / Juiz Federal TRF 3ª Região - 2011/) O direito de petição é direito fundamental de caráter universal, assegurado à generalidade das pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, de modo individual ou coletivo, mas não às pessoas jurídicas, que não dispõem de legitimidade para valer-se desse instrumento de defesa de interesses próprios ou de terceiros contra atos ilegais ou praticados com abuso de poder.

Comentários:

As pessoas jurídicas têm, sim, direito de petição. Trata-se de direito assegurado a todas as pessoas: físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras. Além disso, a petição é instrumento de defesa não só de interesses próprios, como de terceiros, contra ilegalidade ou abuso de poder. Questão incorreta.

7. (CESPE / TRT 1ª Região - 2010) O princípio da inafastabilidade da jurisdição tem aplicação absoluta no sistema jurídico vigente, o qual não contempla a hipótese de ocorrência da denominada jurisdição condicionada.

Comentários:

Entende-se por jurisdição condicionada a exigência de que o acesso ao Judiciário se dê apenas após o esgotamento da via administrativa. A CF/88 adotou o princípio da inafastabilidade da jurisdição, mas previu algumas **situações excepcionais de jurisdição condicionada**, tais como as questões pertinentes à justiça desportiva (art. 217, § 1º, CF/88) e o "habeas data" (art. 5º, LXXII). Questão incorreta.

8. (CESPE / MPU - 2013) A lei regulará a individualização da pena, proibidas, em qualquer situação, a pena de morte, a de caráter perpétuo, a de trabalhos forçados, a de banimento e a cruel.

Comentários:

O erro do enunciado é que a pena de morte não é proibida em qualquer situação, uma vez que é permitida no caso de guerra declarada. Questão incorreta.

9. (CESPE / DPE-PI - 2009) Qualquer pessoa, seja física ou jurídica, nacional ou estrangeira, tem legitimidade para exercer o direito de petição, apresentando reclamações a qualquer autoridade legislativa, executiva ou jurisdicional, contra ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários:

O enunciado está perfeito. Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, têm direito de petição. Questão correta.

10. (CESPE / MPPE-PR - 2008) É assegurada a todos, mediante o pagamento de taxa, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Comentários:

A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, **independe do pagamento de taxas**. Questão incorreta.

11. (CESPE / TER-GO - 2009) A CF garante a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, mediante o pagamento das respectivas taxas.

Comentários:

Trata-se de direito assegurado pela Constituição, independentemente do pagamento de taxas. Questão incorreta.

12. (CESPE / INSS - 2008) Em 2007, Lúcio requereu aposentadoria por tempo de serviço perante o INSS por ter atingido a idade mínima exigida para o benefício e 35 anos de contribuição. O INSS indeferiu o requerimento porque não considerou o período trabalhado em XY Comércio Ltda., tempo de serviço reconhecido e anotado na carteira de trabalho de Lúcio por força de sentença trabalhista transitada em julgado. Ante tal indeferimento, o trabalhador solicitou ao INSS cópia do processo administrativo em que constava o indeferimento ou certidão circunstanciada de inteiro teor do processo, mas o servidor que o atendeu recusou-se a lhe fornecer a documentação solicitada. É direito de Lúcio o recebimento da certidão, que deve retratar fielmente os fatos ocorridos no processo de requerimento de aposentadoria.

Comentários:

A CF/88 assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito à obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Portanto, Lúcio **tem, sim, direito ao recebimento da certidão**, que deverá retratar todos os fatos ocorridos no processo. Questão correta.

13. (CESPE / AGU - 2010) A CF assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. Nesse sentido, não sendo atendido o pedido de certidão, por ilegalidade ou abuso de poder, o remédio cabível será o *habeas data*.

Comentários:

O direito à obtenção de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal é líquido e certo. Eventual violação a esse direito deverá ser sanada por mandado de segurança. Questão incorreta.

14. (CESPE / Juiz TRF 3ª Região - 2011) O texto constitucional determina que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, seja ela proveniente de ação ou omissão de organizações públicas, seja originada de conflitos privados; como corolário do princípio da inafastabilidade do controle judicial, a CF garante, de modo expresso, o direito ao duplo grau de jurisdição em todos os feitos e instâncias.

Comentários:

O duplo grau de jurisdição não é uma garantia prevista no texto constitucional. Questão incorreta.

15. (CESPE / Juiz TRF 3ª Região - 2011) A jurisprudência do STF considera que o princípio do direito adquirido se impõe a leis de direito privado, mas não a leis de ordem pública, pois estas se aplicam de imediato, alcançando os efeitos futuros do ato jurídico perfeito ou da coisa julgada.

Comentários:

Segundo o STF, esse princípio constitucional se aplica a todo e qualquer ato normativo infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei de direito público ou de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva. Questão incorreta.

16. (CESPE / INSS - 2008) O princípio constitucional segundo o qual a lei nova não prejudicará o ato jurídico perfeito não se aplica às normas infraconstitucionais de ordem pública.

Comentários:

Não é esse o entendimento do STF, conforme acabamos de comentar na resolução da questão anterior. Questão incorreta.

17. (CESPE / INSS - 2008) Os servidores públicos de autarquias que promovem intervenção no domínio econômico têm direito adquirido a regime jurídico.

Comentários:

O STF entende que não há direito adquirido a regime jurídico. Com base nisso, é possível o reenquadramento do servidor em outro nível da carreira, ainda que tenha se aposentado no último nível desta; ou mesmo a modificação da composição de seus vencimentos, desde que não haja

decesso remuneratório e várias outras mudanças em sua vida funcional. Questão incorreta.

18. (CESPE / TRE-PA - 2007) O servidor público tem direito adquirido ao regime jurídico, sendo defeso alterar as disposições legais existentes no momento do início do exercício do cargo.

Comentários:

De acordo com o STF, não há direito adquirido a regime jurídico. Por isso, poderá o Poder Público alterar, sim, as disposições legais existentes no momento do início do cargo. Muita atenção à palavra "defeso", que significa "proibido", "vedado". Questão incorreta.

19. (CESPE / STM - 2011) A imparcialidade do Poder Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal são garantidas pelo princípio do juiz natural, que é assegurado a todo e qualquer indivíduo, brasileiro e estrangeiro, abrangendo, inclusive, pessoas jurídicas.

Comentários:

De fato, a imparcialidade do Poder Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio do Estado se estendem a todas as pessoas físicas (brasileiras ou estrangeiras) e jurídicas. Questão correta.

20. (CESPE / TRE-MT - 2010) A CF permite que seja constituído tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que causem grande repercussão na localidade em que foram cometidos.

Comentários:

A Constituição não admite a criação de tribunal de exceção, em qualquer hipótese. Questão incorreta.

21. (CESPE / MPE-RR - 2008) Os tribunais de exceção são criados em determinadas situações excepcionais, tais como o julgamento de crimes de genocídio.

Comentários:

Nossa Carta Magna veda a criação de tribunais de exceção. Em qualquer hipótese. Questão incorreta.

22. (CESPE / PM-DF - 2010) Em casos de crimes que causem grande comoção nacional, como no caso de genocídio, a CF

permite que seja constituído tribunal penal especial para julgá-los.

Comentários:

E o CESPE repete a questão... A vedação à criação de tribunais de exceção pela Constituição não comporta exceções, por pior que seja o crime. Questão incorreta.

23. (CESPE / SEAD-SE - 2009) Célio é analista administrativo da Secretaria de Estado da Administração de estado da federação há 5 anos. Em janeiro de 2009, ele foi convocado para integrar o corpo de jurados do tribunal do júri da capital do seu estado. Célio encaminhou expediente ao juiz titular do tribunal, alegando a impossibilidade de participar do corpo de jurados em razão de as votações serem públicas, não havendo sigilo, o que lhe deixaria em uma posição de exposição pessoal na cidade em que reside. Nessa situação, Célio equivocou-se ao encaminhar o expediente ao magistrado, uma vez que a CF assegura o sigilo das votações no tribunal do júri.

Comentários:

O enunciado é enorme, mas a questão é fácil! A CF, de fato, assegura o sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, CF). Célio se equivocou. Questão correta.

24. (CESPE / TRE-BA - 2010) A competência do júri é para julgamento dos crimes contra a vida, sejam eles dolosos ou culposos.

Comentários:

A competência do tribunal do júri é apenas para julgamento dos crimes **dolosos** contra a vida. Questão incorreta.

25. (CESPE / STF - 2008) O julgamento dos crimes dolosos contra a vida é de competência do tribunal do júri, mas a CF não impede que outros crimes sejam igualmente julgados por esse órgão.

Comentários:

O STF entende que a competência do Tribunal do Júri, fixada no art. 5º, XXXVIII, "d", da CF/88, quanto ao julgamento de crimes dolosos contra a vida **é passível de ampliação** pelo legislador ordinário. Em outras

palavras, a CF não impede que outros crimes sejam julgados por esse órgão. Questão correta.

26. (CESPE / OAB - 2009) É correto afirmar que a lei penal:

- a) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- b) retroagirá, salvo disposição expressa em contrário.
- c) não retroagirá, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- d) retroagirá, se ainda não houver processo penal instaurado.

Comentários:

Determina o art. 5º, XL, que a lei penal não retroagirá, **salvo para beneficiar** o réu. A letra A é o gabarito.

27. (CESPE / STJ - 2008) No Brasil, o terrorismo e o racismo são imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Comentários:

O terrorismo e o racismo têm uma disciplina constitucional diferente. O **racismo é inafiançável e imprescritível**, ao passo que o **terrorismo é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia**. Questão incorreta.

28. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Por força constitucional, são inafiançáveis os crimes de racismo e de tortura.

Comentários:

O enunciado está perfeito! Questão correta.

29. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Respondem pelo crime de tortura tanto as pessoas que a praticam quanto as que, podendo evitá-la, se omitem.

Comentários:

Segundo a CF/88, respondem pelo crime de tortura os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem. Questão correta.

30. (CESPE / OAB - 2007) São inafiançáveis os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os cometidos por grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático. Mas em

relação aos crimes hediondos, fica o legislador autorizado a excluir ou não a inafiançabilidade.

Comentários:

Os crimes hediondos seguem a mesma regra dos 3 T (tortura, tráfico ilícito de drogas e terrorismo), conforme o art. 5º, XLIII, da CF/88. Ou seja, os crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia. Questão incorreta.

31. (CESPE / BRB - 2010) Conforme expressa disposição constitucional, o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins é considerado crime inafiançável e imprescritível.

Comentários:

O tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins é inafiançável, porém **não é imprescritível**. Questão incorreta.

32. (CESPE / Polícia Civil – PB - 2009) O crime de tortura é afiançável, mas será insuscetível de graça ou anistia ou de liberdade provisória.

Comentários:

O crime de tortura é **inafiançável**, sendo, também, insuscetível de graça ou anistia. Questão incorreta.

33. (CESPE / MPE-RO - 2010) Segundo jurisprudência do STF, é constitucional norma legal que vede a progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos.

Comentários:

O STF considerou **inconstitucional**, por afronta ao princípio da individualização da pena, a vedação absoluta à progressão de regime trazida pela Lei 8072/1990, que trata dos crimes hediondos. Questão incorreta.

34. (CESPE / MPU - 2010) O ordenamento constitucional veda o envio compulsório de brasileiros ao exterior, que caracterizaria a pena de banimento, assim como proíbe a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, que caracterizaria a pena de expulsão.

Comentários:

De fato, o banimento é pena vedada pela CF/88. Entretanto, a **expulsão de estrangeiros** do território nacional **é autorizada** pelo ordenamento jurídico brasileiro. Questão incorreta.

35. (CESPE / TRE-MA - 2009) Inexiste pena de morte, no Brasil, em qualquer hipótese.

Comentários:

A pena de morte é possível sim, no Brasil, no caso de guerra declarada. Questão incorreta.

36. (CESPE / TRT 5ª Região - 2008) É proibida a instituição de pena de morte no Brasil por força de mandamento constitucional.

Comentários:

A vedação não é absoluta, como o enunciado nos leva a crer. Há uma exceção: é possível a instituição de pena de morte no caso de guerra declarada. Questão incorreta.

37. (CESPE / OAB -SP - 2009) Segundo a CF, pode ser instituída pena:

- a) de caráter perpétuo.
- b) de trabalhos forçados.
- c) de perda de bens.
- d) de banimento

Comentários:

A pena de perda de bens é permitida pela CF/88 (art. 5º, XLVI, "b"). Todas as demais são vedadas (art. 5º, XLVII). A letra C é o gabarito.

38. (CESPE / TRT 1ª Região - 2008) Se, em sentença judicial transitada em julgado, José for condenado ao perdimento de bens importados ilegalmente e, durante o curso do processo, ocorrer o falecimento de José, nessa situação, os sucessores dele receberão o patrimônio, já que é pétrea a determinação de que nenhuma pena pode ser estendida aos sucessores do condenado.

Comentários:

Nesse caso, a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderão ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor **do patrimônio transferido**. Questão incorreta.

39. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) O Estado brasileiro deve assegurar às presidiárias as condições necessárias para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de amamentação.

Comentários:

O Estado brasileiro deve, sim, assegurar às presidiárias as condições necessárias para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de amamentação. Trata-se de um direito não só da mãe como da criança também! Questão correta.

Vamos continuar no estudo do art. 5º, da Constituição Federal!

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

A extradição é um instituto jurídico destinado a promover a **cooperação penal** entre Estados. Consiste no ato de **entregar uma pessoa para outro Estado** onde esta praticou crime, para que lá seja julgada ou punida. De forma mais técnica, a extradição é "o ato pelo qual um Estado entrega a outro Estado indivíduo acusado de haver cometido crime de certa gravidade ou que já se ache condenado por aquele, após haver-se certificado de que os direitos humanos do extraditando serão garantidos."³⁸

Há casos bastante conhecidos, que podem exemplificar muito bem o que é a extradição. Se você é do nosso tempo, deve se lembrar do "Balão Mágico" (banda infantil muito conhecida nos anos 80). Um dos integrantes do "Balão Mágico" era o Mike, que era filho de Ronald Biggs, inglês que realizou um assalto a um trem e, depois, fugiu para o Brasil. A Inglaterra pediu ao Brasil a extradição, sem obter sucesso.

Um caso mais recente é o do italiano Cesare Battisti, acusado pela prática de vários crimes na Itália. Cesare Battisti, após viver um tempo na França,

³⁸ ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento & CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**, 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 499 – 502.

fugiu para o Brasil A Itália também solicitou a extradição ao Brasil, também sem sucesso.

Dados esses exemplos, voltemos ao tema...

Há **2 (dois) tipos de extradição**: **i)** a extradição ativa; e **ii)** a extradição passiva. A **extradição ativa** acontecerá quando o **Brasil requerer a um outro Estado estrangeiro** a entrega de um indivíduo para que aqui seja julgado ou punido; por sua vez, a **extradição passiva** ocorrerá quando um **Estado estrangeiro requerer ao Brasil** que lhe entregue um indivíduo.

Iremos focar o nosso estudo, a partir de agora, na extradição passiva: quando um Estado solicita que o Brasil lhe entregue um indivíduo.

De início, vale destacar que a Constituição Federal traz, no art. 5º, LI e LII, algumas limitações importantes à extradição.

O **brasileiro nato** (que é o brasileiro “de berço”, que recebeu sua nacionalidade ao nascer) **não poderá ser extraditado**; trata-se de hipótese de **vedação absoluta** à extradição. Baseia-se na lógica de que o Estado deve proteger (acolher) os seus nacionais.

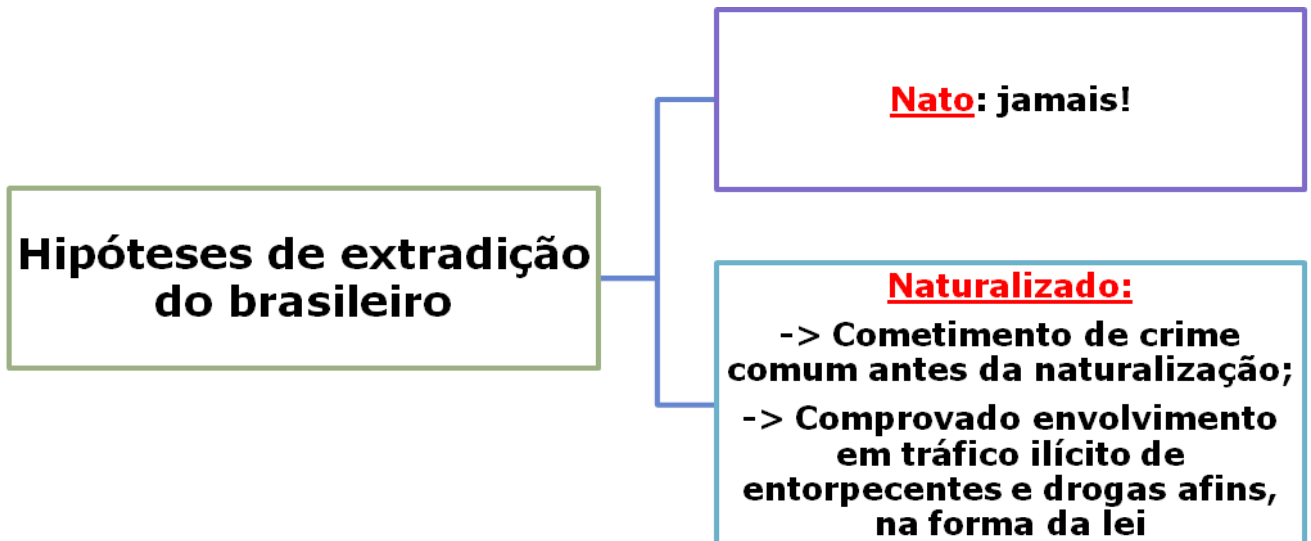
Por sua vez, o **brasileiro naturalizado** (que é aquele nasceu estrangeiro e se tornou brasileiro), **podará ser extraditado**. No entanto, isso somente será possível em duas situações:

a) no caso de **crime comum, praticado antes da naturalização**. Perceba que existe, aqui, uma limitação temporal. Se o crime comum tiver sido cometido após a naturalização, o indivíduo não poderá ser extraditado; a extradição somente será possível caso o crime seja anterior à aquisição da nacionalidade brasileira pelo indivíduo.

b) em caso de **comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins**. Nessa situação, não há qualquer limite temporal. O envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins dará ensejo à extradição quer ele tenha ocorrido antes ou após a naturalização.

Vale ressaltar que as regras de extradição do brasileiro naturalizado também se aplicam ao **português equiparado**.³⁹

³⁹ **Português equiparado** é o português que, por ter residência permanente no Brasil, terá um tratamento diferenciado, possuindo os mesmos direitos dos brasileiros naturalizados.



Os estrangeiros podem ser extraditados com maior liberdade pelo Estado brasileiro, desde que cumpridos os requisitos legais para a extradição. Cabe destacar, todavia, que **não se admite a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião**. Essa é uma prática usual nos ordenamentos constitucionais de outros países e tem por objetivo proteger os indivíduos que forem vítimas de perseguição política.

A **definição de um crime como sendo um delito político** é tarefa difícil e que **compete ao Supremo Tribunal Federal**. É no caso concreto que a Corte Suprema irá dizer se o crime pelo qual se pede a extradição é ou não político.⁴⁰ Esse entendimento do STF é bastante importante porque permite resolver alguns problemas de difícil solução. É possível que o Brasil extradite asilado político? Pode um refugiado ser extraditado?

Vamos aos poucos...

O **asilo político**, que é um dos princípios do Brasil nas relações internacionais (art. 4º, X), consiste no **acolhimento de estrangeiro** por um Estado que não seja o seu, em virtude de **perseguição política** por seu próprio país ou por terceiro. Segundo o STF, **não há incompatibilidade** absoluta entre o instituto do asilo e o da extradição passiva. Isso porque **a Corte não está vinculada ao juízo formulado pelo Poder Executivo** na concessão do asilo político.⁴¹ Em outras palavras, mesmo que o Poder Executivo conceda asilo político a um estrangeiro, o STF poderá, *a posteriori*, autorizar a extradição.

⁴⁰ Ext 615, Rel. Min. Paulo Brossard. DJ. 05.12.1994.

⁴¹ Ext 524, Rel.: Min. Celso de Mello, Julgamento: 31/10/1990, Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

Quanto ao **refúgio**, trata-se de instituto **mais geral do que o asilo político**, que será reconhecido a indivíduo em razão de fundados temores de perseguição (por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões política).

Apesar de a lei dispor que "o reconhecimento da condição de refugiado **obstará o seguimento** de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio"⁴², entende o STF que a **decisão administrativa que concede o refúgio não pode obstar**, de modo absoluto e genérico, **todo e qualquer pedido de extradição** apresentado à Corte Suprema.⁴³ No caso concreto, apreciava-se a extradição de Cesare Battisti, a quem o Ministro da Justiça havia concedido o *status* de refugiado. O STF, ao analisar o caso, concluiu pela ilegalidade do ato de concessão do refúgio.

Agora que já falamos sobre as limitações, vamos entender como funciona o processo de extradição.

O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) prevê **três etapas** para a extradição passiva.

A primeira é uma **etapa administrativa**, de responsabilidade do Poder Executivo. Nessa fase, o Estado requerente solicita a extradição ao Presidente da República por via diplomática. Destaque-se que o pleito extradicionário deverá ter como **fundamento** a existência de um **tratado bilateral** entre os dois Estados ou, caso este não exista, uma **promessa de reciprocidade** (compromisso de acatar futuros pleitos). Sem um tratado ou promessa de reciprocidade, a extradição não será efetivada.

Ao receber o pleito extradicionário, há duas situações possíveis:

- a) O Presidente poderá **indeferir a extradição sem apreciação do STF**, o que se denomina recusa primária.
- b) O Presidente poderá **deferir a extradição, encaminhando a solicitação ao STF**, ao qual caberá analisar a legalidade e a procedência do pedido (art. 102, I, "g", CF). Nesse caso, passaremos à etapa judiciária. Segundo o STF, nem mesmo a concordância do extraditando em retornar ao seu país impede que a Corte analise o caso, uma vez tendo recebido comunicação por parte do Poder Executivo⁴⁴.

Na **etapa judiciária**, o STF irá analisar a legalidade e a procedência do pedido de extradição. Um dos pressupostos da extradição é a existência de

⁴² Lei 9.474/97 – art. 33.

⁴³ Ext 1085, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe 16.04.2010

⁴⁴ Ext. 643, STF, Pleno, Rel. Min. Francisco Rezek, j. 19.12.1994.

um **processo penal**. Cabe destacar, todavia, que a extradição será possível tanto após a condenação quanto durante o processo.

Há necessidade, ainda, que exista o que a doutrina chama "**dupla tipicidade**": a conduta que a pessoa praticou deve ser crime tanto no Brasil quanto no Estado requerente. Quando o fato que motivar o pedido de extradição não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente, não será concedida a extradição.

Ao analisar a extradição, o STF verifica se os direitos humanos do extraditando serão respeitados. Nesse sentido:

- a) Não será concedida a extradição se o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante **juízo ou tribunal de exceção**. É o já conhecido princípio do "juiz natural".
- b) Caso a **pena para o crime seja a de morte**, o Estado requerente deverá se comprometer a substituí-la por outra, restritiva de liberdade (**comutação da pena**), exceto, claro, naquele único caso em que a pena de morte é admitida no Brasil: guerra declarada.
- c) Caso a **pena para o crime seja de caráter perpétuo**, o Estado requerente deverá se comprometer à **comutação dessa pena em prisão de até 30 anos**, que é o limite tolerável pela lei brasileira.⁴⁵

Por fim, há **outra etapa administrativa**, em que o Presidente da República, na condição de Chefe de Estado, entrega ou não o extraditando ao país requerente. Novamente, há duas situações possíveis:

- a) O **STF nega** a extradição. Nesse caso, a decisão irá vincular o Presidente da República, que ficará impedido de entregar o extraditando.
- b) O **STF autoriza** a extradição. Essa decisão não vincula o Presidente da República, que é a autoridade que detém a competência para decidir sobre a efetivação da extradição.

Esse entendimento (o de que a autorização do STF não vincula o Presidente) ficou materializado no caso da extradição do italiano Cesare Battisti. Segundo a Corte, a **última palavra** sobre a entrega ou não do extraditando **cabe ao Presidente da República**, que tem liberdade para decidir sobre a efetivação da extradição, obedecidos os termos do tratado bilateral porventura existente entre o Brasil e o Estado requerente. A decisão de

⁴⁵Ext 855, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 26-8-2004, Plenário, DJ de 1º-7-2005.

efetivar a extradição é, assim, um **ato político**, de **manifestação da soberania**.

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

O princípio do **devido processo legal** (*due process of law*) é uma das garantias constitucionais mais amplas e relevantes⁴⁶; trata-se de um **conjunto de práticas jurídicas** previstas na Constituição e na legislação infraconstitucional cuja finalidade é **garantir a concretização da justiça**.

O devido processual legal é garantia que concede **dupla proteção** ao indivíduo: ele incide tanto no âmbito formal (processual) quanto no âmbito material.

No **âmbito formal (processual)**, traduz-se na garantia de que as partes poderão se valer de todos os **meios jurídicos disponíveis** para a defesa de seus interesses. Assim, derivam do “devido processo legal” o direito ao contraditório e à ampla defesa, o direito de acesso à justiça, o direito ao juiz natural, o direito a não ser preso senão por ordem judicial e o direito a não ser processado e julgado com base em provas ilícitas.⁴⁷

No **âmbito material (substantivo)**, por sua vez, o devido processo legal diz respeito à aplicação do **princípio da proporcionalidade** (também chamado de princípio da razoabilidade ou da proibição de excesso). O respeito aos direitos fundamentais não exige apenas que o processo seja regularmente instaurado; além disso, as decisões adotadas devem primar pela justiça, equilíbrio e pela proporcionalidade.⁴⁸

É possível afirmar, portanto, que o **princípio da proporcionalidade tem sua sede material no princípio do devido processo legal**, considerado em sua acepção substantiva, não simplesmente formal.⁴⁹ Em outras palavras, o princípio da proporcionalidade, que não está expressamente previsto na Constituição, tem como fundamento o devido processo legal substantivo (material).

O princípio da proporcionalidade está **implícito no texto constitucional**, dividindo-se em **3 (três) subprincípios**:

⁴⁶ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 592-594.

⁴⁷ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Editora Saraiva, 2011, pp. 592-594.

⁴⁸ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição. Ed. Juspodium, 2012, pp. 740 – 742.

⁴⁹ ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**, 5ª edição. Ed. Método, 2010. pp. 172-175.

- a) **Adequação**: a medida adotada pelo Poder Público deverá estar apta para alcançar os objetivos almejados.
- b) **Necessidade**: a medida adotada pelo Poder Público deverá ser indispensável para alcançar o objetivo pretendido. Nenhuma outra medida menos gravosa seria eficaz para o atingimento dos objetivos.
- c) **Proporcionalidade em sentido estrito**: a medida será considerada legítima se os benefícios dela resultantes superarem os prejuízos.

O STF tem utilizado o princípio da proporcionalidade como fundamento de várias de suas decisões, especialmente no que diz respeito ao **controle de constitucionalidade de leis**. Com efeito, **leis de caráter restritivo** deverão observar o princípio da proporcionalidade. Segundo a Corte:

"... o princípio da proporcionalidade visa a inibir e a neutralizar o abuso do Poder Público no exercício das funções que lhe são inerentes, notadamente no desempenho de atividade de caráter legislativo e regulamentar. Dentro dessa perspectiva, o postulado em questão, enquanto categoria fundamental de limitação dos excessos emanados do Estado, atua como verdadeiro parâmetro de aferição da própria constitucionalidade material dos atos estatais".⁵⁰

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

As garantias do contraditório e da ampla defesa são **corolários do princípio do devido processo legal**, isto é, dele decorrem diretamente.

A **ampla defesa** compreende o direito que o indivíduo tem de trazer ao processo todos os elementos lícitos de que dispuser para provar a verdade, ou, até mesmo, de se calar ou se omitir caso isso lhe seja benéfico (direito à não-autoincriminação). Já o **contraditório** é o direito dado ao indivíduo de contradizer tudo que for levado ao processo pela parte contrária. Assegura, também, a igualdade das partes do processo, ao equiparar o direito da acusação com o da defesa.⁵¹

A ampla defesa e o contraditório são princípios que se aplicam tanto aos **processos judiciais** quanto aos **processos administrativos**, sejam estes últimos referentes à aplicação de punições disciplinares ou à restrição de direitos em geral. O termo "litigantes" deve, portanto, ser compreendido

⁵⁰ STF, MS 1.320-9/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 14.04.1999.

⁵¹ ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**, 5ª edição. Ed. Método, 2010. pp. 176.

na **acepção mais ampla possível**, não se referindo somente àqueles que estejam envolvidos em um processo do qual resulte ou possa resultar algum tipo de penalidade.

Todavia, entende o STF que a ampla defesa e o contraditório **não se aplicam na fase do inquérito policial ou civil**.⁵² Por esse motivo, é nula a sentença condenatória proferida **exclusivamente** com base em fatos narrados no inquérito policial. O juiz pode usar as provas colhidas no inquérito para fundamentar sua decisão; entretanto, por não ter sido garantida a ampla defesa e o contraditório na fase do inquérito, as provas nele obtidas não poderão ser os únicos elementos para motivar a decisão judicial.

O inquérito é fase pré-processual, de **natureza administrativa**, consistindo em um conjunto de diligências realizadas para a apuração de uma infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal (Ministério Público ou o ofendido) possa ingressar em juízo. Somente aí é que terá início a fase processual, com as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório devendo ser respeitadas.

Cabe destacar que, apesar de a ampla defesa e o contraditório não serem garantias na fase do inquérito, o **indiciado possui, mesmo nessa fase, certos direitos fundamentais** que lhe devem ser garantidos. Dentre eles, podemos citar o direito a ser assistido por um advogado, o de não se autoincriminar e o de manter-se em silêncio.⁵³

Vejam bem: na fase do inquérito, o indivíduo pode ser assistido por advogado; todavia, não é obrigatória a assistência advocatícia nessa fase. É com base nessa lógica que o STF entende que **não há ofensa ao contraditório e à ampla defesa** quando do **interrogatório realizado pela autoridade policial sem a presença de advogado**.

Sobre os direitos do indiciado na fase do inquérito, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 14**, muito cobrada em concursos públicos:

"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

Por meio dessa súmula, o STF garantiu a advogados o acesso a **provas já documentadas em autos de inquéritos policiais** que envolvam seus clientes, inclusive os que tramitam em sigilo. Observe, entretanto, que a

⁵² STF, RE 481.955 – AgR. Rel. Min Carmem Lúcia. DJe: 26.05.2011

⁵³ STF, HC 82.354, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 24.09.2004.

súmula somente se aplica a provas já documentadas, não atingindo demais diligências do inquérito, às quais o advogado não tem direito a ter acesso prévio. Com isso, caso sinta necessidade, a autoridade policial está autorizada a separar partes do inquérito.

Também existe uma fase pré-processual que antecede os processos administrativos disciplinares: a **sindicância**. Segundo o STF, na sindicância preparatória para a abertura do processo administrativo disciplinar (PAD) **não é obrigatória a obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa**. Esses princípios somente são exigidos no curso do processo administrativo disciplinar (PAD).

Ressalta-se que a razão disso é que a sindicância que precede a abertura do PAD, assim como o inquérito policial, caracterizam-se pela coleta de informações, que serão apuradas em fases futuras dentro de um processo. Caso a sindicância, entretanto, não resulte em abertura do PAD, **mas se traduza em aplicação de penalidade** (advertência, por exemplo)⁵⁴, há sim, **necessidade de obediência ao contraditório e à ampla defesa** como requisito de validade da pena aplicada.

O STF entende que, nos **processos administrativos disciplinares**, a ampla defesa e o contraditório podem ser validamente exercidos independentemente de advogado. Dessa forma, em um PAD instaurado para apurar infração disciplinar praticada por servidor, **não é obrigatória a presença de advogado**. Com base nesse entendimento, o STF editou a **Súmula Vinculante nº 5**:

"A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição."

Como forma de garantir a ampla defesa, é bastante comum que a legislação preveja a existência de **recursos administrativos**. No entanto, em muitos casos, a apresentação de recursos exigia o **depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens**. Em outras palavras, para entrar com recurso administrativo, o interessado precisava ofertar certas garantias, o que, em não raras vezes, **inviabilizava, indiretamente, o exercício do direito de recorrer**. Para resolver esse problema, o STF editou a Súmula Vinculante nº 21:

"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo."

⁵⁴ Segundo o art. 145, da Lei nº 8.112/90, da sindicância poderá resultar: i) arquivamento do processo; ii) **aplicação de penalidade de advertência ou suspensão** de até 30 (trinta) dias; iii) instauração de processo disciplinar.

Dessa forma, será **inconstitucional** qualquer lei ou ato normativo que estabeleça a necessidade de **depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens** como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.

Nessa mesma linha, o STF entende que **não se pode exigir depósito prévio** como condição para se ajuizar, junto ao Poder Judiciário, **ação para se discutir a exigibilidade de crédito tributário**.⁵⁵ Foi editada, então, a Súmula Vinculante nº 28:

"É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário."

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

O devido processo legal tem como uma de suas consequências é inadmissibilidade das provas ilícitas, que não poderão ser usadas nos **processos administrativos e judiciais**. Segundo o STF:

*"É indubitável que a prova ilícita, entre nós, não se reveste da necessária idoneidade jurídica como meio de formação do convencimento do julgador, razão pela qual deve ser desprezada, ainda que em prejuízo da apuração da verdade, em prol do ideal maior de um processo justo, condizente com o respeito devido a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, valor que se sobreleva, em muito, ao que é representado pelo interesse que tem a sociedade em uma eficaz repressão aos delitos."*⁵⁶

As provas ilícitas, assim consideradas aquelas obtidas com violação ao direito material, deverão ser, portanto, **expurgadas do processo**; serão elas imprestáveis à formação do convencimento do magistrado.⁵⁷

Há que se destacar, todavia, que a presença de provas ilícitas **não é suficiente para invalidar todo o processo**, se nele existirem outras provas, lícitas e autônomas (obtidas sem a necessidade dos elementos informativos revelados pela prova ilícita).⁵⁸ Uma vez que seja reconhecida


⁵⁵ Na ADIN 1.074-3, o STF considerou **inconstitucional** o art. 19, da Lei 8.870/94 que estabelecia que "as ações judiciais, inclusive cautelares, que tenham por objeto a discussão de débito para com o INSS serão, obrigatoriamente, **precedidas do depósito preparatório do valor do mesmo**, monetariamente corrigido até a data de efetivação, acrescido dos juros, multa de mora e demais encargos".

⁵⁶ STF, Ação Penal, 307-3-DF. Rel. Min. Ilmar Galvão, DJU 13.10.1995

⁵⁷ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 324-332

⁵⁸ STF, HC 76.231/RJ, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ: 29.09.1995.

a ilicitude de prova constante dos autos, esta deverá ser imediatamente desentranhada (retirada) do processo.⁵⁹ As outras provas, lícitas e independentes da obtida ilicitamente, são mantidas, tendo continuidade o processo.

 tome nota!	<p>Vejamos, a seguir, importantes entendimentos do STF sobre a licitude/ilicitude de provas:</p> <p>1) É ilícita a prova obtida por meio de interceptação telefônica sem autorização judicial. A interceptação telefônica, conforme já estudamos, depende de autorização judicial.</p> <p>2) São ilícitas as provas obtidas por meio de interceptação telefônica determinada a partir apenas de denúncia anônima, sem investigação preliminar. Com efeito, uma denúncia anônima não é suficiente para que o juiz determine a interceptação telefônica; caso ele o faça, a prova obtida a partir desse procedimento será ilícita.</p> <p>3) São ilícitas as provas obtidas mediante gravação de conversa informal do indiciado com policiais, por constituir-se tal prática em "interrogatório sub-reptício", realizado sem as formalidades legais do interrogatório no inquérito policial e sem que o indiciado seja advertido do seu direito ao silêncio.⁶⁰</p> <p>4) São ilícitas as provas obtidas mediante confissão durante prisão ilegal. Ora, se a prisão foi ilegal, todas as provas obtidas a partir dela também o serão.</p> <p>5) É lícita a prova obtida mediante gravação telefônica feita por um dos interlocutores sem a autorização judicial, caso haja investida criminosa daquele que desconhece que a gravação está sendo feita. Nessa situação, tem-se a legítima defesa.</p> <p>6) É lícita a prova obtida por gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, quando ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação.⁶¹</p>
---	--

⁵⁹ STF, Embargos de Declaração em Inquérito. Rel. Min. Néri da Silveira, 07.06.1996

⁶⁰ STF, HC 80.949. Rel. Min. Sepúlveda Pertence. DJ 30.10.2001

⁶¹ STF, RE 630.944 – AgR. Rel. Min. Ayres Brito. DJ 25.10.2011

	7) É lícita a prova consiste em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro. ⁶²
--	--

Muito conhecida na doutrina é a **Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada** (*"Fruits of the Poisonous Tree"*), que se baseia na ideia de que uma árvore envenenada irá produzir frutos contaminados! Seguindo essa lógica, uma **prova ilícita contamina todas as outras que dela derivam**. É o que a doutrina denomina ilicitude por derivação; pode-se dizer também que, nesse caso, haverá comunicabilidade da ilicitude das provas ilícitas a todas aquelas que dela derivarem.

É importante destacar, porém, que a tão-só existência de prova reconhecidamente ilícita no processo não basta para que a condenação seja considerada nula, ou seja, **a prova ilícita não contamina todo o processo**. Nesse sentido, segundo o STJ, *"não se aplica a Teoria da Árvore dos Frutos Envenenados quando a prova considerada como ilícita é independente dos demais elementos de convicção coligidos nos autos, bastantes para fundamentar a condenação."*⁶³

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Trata-se do princípio da **presunção de inocência**, que tem por objetivo proteger a liberdade do indivíduo frente ao poder de império do Estado. Somente a partir do **trânsito em julgado** (decisão da qual não caiba mais nenhum recurso) de sentença penal condenatória é que alguém poderá ser considerado culpado. É, afinal, o trânsito em julgado da sentença que faz coisa julgada material.

Da presunção de inocência, deriva a obrigatoriedade de que o **ônus da prova** da prática de um crime seja **sempre do acusador**. Assim, não se pode exigir que o acusado produza provas em seu favor; caberá à acusação provar, inequivocamente, a culpabilidade do acusado.

Com base no princípio da presunção de inocência, é vedada, em regra, a prisão do réu antes que sua condenação transite em julgado. No entanto, a jurisprudência do STF considera que as **prisões cautelares** (prisão preventiva, prisão em flagrante e prisão temporária) **são compatíveis com o princípio da presunção de inocência**. Assim, é **plenamente possível**, no ordenamento jurídico brasileiro, que **alguém seja preso antes de sentença penal condenatória transitada em julgado**. O que

⁶² STF, RE 583.937-QO-RG. Rel. Min. Cezar Peluso. DJ 19.11.2009.

⁶³ APR 20050810047450 DF, Rel. Vaz de Mello, j. 07.02.2008.

não é admitido é que alguém seja considerado culpado antes do trânsito em julgado dessa sentença.

Segundo o STF, “**viola** o princípio constitucional da **presunção de inocência**, previsto no art. 5º, LXVII, da CF, a exclusão de candidato de concurso público que responde a inquérito ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória”.⁶⁴ Ora, se ainda não houve o trânsito em julgado da sentença penal, o indivíduo não pode ser considerado culpado. Ao excluí-lo do concurso, a Administração Pública agiu como se ele assim devesse ser considerado, o que viola a presunção de inocência.

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Tem-se, aqui, norma constitucional de **eficácia contida**: na falta de lei dispondo sobre os casos de identificação criminal excepcional, esta jamais seria exigível.

O que é identificação civil? É a regra: carteira de identidade, de motorista, de trabalho... E a criminal? É a impressão digital (processo datiloscópico) e a fotográfica. Aposto que você se lembrou daquelas cenas de filmes, em que o preso é fotografado de frente e de perfil pela polícia, né?

Assim, **lei pode prever**, excepcionalmente, **hipóteses de identificação criminal mesmo quando o indivíduo já foi identificado civilmente**. É o caso da Lei nº 9034/1995, de combate ao crime organizado, por exemplo.

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

Como você sabe, em regra, é o **Ministério Público que provoca o Poder Judiciário nas ações penais públicas**, de cujo exercício é titular, com o fim de obter do Estado o julgamento de uma pretensão punitiva.

Entretanto, em alguns casos, o particular poderá exercer essa prerrogativa, de maneira excepcional. Trata-se dos casos de **ação penal privada subsidiária da pública**, quando esta não é intentada no prazo legal. Nesse tipo de ação, a **titularidade da persecução criminal** era, inicialmente, do Ministério Público. Entretanto, diante da omissão deste, ela **passou para o particular**.

Destaca-se, todavia, que não é possível ação penal privada subsidiária da pública quando o Ministério Público solicitou ao juiz o arquivamento do

⁶⁴ STF, RE 559.135-AgR. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.05.2008.

inquérito policial por falta de provas. Isso porque, nesse caso, não se caracteriza inércia do Ministério Público.

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

A compreensão desse inciso é bastante simples. A regra é a publicidade dos atos processuais. A exceção é a restrição a essa publicidade, que só poderá ser feita **por lei** e em 2 (duas hipóteses): **defesa da intimidade** ou **interesse social**.

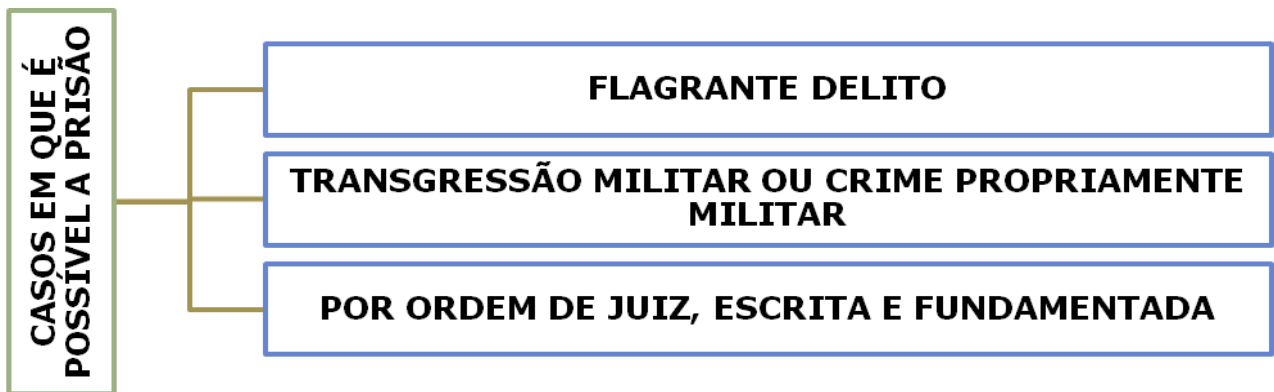
LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

O **direito à liberdade** é uma regra prevista na Constituição, que somente em situações excepcionais e taxativas poderá ser violada. O inciso LXI do art. 5º da Constituição traz as **hipóteses em que é possível a prisão**:

- a) em **flagrante delito**. Nesse caso, não haverá necessidade de ordem judicial. Nos termos do Código de Processo Penal, qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- b) em caso de **transgressão militar ou crime propriamente militar**, definidos em lei. Nesse caso, também é dispensada ordem judicial.
- c) por **ordem de juiz**, escrita e fundamentada. A decisão judicial é necessária para a decretação de prisão cautelar ou para a denegação de liberdade provisória.

A prisão, por tudo o que já comentamos, tem natureza excepcional. Nesse sentido, o inciso LXVI dispõe que **se a lei admitir a liberdade provisória**, com ou sem fiança, ninguém será levado à prisão ou nela mantido. Isso porque o direito à liberdade é um dos direitos humanos mais básicos e importantes.



LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

Esses dispositivos enunciam os **direitos do preso**, que lhe devem ser garantidos imediatamente quando de sua prisão.

Nos termos do inciso **LXII**, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão **comunicados imediatamente** ao **juiz competente** e à **família do preso ou à pessoa por ele indicada**. O objetivo é assegurar-lhe a assistência familiar e permitir que o juiz analise a legalidade da prisão, relaxando-a se tiver sido ilegal. Destaque-se que não ocorrerá descumprimento do art. 5º, LXII, se o preso, **voluntariamente**, não indica pessoa a ser comunicada de sua prisão.⁶⁵

O inciso **LXIII**, por sua vez, consagra o **direito ao silêncio** (direito à não-autoincriminação), que se baseia na lógica de que ninguém pode ser obrigado a produzir provas contra si mesmo ("*nemo tenetur se detegere*"). O preso deverá ser informado sobre seu direito de permanecer em silêncio, assim como do fato de que **o exercício desse direito não irá trazer-lhe nenhum prejuízo**. Em outras palavras, o silêncio do réu no interrogatório não pode ser interpretado como se fosse uma confissão da prática do crime.

⁶⁵ STF, HC 69.630. Rel. Min. Paulo Brossard. DJ: 04.12.1992.

O direito ao silêncio está presente quando o indiciado ou acusado presta depoimento ao **Poder Judiciário**, ao **Poder Executivo** ou ao **Poder Legislativo** (no âmbito de CPI, por exemplo). Segundo o STF, o preso deve ser informado de seu direito ao silêncio, sob pena de **nulidade absoluta** de seu interrogatório.

Importa destacar, ainda que, para o Supremo Tribunal Federal, o direito de permanecer em silêncio insere-se no alcance concreto da cláusula constitucional do **devido processo legal**. Nesse direito ao silêncio, está incluída, implicitamente, a **prerrogativa processual de o acusado negar, ainda que falsamente, perante a autoridade policial ou judiciária, a prática da infração penal**.⁶⁶ Essa garantia conferida ao acusado, entretanto, não lhe permite mentir indiscriminadamente. Não pode ele, com base nesse direito, criar situações que comprometam terceiros ou gerem obstáculos à apuração dos fatos, impedindo que a Justiça apure a verdade.

O inciso **LXIV**, por sua vez, garante ao preso o direito de **conhecer a identidade dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial**. O objetivo é evitar arbitrariedades da autoridade policial e de seus agentes que, uma vez tendo sido identificadas pelo preso, poderão ser responsabilizadas, *a posteriori*, no caso de ilegalidades ou abuso de poder.

Já o inciso **LXV** determina que a **prisão ilegal será imediatamente relaxada** pela autoridade judiciária. O relaxamento da prisão é, portanto, um ato por meio do qual o juiz torna sem efeito a restrição de liberdade. Trata-se, como se pode verificar, de uma proteção aos indivíduos contra **prisões ilegais ou arbitrárias**.

Um entendimento importante do STF, relacionado ao respeito dos direitos do preso, é a Súmula Vinculante nº 11, que trata do **uso de algemas**.

"Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado."

Com a edição da Súmula Vinculante nº 11, a utilização de algemas somente pode ser utilizada em **casos excepcionais** (resistência, fundado receio de fuga ou perigo à integridade física), **justificados por escrito**. A

⁶⁶STF, Primeira Turma, HC 68929 SP, Rel. Min. Celso de Mello, j. 22.10.1991, DJ 28-08-1992.

desobediência a essa regra implicará em **responsabilidade do agente ou da autoridade**, bem como na **nulidade da prisão**.

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

A partir deste artigo, de “memorização” obrigatória para sua prova, pode-se concluir que:

- a) Em regra, não há prisão civil por dívidas.
- b) Aquele que não paga **pensão alimentícia** só pode ser preso se deixar de pagar porque quer (inadimplemento **voluntário**) e sem justificativa plausível (inadimplemento **inescusável**).
- c) Se levarmos em conta apenas o texto da Constituição, iremos concluir que o depositário infiel também pode ser preso. No entanto, o entendimento atual do STF é o de que a **única prisão civil por dívida** admitida no ordenamento jurídico brasileiro é a resultante do **inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia**.

Vamos explicar o porquê disso, começando com o conceito de “depositário infiel”.

O conceito não é cobrado em prova, mas fica bem mais fácil entender o espírito da norma quando este é explicado. O depositário é a pessoa a quem uma autoridade entrega um bem em depósito. Essa pessoa assume a **obrigação de conservar aquele bem com diligência e de restituí-lo** assim que a autoridade o exigir. **Quando assim não procede**, é chamada **depositário infiel**. A infidelidade, portanto, é um delito. É o caso de uma pessoa que teve mercadoria apreendida pela Receita Federal, mas que recebe do Auditor-Fiscal autorização para guardá-la, por falta de espaço no depósito da unidade aduaneira, por exemplo. Caso o bem não seja entregue assim que requerido, o depositante torna-se infiel.

Pela literalidade da Constituição, o depositário infiel pode ser preso. De qualquer forma, trata-se de **autorização** (e não imposição) constitucional. Há necessidade de uma norma infraconstitucional que ordene a prisão. Com efeito, a Constituição apenas autoriza a prisão; quem deve determinar a prisão do depositário infiel é uma lei (norma infraconstitucional).


Já com isso em mente, precisamos saber que o Brasil é signatário da **Convenção Americana de Direitos Humanos** (Pacto de San Jose da Costa Rica), que **somente permite a prisão civil por não pagamento**

de obrigação alimentícia. Segundo o STF, esse tratado, por ser de direitos humanos, tem **"status" supralegal**, ou seja, está abaixo da Constituição e acima de todas as leis na hierarquia das normas. Assim, ele não se sobrepõe à Constituição, ou seja, permanece válida a autorização constitucional para que o depositário infiel seja preso.

No entanto, a Convenção Americana de Direitos Humanos **suspendeu toda a eficácia** da legislação infraconstitucional que regia a prisão do depositário infiel. Segundo o STF, o Pacto de San José da Costa Rica produziu um **"efeito paralisante"** sobre toda a legislação infraconstitucional que determinava a prisão do depositário infiel.⁶⁷

Dessa forma, **não houve revogação do texto constitucional.** A Constituição continua autorizando a prisão do depositário infiel; no entanto, a **legislação infraconstitucional está impedida de ordenar essa modalidade de prisão**, em razão da Convenção Americana de Direitos Humanos, cuja hierarquia é de norma supralegal.

Para sanar qualquer dúvida sobre o tema, o STF editou a Súmula Vinculante nº 25:

	É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.
---	---

Para finalizar, quero que vocês se lembrem, ainda, de que os **tratados sobre direitos humanos** também **podem ter "status" de emenda constitucional**, desde que aprovados obedecendo ao rito próprio dessa espécie normativa. Assim, necessitam ser aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Essa previsão está no art. 5º, § 3º da CF/88, incluído à Constituição pela EC 45/04.



40. (CESPE/TJ-CE – 2014) A publicidade dos atos processuais é restrita às partes e aos seus advogados.

Comentários:

⁶⁷ RE 466.343-1/SP, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 03.12.2008

A regra é a publicidade dos atos processuais. De acordo com o art. 5º, LX, da Constituição, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem. Questão incorreta.

41. (CESPE/TJ-CE – 2014) Os presos federais não têm direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

Comentários:

O art. 5º, inciso LXIV, da Constituição, prevê que o preso **tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão** ou por seu interrogatório policial. Questão incorreta.

42. (CESPE/TJ-CE – 2014) A prisão ilegal só será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária quando decorrente de prova ilícita.

Comentários:

A prisão ilegal sempre será imediatamente relaxada pelo juiz, independentemente de ter decorrido de prova ilícita. Não há tal ressalva na Constituição (art. 5º, LXV, CF). Questão incorreta.

43. (CESPE/MPE-AC – 2014) Em se tratando de crimes de ação pública, o oferecimento da ação penal é de competência privativa do MP, não se admitindo a ação privada, ainda que aquela não seja proposta no prazo legal.

Comentários:

O inciso LIX do art. 5º da Carta Magna prevê que “será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal”. Questão incorreta.

44. (CESPE/MPE-AC – 2014) Consoante o STF, configura expressão do direito de defesa o acesso de advogado, no interesse do representado, aos elementos de prova produzidos por órgão com competência de polícia judiciária, desde que já estejam documentados em procedimento investigativo.

Comentários:

Cobra-se o conhecimento da Súmula Vinculante nº 14, segundo a qual “é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento

investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa". Questão correta.

45. (CESPE / MPU - 2013) Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico internacional de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Comentários:

A vedação à extradição de brasileiros natos é **absoluta**. Apenas o brasileiro naturalizado pode ser extraditado, caso tenha cometido crime comum antes da naturalização ou tenha comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Questão incorreta.

46. (CESPE / TCE-BA - 2010) A CF prevê que o estrangeiro não pode ser extraditado por crime político ou de opinião.

Comentários:

Determina o art. 5º, LII da Constituição que não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião. Questão correta.

47. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) A CF prevê que não se concede extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, porém os brasileiros naturalizados podem ser extraditados em caso de crime comum, praticado antes da naturalização.

Comentários:

De fato, a CF/88 assegura que não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião (art. 5º, LII, CF) e que o naturalizado brasileiro poderá ser extraditado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização (art. 5º, LI, CF). Questão correta.

48. (CESPE / TRT 3ª Região - 2010) A doutrina e a jurisprudência dominantes entendem ser inaplicável a garantia do contraditório e da ampla defesa ao inquérito policial, uma vez que se não tem aqui um processo compreendido como instrumento destinado a decidir litígio.

Comentários:

O enunciado está perfeito. É esse o entendimento do STF. Questão correta.

49. (CESPE/ Juiz TRT 1ª Região - 2010) A CF assegura aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, razão pela qual, no âmbito do processo administrativo disciplinar, é imprescindível a presença de advogado.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento da Súmula Vinculante nº 5 do STF, segundo a qual a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição. A presença do advogado é, portanto, prescindível. Questão incorreta.

50. (CESPE / MPU - 2010) Considerando que os direitos sejam bens e vantagens prescritos no texto constitucional e as garantias sejam os instrumentos que asseguram o exercício de tais direitos, a garantia do contraditório e da ampla defesa ocorre nos processos judiciais de natureza criminal de forma exclusiva.

Comentários:

A garantia do contraditório e ampla defesa se estende a **todos** os processos judiciais e administrativos. Questão incorreta.

51. (CESPE/ Polícia Federal - 1997) Imagine que os meios de comunicação hajam realizado ampla cobertura jornalística acerca de Guilherme, cidadão brasileiro suspeito de haver posto um artefato explosivo em um avião de carreira, apontando-o como efetivo responsável pelo ato que causou o pouso forçado da aeronave, com lesões corporais em dezenas de passageiros e duas mortes. Todas as notícias basearam-se nas apaixonadas declarações que Luís, Delegado de Polícia Federal, fez em público, afirmando sua convicção pessoal quanto à culpabilidade de Guilherme, em razão dos indícios de que dispunha até aquele momento. Guilherme, devido ao intenso burburinho que se formou em torno de sua pessoa, entrou em depressão, foi demitido e seus filhos sofreram o repúdio dos colegas de escola. Alguns meses depois, quando a imprensa já deixara de comentar o assunto, o inquérito policial chegou a termo e o delegado responsável, Luís, apontou como verdadeiro culpado no relatório final, Antônio, outro passageiro do avião, que, aliás, confessou o crime. Antônio foi denunciado pelo Ministério Público Federal e acabou condenado pelo delito. Tendo em conta a situação acima e as

normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais, uma vez que a autoridade policial responsável pela investigação formasse sua íntima convicção acerca da culpabilidade de Guilherme, caberia a este provar a própria inocência.

Comentários:

Reza o art. 5º, LVII da CF/88 que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Portanto, caberia à **autoridade policial** provar a culpabilidade de Guilherme, sendo este presumido inocente até a prova em contrário. Questão incorreta.

52. (CESPE / TJ-DF - 2003) De acordo com a teoria dos frutos da árvore envenenada, a prova ilícita originária contamina as demais provas dela decorrentes, sendo todas elas inadmissíveis no processo.

Comentários:

É exatamente isso que determina a teoria dos frutos da árvore envenenada. Todas as provas decorrentes de uma prova ilícita serão consideradas ilícitas e, portanto, inadmissíveis no processo. Questão correta.

53. (CESPE / AUG- MG - 2009) Admite-se que a lei restrinja a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do inciso LX do art. 5º da CF/88:

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

A compreensão desse inciso é bastante simples. A regra é a publicidade dos atos processuais. A exceção é a restrição a essa publicidade, que só poderá ser feita **por lei** e em duas hipóteses: defesa da intimidade ou interesse social. Questão correta.

54. (CESPE / PM-DF - 2009) O juiz de direito da vara criminal de uma cidade decretou a prisão preventiva de Joel, por este ter praticado tráfico de drogas, crime equiparado a hediondo pela CF. O juiz determinou que a decisão fosse cumprida pela PMDF. O mandado chegou à PMDF às 20 h e foi distribuído à equipe que se

encontrava de plantão naquela noite, comandada pelo capitão Oliveira. Imediatamente, os policiais dirigiram-se para a casa do acusado, bateram à porta e perguntaram por Joel, ouvindo de sua esposa que ele não estava. Oliveira determinou uma busca na residência, encontrando Joel escondido debaixo da cama do casal. O capitão informou ao procurado o motivo de sua prisão e que ele teria direito a um advogado. Os familiares de Joel indagaram para onde ele seria levado, tendo o policial respondido que essa informação só seria passada ao advogado do preso no dia seguinte. Em seguida, Joel foi levado para o quartel da PMDF mais próximo. No dia seguinte, o capitão Oliveira encaminhou documento ao juiz criminal com os seguintes dizeres: Exmo. Sr. Juiz. Missão cumprida. O traficante já está preso. Permanecemos à sua disposição.

Os policiais agiram corretamente quanto às informações passadas aos familiares e ao juiz, visto que tinham a obrigação de informar aos familiares apenas o motivo da prisão de Joel e, ao juiz, informar tão somente que a decisão havia sido cumprida conforme determinado. Questões relativas ao local onde Joel estava detido são de ordem meramente administrativa e inexistente necessidade de essa comunicação ser feita ao juiz ou aos familiares.

Comentários:

Comentemos, agora, a questão. Determina a Constituição que tanto a prisão de uma pessoa quanto o local onde ela se encontre deverão ser comunicados imediatamente ao **juiz competente** e à **família do preso ou à pessoa por ele indicada** (art. 5º, LXII). Os policiais agiram de maneira errada. O local onde Joel se encontra deveria ter sido informado a sua família. Questão incorreta.

55. (CESPE / PM-DF - 2009) Os policiais que efetuaram a prisão de Joel têm direito ao anonimato, visando resguardar sua integridade e a de sua família contra possíveis retaliações.

Comentários:

Pelo contrário! Com o objetivo de resguardar o preso, este tem direito constitucionalmente assegurado à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. Questão incorreta.

56. (CESPE / DPE-AL - 2009) Segundo entendimento do STF, é vedada a utilização de algemas, sob pena de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e do direito fundamental do

cidadão de não ser submetido a tratamento desumano ou degradante.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento da Súmula Vinculante nº 11, que trata dos direitos do preso. A vedação ao uso de algemas na súmula **não é absoluta**, como o enunciado faz pensar. Há exceções: os casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. Questão incorreta.

57. (CESPE / Polícia Civil – PB - 2009) O uso ilícito de algemas poderá impor a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e a nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.

Comentários:

É o que determina a Súmula Vinculante nº 11. Questão correta.

58. (CESPE / Polícia Civil – TO - 2008) O preso tem o direito de saber os motivos de sua prisão e a identificação das autoridades ou agentes que a estão efetuando, para que eventuais ilegalidades e abusos sejam apontados.

Comentários:

Perfeito, o enunciado! A CF/88 garante esses direitos ao preso para proteger todas as pessoas contra possíveis abusos do Estado. Questão correta.

59. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Enquanto dura a pena de reclusão, ficam suspensos os direitos constitucionais do preso.

Comentários:

De jeito nenhum! Lembre-se de que a dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil. Esse princípio, juntamente com o art. 5º, incisos, da CF/88, assegura ao preso a **manutenção de seus direitos**, mesmo quando submetido à pena de reclusão. É claro que **alguns direitos** como liberdade de locomoção e liberdade de exercício profissional **restarão prejudicados**. Questão incorreta.

60. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Para serem resguardados os agentes policiais e os delegados de polícia contra eventuais

retaliações por parte das pessoas que eles prendem, os presos não têm direito à identificação dos responsáveis pela sua prisão.

Comentários:

Pelo contrário! Para prevenir abusos das autoridades estatais contra o Estado, a CF/88 assegura, no art. 5º, LXIV, que o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. Questão incorreta.

61. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) Diante dos requisitos legais, o juiz de direito de determinada comarca decretou a prisão preventiva do vereador Galego, suspeito de tráfico de drogas, bem como autorizou a realização de busca e apreensão em sua residência. A polícia, de posse dos mandados judiciais, dirigiu-se até a câmara municipal, não logrando êxito em encontrar o vereador. Às 20 h, a polícia localizou Galego em sua residência. Galego tem o direito constitucional à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

Comentários:

Veja como esse tema é recorrente em provas. Mais uma vez: a Lei Fundamental garante, no art. 5º, LXIV, que o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. Questão correta.

62. (CESPE / TJ-DF - 2003) Carlos foi preso, acusado de não estar pagando pensão alimentícia devida às suas filhas. Se não houve flagrante, a prisão de Carlos será considerada ilegal.

Comentários:

A CF/88 admite, como vimos, excepcionalmente, a prisão civil, no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de pensão alimentícia (art. 5º, LXVII). Assim, **essa prisão será legal**, mesmo que não haja flagrante. Até porque esse é o tipo de infração em que, por sua natureza, não cabe falar-se em flagrante. Questão incorreta.

Continuemos no estudo do art. 5º, da Constituição Federal!

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Por meio desse dispositivo, a CF/88 garante a **liberdade de locomoção**, no território nacional, nos tempos de paz e **nos termos da lei**. Observe

que se trata de norma constitucional de **eficácia contida**, que poderá sofrer restrições referentes ao ingresso, saída e circulação interna de pessoas e patrimônio. É o caso, por exemplo, das restrições impostas por normas referentes ao ingresso de estrangeiros no país.

Outro tópico bastante interessante sobre esse dispositivo é que a liberdade de locomoção só é assegurada **a qualquer pessoa** (brasileira ou não) em tempos de paz. Isso significa que **em tempos de guerra** a liberdade de **entrada, saída e permanência no país poderão sofrer duras restrições**, principalmente no que se refere a estrangeiros.

Por fim, cabem algumas considerações sobre o direito de locomoção. Locomover significa andar, correr, passear, parar, ir, vir, ficar, estacionar, transitar... Em sentido amplo, é o mesmo que circular. Nesse sentido, **não pode o Poder Público cercear o livre trânsito de pessoas**, salvo em situações excepcionais.

O remédio constitucional adequado para proteger a liberdade de locomoção é o "habeas corpus":

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

O "habeas corpus" é uma **garantia fundamental**. Trata-se de uma forma específica de garantia, a que a doutrina chama "**remédio constitucional**".

"Ih...Agora complicou! O que é remédio constitucional, Nádia?"

Calma, aluno (a)... O remédio constitucional é um meio que a Constituição dá ao indivíduo de **proteger seus direitos contra a ilegalidade ou abuso de poder** cometido pelo Estado. Ao contrário da maioria das garantias, não é uma proibição ao Estado, mas um instrumento a favor do indivíduo.


Bem, voltando ao "habeas corpus", temos que ele é remédio constitucional que **protege o direito de locomoção**. Sua finalidade é, por meio de ordem judicial, **fazer cessar a ameaça ou coação à liberdade de locomoção** do indivíduo.

O "habeas corpus" tem **natureza penal, procedimento especial** (é de decisão mais rápida: rito sumário), é **isento de custas** (gratuito) e pode ser **repressivo** (liberatório) ou **preventivo** (salvo-conduto). Se repressivo, busca devolver ao indivíduo a liberdade de locomoção que já perdeu (sendo preso, por exemplo); quando preventivo, resguarda o indivíduo quando a perda dessa liberdade é apenas uma ameaça. Há, ainda, o "habeas corpus"

suspensivo, utilizado quando a prisão já foi decretada, mas o mandato de prisão ainda está pendente de cumprimento.

Pode o “*habeas corpus*” ser impetrado por **qualquer pessoa física ou jurídica**, nacional ou estrangeira, ou, ainda, **pelo Ministério Público**. Todos esses são, portanto, **sujeitos ativos** do “*habeas corpus*”. Trata-se de uma ação com **legitimidade universal**, que pode, inclusive, ser concedida de ofício pelo próprio juiz. Tamanho é seu caráter universal que o “*habeas corpus*” prescinde, até mesmo, da outorga de mandato judicial que autorize o impetrante a agir em favor de quem estaria sujeito, alegadamente, a constrangimento em sua liberdade de locomoção.

Não pode o “*habeas corpus*”, contudo, **ser impetrado em favor de pessoa jurídica**. Somente as pessoas físicas (os seres humanos) podem ser **pacientes** de “*habeas corpus*”. Já viu pessoa jurídica (“empresa”) se locomovendo? Ou, ainda, é possível que pessoa jurídica seja condenada à prisão? Não, né? Por isso mesmo, o “*habeas corpus*” **só pode ser impetrado a favor de pessoa natural**, jamais de pessoa jurídica. Guarde bem isso!

	Pessoa jurídica pode impetrar <i>habeas corpus</i> , mas sempre a favor de pessoa física.
--	---

Não há necessidade de advogado para impetração de “*habeas corpus*”, bem como para interposição de recurso ordinário contra decisão proferida em “*habeas corpus*”. A doutrina considera, por isso, que o “*habeas corpus*” é uma verdadeira ação penal popular.

No que se refere à **legitimidade passiva** no “*habeas corpus*”, tem-se que este se dirige contra a **autoridade coatora**, seja ela de **caráter público ou um particular**. Por autoridade coatora entende-se aquela que determinou a prisão ou a restrição da locomoção do paciente, ou seja, da pessoa que sofreu a lesão ou ameaça de lesão. Um exemplo típico de “*habeas corpus*” contra particular é aquele impetrado contra hospitais, que negam a liberação de seus pacientes, caso estes não paguem suas despesas.

Pela importância do direito que busca responder (liberdade de locomoção), o *habeas corpus* é ação de procedimento especial (rito sumário), sendo decidida de maneira bem célere. Mesmo assim, **pode haver medida liminar** em “*habeas corpus*”, desde que presentes seus pressupostos (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*).

“Nádia, o que é liminar?”

A liminar é uma ordem judicial proferida pronta, sumaria (rito breve) e precariamente (não é definitiva). Visa a proteger **direito que esteja sendo discutido em outra ação**, e que, sem a liminar, **poderia sofrer danos de difíceis reparações, devido à demora** na prestação jurisdicional. A liminar, portanto, tem dois pressupostos:

- a) O “**fumus boni juris**”, ou “fumaça do bom direito”, que significa que o pedido deve ter plausibilidade jurídica;
- b) O “**periculum in mora**” (risco da demora), que significa que deve haver possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação se houver demora na prestação jurisdicional.

Outra coisa importante: é cabível “*habeas corpus*” mesmo quando a **ofensa ao direito de locomoção é indireta**, ou seja, quando do ato impugnado possa resultar procedimento que, ao final, termine em detenção ou reclusão da pessoa. É o caso do uso desse instrumento para proteger o indivíduo contra quebra de sigilo bancário que possa levar à sua prisão em um processo criminal, por exemplo⁶⁸. Esse é o entendimento do STF. Entretanto, caso a quebra do sigilo fiscal se desse em um processo administrativo, não caberia “*habeas corpus*”. Isso porque esse tipo de processo jamais leva à restrição de liberdade. O remédio constitucional adequado, nesse caso, seria o mandado de segurança.

Resta, ainda, destacar que o “*habeas corpus*” **pode ser concedido de ofício pelo juiz**⁶⁹, ou seja, por sua iniciativa, sem provocação de terceiros. Isso ocorrerá quando, no curso do processo, a autoridade judiciária verificar que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.

Além disso, entende o STF que o órgão competente para julgamento do *habeas corpus* está **desvinculado à causa de pedir** (fundamento do pedido) **e aos pedidos formulados**. Assim, havendo convicção sobre a existência de ato ilegal não mencionado pelo impetrante, cabe ao Judiciário afastá-lo, ainda que isso implique concessão de ordem em sentido diverso do pleiteado⁷⁰.

O “*habeas corpus*” também **não serve como meio de dilação probatória**⁷¹, para reparar erro do Judiciário, devido à sua índole

⁶⁸“O *habeas corpus* é medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal, haja vista a possibilidade destes resultarem em constrangimento à liberdade do investigado” (AI 573623 QO/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, 31.10.2006).

⁶⁹STF, HC 69.172-2/RJ, DJ, 1, de 28.08.1992.

⁷⁰STF, HC 69.421/SP, DJ, 1, de 28.08.1992.

⁷¹ Por dilação probatória entende-se o prazo concedido às partes para a produção de provas no processo.

sumaríssima⁷². A coação ilegal deverá ser demonstrada de plano pelo impetrante: exige-se, no “*habeas corpus*”, prova pré-constituída. Como a fase de dilação probatória é demorada, relativamente longa, entende o STF que é incabível na via de “*habeas corpus*”, devido a seu rito sumaríssimo. O bem jurídico tutelado (a liberdade de locomoção) requer o afastamento da ilegalidade o mais rápido possível, o que não se daria caso houvesse uma fase probatória.

Uma pergunta importante que se deve fazer é a seguinte: quando é **incabível o “*habeas corpus*”?**

a) Não cabe “*habeas corpus*” para **impugnar decisões do STF** (Plenário ou Turmas).

A impossibilidade de impetração do “*habeas corpus*”, nesse caso, decorre do princípio da “superioridade de grau”, em virtude do qual somente a autoridade imediatamente superior à autoridade coatora é que teria competência para conhecer e decidir sobre essa ação. Nesse sentido, nenhum juiz pode conceder “*habeas corpus*” contra ato do próprio juízo⁷³; o *habeas corpus* é sempre impetrado junto à autoridade superior daquela que tomou decisão que viola a liberdade de locomoção.

b) Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar determinação de **suspensão dos direitos políticos**.

c) Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar **pena em processo administrativo disciplinar**: advertência, suspensão, demissão etc.

d) Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar **pena de multa** ou relativa a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada. (Súmula STF nº 643)

Perceba que as penas de multa, de suspensão de direitos políticos, bem como disciplinares **não resultam em cerceamento da liberdade de locomoção**. Logicamente, não cabe “*habeas corpus*” para impugná-las.

e) Não cabe “*habeas corpus*” para impugnar **quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico**, se dela não puder resultar condenação à pena privativa de liberdade.

Se a quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico puder resultar em condenação à pena privativa de liberdade, entende-se que há violação

⁷²STF, HC 68.397-5/DF, DJ 1, 26.06.1992.

⁷³ O Processo na Segunda Instância e nas Aplicações à Primeira – Ministro COSTA MANSO, vol. I, págs. 408/9, 1923.

indireta à liberdade de locomoção. Nesse caso, será cabível o “*habeas corpus*”.

f) Não cabe “*habeas corpus*” quando **já extinta a pena privativa de liberdade**. (Súmula STF nº 695)

Desconstituído o objeto do “*habeas corpus*”, por julgada extinta a pena em face do seu integral cumprimento, resta prejudicado o pedido⁷⁴. Isso significa que a **extinção da pena torna incabível a utilização do “*habeas corpus*”**. A lógica é simples: o “*habeas corpus*” visa à tutela do direito à locomoção, não se justificando quando esse direito não mais se encontra limitado ou ameaçado.

g) Não cabe “*habeas corpus*” para **discutir o mérito** de punições disciplinares militares (art. 142, § 2º, CF).

Segundo o STF, **é cabível** “*habeas corpus*” para **discutir a legalidade** de punições disciplinares militares (por exemplo, a competência do agente e concessão de ampla defesa e contraditório).

h) Não cabe “*habeas corpus*” contra a imposição de pena de **exclusão de militar** ou de **perda de patente ou de função pública**.

Destaca-se, ainda, que em caso de estado de defesa (art. 136, CF) ou estado de sítio (art. 139, CF), o âmbito do “*habeas corpus*” poderá ser restringido. Contudo, jamais poderá ser suprimido.

“Habeas Corpus”	
Caráter preventivo ou repressivo	Sim
Finalidade	Proteger a liberdade de locomoção
Legitimados ativos	Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira. Só pode ser impetrado a favor de pessoa natural, jamais de pessoa jurídica.
Legitimados passivos	Autoridade pública e pessoa privada
Natureza	Penal
Isenção de custas	Sim
Medida liminar	Possível, com pressupostos “ <i>fumus boni juris</i> ” e “ <i>periculum in mora</i> ”

⁷⁴HC 34826 RS 2004/0051531-1, DJe 06/10/2008.

Observações	Penas de multa, de suspensão de direitos políticos, bem como disciplinares não resultam em cerceamento da liberdade de locomoção. Por isso, não cabe “habeas corpus” para impugná-las
--------------------	---

LXIX– conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas corpus” ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

O mandado de segurança é **ação judicial, de rito sumário especial**, própria para proteger **direito líquido e certo** de pessoa física ou jurídica, **não protegido por “habeas corpus” ou “habeas data”**, que tenha sido violado por ato de autoridade ou de agente de pessoa privada no exercício de atribuição do Poder Público.

Quando se fala que o mandado de segurança protege direito líquido e certo “não amparado por “habeas corpus” ou habeas data”, determina-se que este tem **caráter residual**. Assim, essa ação judicial só é cabível na falta de outro remédio constitucional para proteger o direito violado. Como exemplo, o mandado de segurança é o remédio constitucional apto a proteger o direito de reunião caso haja lesão ou ameaça de lesão a esse direito por alguma ilegalidade ou arbitrariedade por parte do Poder Público.

Outra característica importante é que o mandado de segurança tem **natureza civil**, e é **cabível contra o chamado “ato de autoridade”**, ou seja, contra ações ou omissões do **Poder Público** e de **particulares no exercício de função pública** (como o diretor de uma universidade particular, por exemplo). Destaque-se que, mesmo sendo ação de natureza civil, o mandado de segurança poderá ser usado em processos penais.

Assim, a **violação de direito líquido e certo** não protegido por “habeas corpus” ou “habeas data” dará ensejo à utilização do mandado de segurança. **Direito líquido e certo**, segundo a doutrina, é aquele evidente de imediato, que não precisa de comprovação futura para ser reconhecido. A existência desse direito é impossível de ser negada. Por esse motivo, **não há dilação probatória** (prazo para produção de provas) no mandado de segurança. As provas, geralmente documentais, são levadas ao processo no momento da impetração da ação, ou seja, quando se requer a tutela jurisdicional. São provas pré-constituídas.

De acordo com a jurisprudência do STF, o conceito de direito líquido e certo está mesmo **relacionado à prova pré-constituída**, a fatos comprovados documentalmente na exordial (petição inicial do processo). Não importa se

a questão jurídica é difícil, complexa ou controvertida. Nesse sentido, dispõe a Súmula 625 do STF que “**controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança**”. O que se exige é que o fato esteja claro, pois o direito será certo se o fato a ele correspondente também o for.

É importante frisar que o mandado de segurança é cabível **tanto contra atos discricionários quanto contra vinculados**. Reza a Constituição que os indivíduos utilizam o mandado de segurança para se defenderem tanto da **ilegalidade** quanto do **abuso de poder**. Por ilegalidade, entende-se a situação em que a autoridade coatora não age em conformidade com a lei. Trata-se de vício próprio dos atos vinculados. Por abuso de poder, por outro lado, entende-se a situação em que a autoridade age fora dos limites de sua competência. Trata-se de vício próprio dos atos discricionários. Assim, a Constituição, de acordo com a doutrina, ao se referir à ilegalidade como hipótese de cabimento de mandado de segurança, reporta-se aos atos vinculados, e ao se referir ao abuso de poder, reporta-se aos discricionários.

No que diz respeito à **legitimidade ativa**, podem impetrar mandado de segurança:

- a) **Todas as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras**, domiciliadas ou não no Brasil;
- b) **As universalidades** (que não chegam a ser pessoas jurídicas) reconhecidas por lei como detentoras de capacidade processual para a defesa de seus direitos, como a massa falida e o espólio, por exemplo;
- c) **Alguns órgãos públicos** (órgãos de grau superior), na defesa de suas prerrogativas e atribuições;
- d) **O Ministério Público**.

Há um prazo para a impetração do mandado de segurança: **120 (cento e vinte) dias** a partir da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado (publicação desse ato na imprensa oficial, por exemplo). Segundo o STF, esse **prazo é decadencial** (perde-se o direito ao mandado de segurança depois desse tempo), **não passível de suspensão ou interrupção**. Também segundo a Corte Suprema, é constitucional lei que fixe o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança (Súmula 632 do STF).

E se eu perder o prazo, Nádia? Bem, nesse caso, você até poderá proteger seu direito, mas com outra ação, de rito ordinário, normal. Jamais por mandado de segurança!

Uma vez concedida a segurança (deferido, “aceito” o pedido), a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao **duplo grau de jurisdição (reexame necessário)**. Significa dizer que, uma vez tendo sido concedida a segurança pelo juiz de primeira instância, ela necessariamente deverá ser reexaminada pela instância superior. Destaque-se, todavia, que a **sentença de primeiro grau** (primeira instância) **pode ser executada provisoriamente**, não havendo necessidade de se aguardar o reexame necessário.

Pode haver **liminar em mandado de segurança**?

Presentes os requisitos (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), **é possível liminar em mandado de segurança**. Entretanto, **há exceções**, para as quais mesmo existindo esses requisitos, a lei não admite liminar em mandado de segurança:

- a) A compensação de créditos tributários;
- b) A entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior;
- c) A reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

“Por que a lei faz isso, Nádia”?

Ora, trata-se de matérias muito importantes, que **não podem ser decididas precariamente por medida liminar**. Na compensação de créditos tributários, por exemplo, a União (ou outro ente federado) “perdoa” um débito do contribuinte utilizando um crédito que ele tenha com ela. Exemplo: um contribuinte deve imposto de renda, mas tem um crédito de COFINS. Ele usa, então, esse crédito para “quitar” a dívida, o famoso “elas por elas”.

Pense bem, caro (a) aluno (a). Você acha que perdão de débito tributário é matéria a ser discutida precariamente? É claro que não! Por isso a lei protege essa matéria ao impedir que seja tratada por medida liminar em mandado de segurança.

O mesmo ocorre com a entrega de mercadorias ou bens provenientes do exterior. Eles são a maior garantia que a Receita Federal tem de que o contribuinte pagará seus tributos aduaneiros. Por isso, não podem ser entregues precariamente, por medida liminar. Além do mais, o risco de se entregar uma mercadoria que cause prejuízo à sociedade é muito maior que o de se prejudicar alguma empresa pela retenção indevida de seus bens importados. Essas são as **razões pelas quais a lei resguarda decisão**

tão importante contra medida liminar em mandado de segurança: há interesses muito grandes envolvidos.

“Nádia, é possível que o impetrante desista do mandado de segurança?”

De acordo com o STF, a resposta é sim. O impetrante do mandado de segurança **pode desistir dessa ação constitucional a qualquer tempo, ainda que proferida decisão de mérito a ele favorável**, e sem anuência da parte contrária. Entende a Corte que o mandado de segurança, enquanto ação constitucional, com base em alegado direito líquido e certo frente a ato ilegal ou abusivo de autoridade, não se revestiria de lide, em sentido material. Eventual má-fé do impetrante que desistisse seria coibida com instrumental próprio⁷⁵.

Vejamos, agora, as situações em que é **incabível o mandado de segurança**.

a) Não cabe mandado de segurança contra **decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo**;

b) Não cabe mandado de segurança contra **ato administrativo do qual caiba recurso com efeito suspensivo**.

Nessas duas hipóteses, havendo possibilidade de recurso suspensivo (ou seja, recurso que garante que nenhuma situação jurídica poderá ser modificada até a decisão) descabe o uso de mandado de segurança, uma vez que o direito já está protegido pela própria suspensão.

c) Não cabe mandado de segurança contra **decisão judicial transitada em julgado**;

Contra esse tipo de decisão não cabe mais recurso, por isso é descabido o uso de mandado de segurança.

d) Não cabe mandado de segurança contra **lei em tese, exceto se produtora de efeitos concretos**;

O que é lei em tese? É aquela de efeitos gerais e abstratos, ou seja, que apresenta **generalidade** e **abstração**.

A generalidade está presente quando a lei possui destinatários indeterminados e indetermináveis (uma lei que proteja o meio ambiente, por exemplo). Já a abstração ocorre quando a lei disciplina abstratamente

⁷⁵ RE 669367, Rel. Min. Luiz Fux, p. 13.05.2013.

(e não concretamente) as situações que estão sujeitas ao seu comando normativo.

Somente **leis de efeitos concretos** (semelhantes a atos administrativos, como uma lei que modifica o nome de uma rua, por exemplo) **podem ser atacadas por mandado de segurança**. Isso porque as demais leis em tese não resultariam numa situação de fato, com violação ao direito líquido e certo do impetrante.

e) Não cabe mandado de segurança contra **ato de natureza jurisdicional**, salvo situação de absoluta excepcionalidade, quando a decisão for equivocada, seja por manifesta ilegalidade, seja por abuso de poder⁷⁶;

Caso haja essa excepcionalidade, deve o impetrante demonstrar, além da violação de direito líquido e certo, a inexistência de recurso com efeito suspensivo e que o provimento do recurso cabível não seria suficiente à reparação do dano. Isso porque não pode o **mandado de segurança, de acordo com o STF, ser utilizado como sucedâneo recursal**, sob pena de se desnaturar a sua essência constitucional.

O que é um sucedâneo recursal? É todo meio de impugnação⁷⁷ de decisão judicial que não seja recurso nem ação, como é o caso, por exemplo, do pedido de reconsideração. No pedido de reconsideração, que não deriva de lei, mas apenas do bom senso, diante de uma decisão visivelmente equivocada do juiz, a parte pede para que este reconsidere a decisão.

Voltando à análise da jurisprudência do STF, vimos que o mandado de segurança não pode ser usado como sucedâneo recursal. Isso porque, havendo possibilidade de recurso ou correção, a ação não pode ser cabível, por ter caráter residual.

f) Não cabe mandado de segurança contra **decisões jurisdicionais do STF**, inclusive as proferidas por qualquer de seus Ministros, salvo situações excepcionais;

Esses decisões, entende a Corte, têm a possibilidade de ser **reformadas por via dos recursos admissíveis**, ou, em se tratando de julgamento de mérito com trânsito em julgado, por meio de **ação rescisória**⁷⁸ (MS 30836

⁷⁶AgRg no MS 14561 DF 2009/0155213-1, 29/06/2010.

⁷⁷ Impugnação é quando, no Direito, não se concorda com algum ato.

⁷⁸ Ação rescisória é aquela que visa a desconstituir, com base em vícios que as tornem anuláveis, efeitos de sentenças transitadas em julgado, contra as quais não caiba mais recursos. Em outras palavras, aquelas sentenças que seriam "a última palavra" do Judiciário.

RJ, 06/10/2011). Novamente, a impossibilidade de emprego do mandado de segurança dar-se-ia por seu caráter recursal.

g) Não cabe mandado de segurança para **assegurar direito líquido e certo à insubmissão a certa modalidade de tributação**, na hipótese de o ato coator apontado se confundir com a própria adoção de Medida Provisória editada pelo Chefe do Poder Executivo;

Trata-se de situação **análoga à impetração contra lei em tese** (Súmula 266/STF), situação em que é incabível o mandado de segurança. Em matéria tributária, segundo o Supremo, a cobrança das obrigações fiscais ganha concreção com o lançamento ou com os atos de constituição desempenhados pelo próprio contribuinte, quando a legislação de regência assim determinar⁷⁹. A mera edição de medida provisória pelo Chefe do Executivo não resulta numa situação de fato em que haja violação ao direito líquido e certo do impetrante da ação.

Por fim, vale destacar que, no processo de mandado de segurança, **não há condenação ao pagamento dos honorários advocatícios** (ônus de sucumbência). Isso quer dizer que se o impetrante (o requerente) for derrotado, não será condenado a pagar as despesas com advogado da outra parte.

Mandado de segurança individual	
Caráter preventivo ou repressivo	Sim
Finalidade	Proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas data"
Legitimados ativos	Todas as pessoas físicas ou jurídicas, as universalidades reconhecidas por lei como detentoras de capacidade processual, alguns órgãos públicos e o Ministério Público
Legitimados passivos	Poder público e particulares no exercício da função pública
Natureza	Civil
Isento de custas	Não

⁷⁹STF, MS-ED 25265 / DF - DISTRITO FEDERAL, Julg. 28/03/2007, DJ 08/06/2007.

Medida liminar

Possível, com pressupostos “fumus boni juris” e “periculum in mora”, mas há exceções

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

O mandado de segurança coletivo serve para proteger **direitos coletivos e individuais homogêneos** contra ato, omissão ou abuso de poder por parte de autoridade. **Só quem pode impetrá-lo** (legitimados ativos) são essas pessoas previstas nas alíneas “a” e “b”. Destaca-se que a **exigência de um ano de constituição e funcionamento** da alínea “b” aplica-se **apenas às associações**, jamais às entidades sindicais e de classe.

Nesse sentido, entende o STF que **nem mesmo os entes da federação podem impetrar mandado de segurança coletivo**, em favor dos interesses de sua população. Para a Corte, “ao Estado-membro não se outorgou legitimação extraordinária para a defesa, contra ato de autoridade federal no exercício de competência privativa da União, seja para a tutela de interesses difusos de sua população – que é restrito aos enumerados na lei da ação civil pública (Lei 7.347/1985) –, seja para a impetração de mandado de segurança coletivo, que é objeto da enumeração taxativa do art. 5º, LXX, da Constituição. Além de não se poder extrair mediante construção ou raciocínio analógicos, a alegada legitimação extraordinária não se explicaria no caso, porque, na estrutura do federalismo, o Estado-membro não é órgão de gestão, nem de representação dos interesses de sua população, na órbita da competência privativa da União”.

Não cabe mandado de segurança coletivo para proteger direitos difusos. Isso porque essa ação tem **caráter residual**, e os direitos difusos já são **amparados por outros instrumentos processuais**, como, por exemplo, a ação civil pública. Além disso, seu caráter sumário exige prova documental, algo que os direitos difusos não apresentam de forma incontroversa. Com isso, encontram-se obstáculos para comprovar sua fluidez e certeza.

Lembra-se quando falamos de **substituição processual**? No mandado de segurança coletivo, ocorre esse instituto. O interesse invocado pertence a uma categoria, mas quem é parte do processo é o impetrante (partido

político, por exemplo), que **não precisa de autorização expressa** dos titulares do direito para agir.

É importante destacar que o STF entende que os direitos defendidos pelas entidades da alínea "b" não precisam se referir a TODOS os seus membros. Podem ser o direito de apenas parte deles (exemplo, quando o sindicato defende direito referente à aposentadoria, que beneficia apenas seus filiados inativos).

Outro importante entendimento da Corte Suprema é o de que **o partido político não está autorizado** a valer-se do mandado de segurança coletivo para, substituindo todos os cidadãos na defesa de interesses individuais, **impugnar majoração de tributo**. Isso porque, para o STF, uma exigência tributária configura interesse de grupo ou classe de pessoas, só podendo ser impugnada por eles próprios, de forma individual ou coletiva.

Mandado de segurança coletivo	
Caráter preventivo ou repressivo	Sim
Finalidade	Proteger direitos líquidos e certos coletivos ou individuais homogêneos, não amparados por HC ou HD (caráter residual)
Legitimados ativos	<ul style="list-style-type: none">• Partido político com representação no Congresso Nacional;• Organização sindical e entidade de classe;• Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 01 ano.
Legitimados passivos	Autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público
Natureza	Civil
Isento de custas	Não
Medida liminar	Possível, com pressupostos "fumus boni juris" e "periculum in mora"

Observações

Substituição processual

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

O mandado de injunção é um remédio constitucional disponível para qualquer pessoa prejudicada pela **falta de norma regulamentadora** que **inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais** e das **prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania**. Isso visa garantir que a Constituição não se tornará "letra morta", evitando a omissão do legislador infraconstitucional.

Destaca-se que o mandado de injunção, segundo o STF, é cabível não só para omissões de caráter absoluto ou total como também para as **omissões de caráter parcial** ⁸⁰. Isso porque a omissão inconstitucional, ainda que parcial, ou seja, derivada da insuficiente concretização, pelo Poder Público, do conteúdo material da norma constitucional, deve ser repelida, pois a inércia do Estado é um processo informal de mudança da Constituição. Mesmo não alterando a letra da Constituição, o legislador infraconstitucional modifica-lhe o alcance, ao paralisar sua aplicação. Essa **paralisação**, não desejada nem prevista pelo constituinte, **é inconstitucional**.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, que se veja impossibilitada de exercer direito constitucional por falta de norma regulamentadora é legitimada a propor mandado de injunção. Essa é, afinal, uma das diferenças entre o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

Apesar de, ao contrário do que acontece com o mandado de segurança, a Constituição não mencionar **o mandado de injunção coletivo**, o STF entende que este **é cabível**, podendo ser impetrado pelos mesmos legitimados do mandado de segurança coletivo:

- a) Partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) Organização sindical ou entidade de classe;

⁸⁰ADI 1484 DF, DJ 28/08/2001.

- c) Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Um tópico muito importante: o mandado de injunção **não é gratuito**, sendo **necessária a assistência de advogado** para sua impetração.

O mandado de injunção visa a **solucionar um caso concreto**. São, portanto, três pressupostos para o seu cabimento:

- a) **Falta de norma que regule uma norma constitucional** programática propriamente dita ou que defina princípios institutivos ou organizativos de natureza impositiva;
- b) **Nexo de causalidade** entre a omissão do legislador e a impossibilidade de exercício de um direito ou liberdade constitucional ou prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) O **decorso de prazo razoável** para elaboração da norma regulamentadora (retardamento abusivo na regulamentação legislativa).

E quando é que **descabe mandado de injunção**? Segundo a jurisprudência do STF, nas seguintes situações:

- a) Não cabe mandado de injunção se **já houver norma regulamentadora do direito constitucional**, mesmo que esta seja defeituosa.

Ora, se já existe norma regulamentadora, não faz sentido falar-se em mandado de injunção, que tem como pressuposto a ausência de regulamentação de norma constitucional.

- b) Não cabe mandado de injunção **se faltar norma regulamentadora de direito infraconstitucional**.


O mandado de injunção somente repara falta de regulamentação de direito **previsto na Constituição Federal**. A ausência de regulamentação de uma lei não dá ensejo à utilização do mandado de injunção.

- c) Não cabe mandado de injunção diante da **falta de regulamentação de medida provisória ainda não convertida em lei** pelo Congresso Nacional.

O mandado de injunção tem como um de seus pressupostos a ausência de regulamentação de direito constitucional.

d) Não cabe mandado de injunção **se não houver obrigatoriedade de regulamentação** do direito constitucional, mas mera faculdade.

Nesse caso, o legislador tem liberdade para regulamentar ou não a norma constitucional.

	<p><u>Não cabe mandado de injunção:</u></p> <ul style="list-style-type: none">a) Se já houver norma regulamentadorab) Se faltar norma regulamentadora de direito infraconstitucionalc) Se faltar regulamentação de medida provisória ainda não convertida em lei pelo Congresso Nacionalidaded) Se não houver obrigatoriedade de regulamentação
---	---

Segundo o STF, **não é cabível medida liminar** em mandado de injunção. Isso porque o Poder Judiciário jamais poderia resolver liminarmente o caso concreto, agindo como poder legislativo, a fim de evitar o prejuízo oriundo da demora da decisão (*"periculum in mora"*), um dos pressupostos da liminar. O mandado de injunção se destina ao reconhecimento, ou não, pelo Poder Judiciário, da demora da elaboração da norma regulamentadora do direito constitucional.

Um dos aspectos mais relevantes sobre o mandado de injunção é entender qual a **eficácia da decisão**. No que se refere ao tema, há duas teses jurídicas relevantes a serem consideradas: a **não concretista** e a **concretista**.

A **corrente não concretista** entende que cabe ao Poder Judiciário apenas **reconhecer a inércia do Poder Público e dar ciência de sua decisão ao órgão competente** para que este edite a norma regulamentadora. Não pode, o Judiciário, suprir a lacuna, assegurar ao lesado o exercício de seu direito e tampouco obrigar o Poder Legislativo a legislar. Essa posição era a seguida pelo STF até recentemente, com a mudança de sua composição. Hoje, essa Corte adota a corrente concretista, que estudaremos a seguir.

Já **corrente concretista** determina que sempre que estiverem presentes os requisitos exigidos constitucionalmente para o mandado de injunção, o Judiciário deverá não só reconhecer a omissão legislativa, mas também **possibilitar a efetiva concretização do direito**. Essa posição se subdivide em duas: **i)** concretista geral e **ii)** concretista individual.

a) Na **concretista geral**, a decisão do Judiciário deveria ter efeito sobre todos os titulares do direito lesado (efeito “*erga omnes*”), até ser expedida a norma regulamentadora daquele.

b) Na **concretista individual**, a decisão produziria efeitos somente sobre o autor do mandado de injunção (eficácia “*inter partes*”, ou entre as partes do processo). A posição concretista individual também se subdivide: pode ser **direta** ou **intermediária**. Aquela determina que o Judiciário, ao julgar procedente o mandado de injunção, concretiza direta e imediatamente a eficácia da norma constitucional para o autor da ação. Já esta (a intermediária) determina que o Judiciário, após julgar o mandado de injunção procedente, não concretiza imediatamente a eficácia da norma constitucional para o autor da ação. Este Poder apenas dá ciência ao órgão omissor, dando-lhe um prazo para regulamentar aquela norma. Só em caso de permanência da omissão é que o Judiciário fixará as condições necessárias para o exercício do direito pelo autor do mandado de injunção.

O STF tem, atualmente, **adotado a posição concretista, cumprindo, muitas vezes, o papel do legislador omissor**, com o objetivo de dar exequibilidade às normas constitucionais. Exemplo disso é que, ao analisar mandados de injunção referentes à falta de norma regulamentadora do direito de greve dos servidores públicos civis (art. 37, VII, CF), a Corte não só declarou a omissão do legislador quanto determinou a aplicação temporária ao servidor público, no que couber, da lei de greve aplicável ao setor privado (Lei nº 7.783/1989) até que aquela norma seja editada (MI 712/PA).

Por fim, resta uma pergunta: a quem cabe julgar o mandado de injunção? **Depende de qual autoridade se omitiu quanto à proposição da lei.** Assim, a competência é determinada em razão dessa pessoa (“*ratione personae*”).

A competência poderá ser, então, **tanto do STF quanto do STJ**, a depender de quem for a autoridade inerte. Será o STF caso a elaboração da norma regulamentadora seja atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de qualquer das Casas Legislativas, do TCU, de qualquer dos Tribunais Superiores ou do próprio STF. Por outro lado, será o STJ se a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do STF e dos órgãos da Justiça Militar, Eleitoral, do Trabalho ou Federal.

Mandado de injunção

Finalidade	Suprir a falta de norma regulamentadora, que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
Legitimados ativos	Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira.
Legitimados passivos	Autoridade que se omitiu quanto à proposição da lei
Natureza	Civil
Isento de custas	Não
Medida liminar	Não
Observações	Pressupostos para cabimento: a) falta de regulamentação de norma constitucional programática propriamente dita ou que defina princípios institutivos ou organizativos de natureza impositiva; b) nexos de causalidade entre a omissão do legislador e a impossibilidade de exercício de um direito ou liberdade constitucional ou prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania e c) o decurso de prazo razoável para elaboração da norma regulamentadora.

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

O habeas data é remédio constitucional de **natureza civil** e **rito sumário**, possuindo duas finalidades principais:

a) garantir acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Essa é uma segunda

finalidade do “habeas data”, que muita gente esquece em prova. O “habeas data” também pode ser usado para retificar dados do impetrante, constantes de banco de dados de caráter público.

O habeas data poderá ser ajuizado por qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou estrangeira. Trata-se de **ação personalíssima**, que **jamaís poderá ser usado para garantir acesso a informações de terceiros**.

No polo passivo do “habeas data”, podem estar **pessoas de direito público ou privado**. Quanto às últimas, a condição é que sejam detentoras de banco de dados de caráter público. Isso se deve ao fato de que as informações pessoais do impetrante às quais se busca ter acesso constam de registro ou banco de dados de **caráter público**. O “habeas data” não pode ser usado para que se tenha acesso a banco de dados de caráter privado.

O “habeas data”, para que seja impetrado, exige a **comprovação da negativa** da autoridade administrativa de garantir o acesso aos dados relativos ao impetrante. Trata-se de uma hipótese de “jurisdição condicionada”, prevista no ordenamento jurídico nacional.

Sobre isso, destaca-se a posição do STF de que o acesso ao “habeas data” pressupõe, dentre outras condições de admissibilidade, a **existência do interesse de agir**. Ausente o interesse de agir, torna-se inviável o exercício desse remédio constitucional. A **prova do anterior indeferimento** do pedido de informações de dados pessoais, ou da **omissão em atendê-lo**, constitui requisito indispensável à concretização do interesse de agir em sede de “habeas data”. Sem que se configure situação prévia de pretensão resistida, há carência da ação constitucional do “habeas data” (STF, HD 75; DF, DJU de 19.10.2006).

O “habeas data” é, assim como o “habeas corpus”, **ação gratuita**. No entanto, é **imprescindível a assistência advocatícia** para que essa ação seja impetrada (ao contrário do “habeas corpus”, que dispensa advogado). A impetração de habeas data **não se sujeita** a decadência ou prescrição. Ademais, os processos de “habeas data” terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança. Guarde bem essa informação!

Por fim, vale destacar que o “habeas data” **tem caráter relativo**, não podendo ser usado para acessar dados protegidos por sigilo, devido à segurança da sociedade e do Estado. Quer um exemplo? O Judiciário não pode, por sentença judicial, permitir a uma pessoa acesso a certos dados dos sistemas da Receita Federal referentes a ela. Isso porque o interesse da sociedade em garantir a fiscalização é muito maior que o interesse do particular.

Habeas data	
Finalidade	Proteger direito relativo à informação e retificação sobre a pessoa do impetrante constante de registros ou bancos de dados
Legitimados ativos	Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira
Legitimados passivos	Entidades governamentais ou pessoas jurídicas de caráter público que tenham registros ou bancos de dados, ou, ainda, pessoas jurídicas de direito privado detentoras de banco de dados de caráter público
Natureza	Civil
Isento de custas	Sim
Medida liminar	Não
Observações	Destina-se a garantir o acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, ou seja, do requerente, solicitante. Jamais para garantir acesso a informações de terceiros! Só pode ser impetrado diante da negativa da autoridade administrativa de garantir o acesso aos dados relativos ao impetrante. Sua impetração não se sujeita a decadência ou prescrição.

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

O inciso LXXIII do art. 5º da Constituição traz mais um remédio constitucional: a **ação popular**. Trata-se uma ação de **natureza coletiva**, que visa a **anular ato lesivo** ao **patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural**. É, portanto, uma forma de controle, pelos cidadãos, dos atos do Poder Público, por meio do Judiciário.

“Quem pode impetrar essa ação, Nádia?”

Boa pergunta! Este é o “peguinha” mais famoso nos concursos, envolvendo a ação popular: **só pode impetrar a ação o cidadão**, pessoa física **no gozo de seus direitos civis e políticos**. E a ação pode ser usada de maneira preventiva (quando impetrada antes da prática do ato lesivo ao patrimônio público) ou repressiva (quando o dano já foi causado).

E quais os **sujeitos passivos** da ação popular, ou seja, quem pode sofrer a ação?

- a) Todas as **pessoas jurídicas em nome das quais o ato ou contrato** lesivo foi (ou seria) praticado;
- b) Todas as **autoridades, os administradores e os servidores e empregados públicos que participaram** do ato ou contrato lesivo, ou que se omitiram, permitindo a lesão;
- c) Todos os **beneficiários diretos do ato ou contrato** lesivo.

É importante destacarmos, também, o **papel do Ministério Público** (MP) na ação popular. O MP pode atuar das seguintes formas:

- a) Como **parte pública autônoma**, velando pela regularidade do processo e pela correta aplicação da lei, podendo opinar pela procedência ou improcedência da ação. Nesse caso, exerce o papel de fiscal da lei, ou “*custos legis*”.
- b) Como **órgão ativador da produção de prova e auxiliar do autor popular**. Todavia, a função de auxiliar do autor da ação popular não implica em uma atividade secundária do *Parquet*. Ele não é um mero ajudante do autor da ação; ao contrário, possui uma atividade autônoma.

Uma observação. Você percebeu que “*Parquet*” e Ministério Público são sinônimos? *Parquet* é uma expressão francesa que designa o MP, em atenção ao pequeno estrado (*parquet*) onde ficam os agentes do MP quando de suas manifestações processuais.

- c) Como **substituto do autor**. Aqui, tem-se a palavra substituto empregada em sentido vulgar, como alguém que age no caso da omissão de outrem. Ocorre quando o **autor da ação popular** (cidadão) ainda é parte no processo, mas **é uma parte omissa**. O **Ministério Público, então, age em seu lugar**, cumprindo ônus processuais imputados ao autor, que não os realizou.
- d) Como **sucessor do autor**. Ocorre, em regra, quando o **autor da ação desiste desta**, quando, então, o Ministério Público tem a

faculdade de prosseguir com a ação popular, quando houver interesse público. Nesse caso, é vedado ao Ministério Público desistir da ação popular. Seu poder de escolha refere-se ao impulso inicial (suceder ou não o autor). Depois disso, não pode mais voltar atrás.

“Nossa, Nádia! E se o cidadão nunca impetrar a ação popular? O Ministério Público pode impetrá-la originariamente?”

NÃO! O Ministério Público não possui legitimidade para intentar a ação popular. Só o cidadão possui tal prerrogativa.

Outro tópico importante. **Não se exige, para o cabimento da ação popular, a comprovação de efetivo dano material, pecuniário.** O STF entende que a lesividade decorre da ilegalidade: basta esta para que se configure o dano.

Também é bastante cobrado em prova o entendimento do STF de que **não cabe ação popular contra ato de conteúdo jurisdicional**, praticado por membro do Poder Judiciário no desempenho de sua função típica (decisões judiciais). Isso porque a ação popular só incide sobre a atuação administrativa do Poder Público⁸¹. Assim, imagine que uma decisão judicial seja lesiva ao patrimônio público. Cabe ação popular contra esse ato? Não!!! Essa decisão deverá ser atacada por meio de outro tipo de ação.

Não há foro por prerrogativa de função em ação popular. Dessa forma, uma ação popular contra o Presidente da República ou contra um parlamentar (deputado ou senador) será julgada na primeira instância (e não perante o STF!).

Quando uma **sentença julgar improcedente ação popular**, ela estará sujeita, obrigatoriamente, ao **duplo grau de jurisdição** (reexame necessário). Em outras palavras, uma decisão judicial que nega provimento a ação popular deverá ser reexaminada pela instância superior.

A improcedência de ação popular não gera para o autor, **salvo comprovada má fé**, a obrigação de pagar custas judiciais e o ônus da sucumbência (pagamento dos honorários advocatícios da outra parte).

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Essa previsão constitucional visa garantir a todos o acesso à Justiça. Em concursos, você deve ficar atento ao fato de que a assistência jurídica

⁸¹ STF, Petição nº 2.018-9/SP, Rel. Ministro Celso de Mello, de 29/06/2000.

integral e gratuita **só é devida aos pobres**, aos que **comprovarem insuficiência de recursos**.

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

Tem-se, nesse inciso, a previsão da **responsabilidade civil do Estado** quanto à **condenação por erro judiciário** ou à **manutenção de uma pessoa presa por mais tempo** que o fixado na sentença judicial.

Tudo bem, aluno (a)... Já vou dizer o que é responsabilidade civil. Trata-se de uma obrigação de indenizar que surge a partir de um dano.. No caso, a responsabilidade do Estado é do tipo **objetiva**, pois independe de ter havido dolo ou culpa por parte dos agentes públicos, cuja ação foi imputada ao Estado.

Assim, quem sofreu condenação penal indevida (por erro judiciário) ou ficou preso além do tempo determinado pelo juiz (erro da Administração) tem direito a indenização. É o que prevê o inciso acima.

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

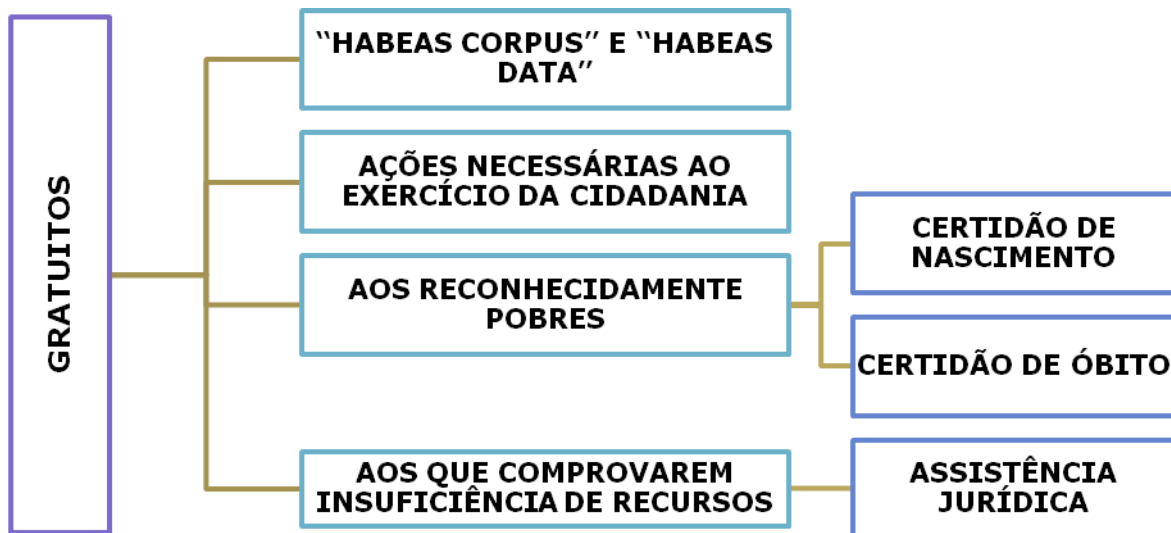
Quais os possíveis "peguinhas" relativos a esse inciso?

Primeiramente, só os **reconhecidamente pobres, na forma da lei**, têm direito à gratuidade de que trata a norma constitucional. Entretanto, o STF **julgou constitucional lei que prevê gratuidade** do registro de nascimento, do assento de óbito, bem como da primeira certidão respectiva a **todos os cidadãos** (e não só para os pobres). Entendeu-se inexistir conflito da lei impugnada com a Constituição, a qual, em seu inciso LXXVI do art. 5º **apenas estabelece o mínimo** a ser observado pela lei, não impedindo que esta gratuidade seja estendida a outros cidadãos. Considerou-se, também, que os atos relativos ao nascimento e ao óbito são a base para o exercício da cidadania, sendo assegurada a gratuidade de todos os atos necessários ao seu exercício (CF, art. 5º, LXXVII).

Finalmente, a gratuidade só diz respeito ao **registro de nascimento** e à **certidão de óbito**. Nada de cair em "peguinhas" que estendam esse direito à certidão de casamento, por exemplo.

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

Já falamos do “habeas corpus” e do “*habeas data*”, acima. Não vale a pena repetir. Peço apenas que se lembre de que também são **gratuitos** os atos necessários ao **exercício da cidadania**, na forma da lei. Só a lei formal, portanto, poderá determinar quais atos são esses. É um caso de reserva legal.



LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Esse dispositivo constitucional traduz o princípio da **celeridade processual**. Foi incorporado à Carta Magna com o objetivo de garantir aos cidadãos o direito de verem julgados seus processos em um **prazo razoável**, sendo aplicável tanto aos processos administrativos quanto aos judiciais.



63. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) A legitimidade ativa do habeas data, destinado a assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante constantes de registros ou banco de dados, está adstrita às pessoas físicas.

Comentários:

O habeas data pode ser ajuizado tanto por pessoas físicas como por pessoas jurídicas. Questão incorreta.

64. (CESPE/TJ-CE – 2014) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado sempre que alguém sofrer violência em sua liberdade de locomoção.

Comentários:

O remédio constitucional adequado para proteger o direito de locomoção é o habeas corpus (art. 5º, LXVIII, CF). Questão incorreta.

65. (CESPE/PM-CE – 2014) No ordenamento jurídico brasileiro, o habeas corpus somente pode ser impetrado na forma repressiva, ou seja, somente no caso de alguém efetivamente ter sofrido violência que limite liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários:

O habeas corpus pode ser impetrado, também, na forma preventiva (salvo conduto), quando o direito de locomoção de alguém estiver sendo ameaçado. Questão incorreta.

66. (CESPE/MDIC-2014) Terá legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo o partido político que tenha, no mínimo, um representante na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal.

Comentários:

A Constituição Federal exige que o partido político tenha representante no Congresso Nacional (art. 5º, LXX, "a", CF). Basta, portanto, que ele tenha uma vaga ocupada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, não é necessário ter representante em ambas as Casas. Questão incorreta.

67. (CESPE/TJ-CE – 2014) A todos os cidadãos é gratuita a ação de *habeas data*.

Comentários:

De fato, a Constituição assegura que as ações de *habeas data* são gratuitas (art. 5º, LXXVII, CF). Questão correta.

68. (CESPE / MP-PI - 2012) Caracteriza-se como repressivo o “habeas corpus” impetrado por alguém que se julgue ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários:

Nesse caso, o “habeas corpus” é preventivo, não repressivo. Questão incorreta.

69. (CESPE / MP-PI - 2012) A jurisprudência do STF não admite impetração de “habeas corpus” em favor de pessoa jurídica, ainda que esta figure como ré em ação de crime contra o meio ambiente.

Comentários:

O “habeas corpus”, de fato, não pode ter como paciente pessoa jurídica. Questão correta.

70. (CESPE / TJ-PI - 2012) A legitimidade para impetrar “habeas corpus” pertence apenas à pessoa natural afetada por qualquer medida que restrinja ou ameace restringir a sua liberdade de locomoção.

Comentários:

Tanto a pessoa natural quanto pessoa jurídica pode impetrar “habeas corpus” **a favor de outra** que esteja sendo afetada por medida que restrinja ou ameace restringir sua liberdade de locomoção. Questão incorreta.

71. (CESPE / MP-PI - 2012) Segundo a jurisprudência dominante do STF, é cabível “habeas corpus” contra decisão condenatória à pena de multa.

Comentários:

Pelo contrário! O STF entende que, nesse caso, não há qualquer possibilidade de violação ao direito de locomoção, sendo, por isso, descabido o “habeas corpus”. Questão incorreta.

72. (CESPE / Procurador BACEN - 2013) É possível a desistência de mandado de segurança após a sentença de mérito, ainda que favorável ao impetrante, sem a anuência do impetrado.

Comentários:

A desistência do mandado de segurança é possível a qualquer tempo, mesmo após sentença de mérito favorável ao impetrante. Questão correta.

73. (CESPE / AGU - 2012) De acordo com o entendimento do STF, o estado-membro não dispõe de legitimidade para propor, contra a União, mandado de segurança coletivo em defesa de supostos interesses da população residente na unidade federada.

Comentários:

De fato, o Estado-membro não é, segundo a Corte, legitimado a impetrar mandado de segurança coletivo contra a União, em defesa de sua população. Questão correta.

74. (CESPE / TJ-PI - 2012) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, mas não por partido político, que não possui representação para a defesa de direitos de categorias sociais em particular.

Comentário:

Os *partidos políticos com representação no Congresso Nacional* podem impetrar mandado de segurança coletivo. Questão incorreta.

75. (CESPE / TJ-RR - 2012) O cidadão que esteja impedido de exercer direito individual em razão da ausência de norma regulamentadora poderá valer-se do mandado de injunção.

Comentários:

Versa a Constituição (art. 5º, LXXI) que conceder-se-á mandado de injunção sempre que a **falta de norma regulamentadora** torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Questão correta.

76. (CESPE / TJ-RR - 2012) Considere que Antônio, preso político durante a ditadura, pretenda obter informações de seu interesse constantes de banco de dados de entidade governamental. Considere, ainda, que o pedido de Antônio seja indeferido na esfera administrativa. Nessa situação, Antônio deverá impetrar "habeas corpus" junto ao Poder Judiciário a fim de obter as informações desejadas.

Comentários:

Reza a Constituição que o "*habeas data*" é remédio adequado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público (art. 5º, LXXII). Questão incorreta.

77. (CESPE / BACEN - 2013) Para o cabimento do habeas data, não é necessário que o impetrante comprove prévia recusa do acesso a informações ou de sua retificação.

Comentários:

Como vimos, é necessário, sim, que se comprove a **negativa da autoridade administrativa** em garantir o acesso aos dados relativos ao impetrante. É o que dispõe a Lei 9.507/97 em seu art. 8º, parágrafo único. Questão incorreta.

78. (CESPE / MPOG - 2013) O habeas data, importante ação constitucional, assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, mas veda ao impetrante a retificação desses dados.

Comentários:

O *habeas data* é, sim, ação adequada para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (art. 5º, LXXII, "b", CF). Questão incorreta.

79. (CESPE / TCE-RS - 2013) Para propor ação popular objetivando anular ato lesivo ao patrimônio público, não é necessário que o indivíduo esteja no gozo de direitos que lhe permitam participar da vida política.

Comentários:

Pelo contrário! É necessário, sim, que o indivíduo esteja em pleno gozo de direitos políticos, uma vez que só o **cidadão** pode impetrar ação popular. Questão incorreta.

80. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) Ao constatar que o esgoto produzido em uma edificação que sediava um órgão da administração pública era lançado diretamente no principal rio da cidade, um cidadão local, inconformado com tal situação de descaso com o meio ambiente, decidiu pleitear, pela via judicial, a obtenção de medida que protegesse o meio ambiente da agressão

constatada. Nessa situação hipotética, para requerer a medida protetiva pretendida, o referido cidadão deverá impetrar:

- a) *habeas corpus*.
- b) ação popular.
- c) mandado de segurança coletivo.
- d) *habeas data*.
- e) mandado de injunção.

Comentários:

A ação popular, como vimos, é o instrumento adequado a anular **ato lesivo** ao patrimônio público, à moralidade administrativa, **ao meio ambiente** e ao patrimônio histórico e cultural. A letra B é o gabarito.

81. (CESPE / TJ-RR - 2012) Todas as pessoas físicas ou jurídicas são partes legítimas para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Comentários:

Apenas o cidadão é parte legítima para propor ação popular. Questão incorreta.

82. (CESPE / TJ-RR - 2012) Embora apenas o cidadão tenha legitimidade para o ajuizamento da ação popular, o Ministério Público pode, na hipótese de desistência da ação por parte do autor, promover o respectivo prosseguimento do feito.

Comentários:

De fato, poderá o Ministério Público, nesse caso, ser sucessor do autor da ação popular. Questão correta.

83. (CESPE / TJ-RR - 2012) O direito à duração razoável de processos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo, é um direito fundamental previsto expressamente na CF.

Comentários:

De fato, trata-se de direito fundamental previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. Questão correta.

84. (CESPE / Juiz TRF 2ª Região - 2011) A liberdade de locomoção em tempo de paz, que engloba, em relação ao território nacional, as situações de acesso e ingresso, saída e permanência, assim como a possibilidade de deslocamento, constitui direito absoluto, que não comporta limitações.

Comentários:

A liberdade de locomoção em tempo de paz (art. 5º, XV), que engloba, em relação ao território nacional, as situações de acesso e ingresso, saída e permanência, assim como a possibilidade de deslocamento, não é direito absoluto. Ela poderá sofrer restrições, sendo uma norma constitucional de eficácia contida. Questão incorreta.

85. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Os chamados remédios constitucionais, ou remédios do direito constitucional, constituem em meios à disposição do indivíduo para provocar a atuação das autoridades competentes, com o fim de evitar ou sanar ilegalidade e abuso de poder em prejuízo de direitos e interesses individuais ou coletivos.

Comentários:

Excelente definição de remédios constitucionais! Questão correta.

86. (CESPE / TRE-MT - 2010) O "habeas corpus" pode ser impetrado tanto contra ato emanado do poder público como contra ato de particular, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

Comentários:

Desde que haja lesão ou ameaça de lesão ao direito de locomoção, é cabível o "habeas corpus", seja contra ato do poder público ou de particular. Questão correta.

87. (CESPE / DPE-PI - 2009) O sujeito passivo do "habeas corpus" será a autoridade pública, pois somente ela tem a prerrogativa de restringir a liberdade de locomoção individual em benefício do interesse público ou social, razão pela qual não se admite sua impetração contra ato de particular.

Comentários:

Também o particular pode ser sujeito passivo de "habeas corpus". Questão incorreta.

88. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Caso a sentença penal condenatória emanada de juiz militar imponha pena de exclusão de militar ou de perda de patente, será cabível a utilização do "habeas corpus".

Comentários:

Entende o STF que a imposição da pena acessória de perda da graduação e exclusão do militar dos quadros da Corporação, por não implicar, ainda que de forma indireta, atentado à liberdade de locomoção do paciente, não comporta exame na via estreita do "habeas corpus". Questão incorreta.

89. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Ainda que já extinta a pena privativa de liberdade, é cabível a utilização de "habeas corpus" para pedido de reabilitação de paciente.

Comentários:

O entendimento do STF é o de que, desconstituído o objeto do "habeas corpus", por **julgada extinta a pena em face do seu integral cumprimento, resta prejudicado o pedido**. Isso significa que a extinção da pena torna incabível a utilização do "habeas corpus". Isso porque o "habeas corpus" visa a tutela do direito à locomoção, não se justificando quando esse direito não mais se encontra limitado ou ameaçado. Questão incorreta.

90. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Caso ocorra, ao fim de um processo penal, a fixação de pena de multa em sentença penal condenatória, ficará prejudicada a utilização do "habeas corpus", haja vista a sua destinação exclusiva à tutela do direito de ir e vir.

Comentários:

Segundo o STF, não cabe habeas corpus contra decisão que fixa pena de multa, uma vez que não haverá ofensa à liberdade de locomoção. Questão correta.

91. (CESPE / TJ-PB - 2010) São legitimados para impetrar mandado de segurança a pessoa física, nacional ou estrangeira, e a pessoa jurídica privada, mas não a pública, visto o mandado de

segurança ter como função garantir direito líquido e certo contra ato de autoridade pública.

Comentários:

As pessoas jurídicas de direito público também podem impetrar mandado de segurança. Questão incorreta.

92. (CESPE / TRT 1ª Região - 2010) É cabível a impetração de mandado de segurança contra ato jurisdicional das turmas do STF.

Comentários:

A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de não admitir, salvo em situações excepcionais, mandado de segurança contra as suas próprias decisões jurisdicionais, inclusive as proferidas por qualquer de seus Ministros, uma vez que esses atos só podem ser reformados por via dos recursos admissíveis, ou, em se tratando de julgamento de mérito com trânsito em julgado, por meio de ação rescisória (MS 30836 RJ, 06/10/2011). Questão incorreta.

93. (CESPE / MCT-FINEP - 2009) Será cabível, em qualquer circunstância, manejo de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Comentários:

O mandado de segurança é uma ação residual, sendo cabível apenas quando o direito não for protegido nem por "*habeas corpus*" nem por "*habeas data*". Questão incorreta.

94. (CESPE / TRE-MT - 2010) O mandado de segurança pode ser interposto mesmo contra ato administrativo do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

Comentários:

Pelo contrário! Não cabe mandado de segurança nesses casos (Lei 2016/09, art. 5º, II). Questão incorreta.

95. (CESPE / DPE-PI - 2009) O mandado de segurança pode ser impetrado por pessoas naturais, mas não por pessoas jurídicas, em defesa de direitos individuais.

Comentários:

O mandado de segurança pode ser impetrado tanto por pessoas naturais quanto por pessoas físicas, na defesa de direito líquido e certo. Questão incorreta.

96. (CESPE / OAB - 2010) A ausência de decisão administrativa em prazo razoável não enseja mandado de segurança, pois o Poder Judiciário não pode fixar prazo para decisões do Poder Executivo.

A razoável duração do processo é garantida constitucionalmente (art. 5º, LXXVIII, CF), sendo direito líquido e certo do interessado, no âmbito do processo administrativo. Cabe, portanto, mandado de segurança contra a morosidade da Administração. Questão incorreta.

97. (CESPE / OAB - 2010) Estrangeiro residente no exterior não pode impetrar mandado de segurança no Brasil.

Comentários:

Pode sim! São legitimadas a impetrar mandado de segurança todas as pessoas, físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no Brasil. Questão incorreta.

98. (CESPE / Senado Federal - 2002) O partido político com representação nacional pode impetrar mandado de segurança coletivo contra ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários:

Para ser legitimado a impetrar mandado de segurança coletivo o partido político precisa ter **representação no Congresso Nacional**. Questão incorreta.

99. (CESPE / MPE-SE - 2010) Diferentemente das organizações sindicais, das entidades de classe e das associações, os partidos políticos não têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

Comentários:

Os partidos políticos podem, sim, impetrar mandado de segurança coletivo, desde que tenham representação no Congresso Nacional. Questão incorreta.

100. (CESPE / TRE-MT - 2010) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por pessoas jurídicas, públicas ou privadas, como as organizações sindicais e as entidades de classe legalmente constituídas, mas não por partidos políticos.

Comentários:

Os partidos políticos podem impetrar mandado de segurança coletiva, quando tem representação no Congresso Nacional. Questão incorreta.

101. (CESPE / TRF 5ª Região - 2008) Qualquer partido político pode impetrar mandado de segurança coletivo para proteção de direito líquido e certo.

Comentários:

Para que seja legitimado a impetrar mandado de segurança coletivo, é necessário que o partido político tenha representação no Congresso Nacional. Questão incorreta.

102. (CESPE / Juiz TRT 1ª Região - 2010) De acordo com a CF, o mandado de injunção é remédio destinado a suprir lacuna ou ausência de regulamentação de direito previsto na CF e em norma infraconstitucional.

Comentários:

O STF entende que o mandado de injunção só é cabível para suprir lacuna ou ausência de regulamentação de ***direito previsto na CF***. Não cabe mandado de injunção para suprir regulamentação de norma infraconstitucional. Questão incorreta.

103. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) Segundo a CF, deve ser concedido *habeas data* sempre que a ausência de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Comentários:

O instrumento adequado a sanar a lesividade da omissão do legislador, nesse caso, é o mandado de injunção, não o "habeas data" (art. 5º, LXXI, CF). Questão incorreta.

104. (CESPE / IBRAM - 2009) O STF adota a posição de que o mandado de injunção não tem função concretista, porque não

cabe ao Poder Judiciário conferir disciplina legal ao caso concreto sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.

Comentários:

O STF tem adotado a posição concretista, conferindo ao mandado de injunção o papel de superar, nos casos concretos, as consequências lesivas da inércia do Legislativo. Questão incorreta.

105. (CESPE / TCE-TO - 2009) O STF passou a admitir a adoção de soluções normativas para a decisão judicial como alternativa legítima de tornar a proteção judicial efetiva por meio do mandado de injunção.

Comentários:

De fato, o STF passou a adotar a posição concretista em seus julgados, como forma de dar efetividade à proteção judicial. Questão correta.

106. (CESPE / TRE-MT - 2010) O mandado de injunção tem como objeto o não cumprimento de dever constitucional de legislar que, de alguma forma, afete direitos constitucionalmente assegurados, sendo pacífico, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que ele só é cabível se a omissão tiver caráter absoluto ou total, e não parcial.

Comentários:

O mandado de injunção, segundo o STF, é cabível não só para omissões de caráter absoluto ou total como também para as omissões de caráter parcial. Questão incorreta.

107. (CESPE / Juiz TRF 2ª Região - 2011) Além das pessoas físicas, as pessoas jurídicas, os sindicatos e as associações, assim como o MP, dispõem de legitimidade para impetrar o mandado de injunção.

Comentários:

O mandado de injunção individual, como vimos, pode ser impetrado por qualquer pessoa, física ou jurídica, que se veja impossibilitada de exercer direito constitucional por falta de norma regulamentadora. Já o mandado de injunção coletivo tem como legitimados:

- Partido político com representação no Congresso Nacional;

- Organização sindical ou entidade de classe;
- Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Ainda que consideremos as duas formas de mandado de injunção conjuntamente, **o MP (Ministério Público) não é legitimado** a impetrar mandado de injunção. A questão está incorreta.

108. (CESPE / Juiz TRF 2ª Região - 2011) O "habeas data" pode ser impetrado contra qualquer órgão do Estado, seja ele do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, mas não contra pessoas jurídicas de direito privado.

Comentários:

O "*habeas data*" pode, sim, ser impetrado contra pessoas jurídicas de direito privado, desde que detentoras de dados de caráter público. Questão incorreta.

109. (CESPE / PM-DF - 2010) A CF prevê, entre outras garantias fundamentais, o mandado de injunção como instrumento para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Comentários:

É o "*habeas data*" (e não o mandado de injunção!) o instrumento para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Questão incorreta.

110. (CESPE / TRE-MT - 2009) Segundo a CF, cabe mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Comentários:

O instrumento adequado, nesse caso, é o "*habeas data*". Questão incorreta.

111. (CESPE / Juiz TRT 1ª Região - 2010) Como a garantia constitucional do *habeas data* tem por finalidade disciplinar o direito de acesso a informações constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público

relativo a dados pessoais pertinentes à pessoa do impetrante, a pessoa jurídica não tem legitimidade para o ajuizamento desse tipo de ação.

Comentários:

Tanto a pessoa física quanto a jurídica têm legitimidade para impetrar "*habeas data*". Questão incorreta.

112. (CESPE / MPE-SE - 2010) *Habeas data* é o remédio constitucional adequado para o caso de recusa de fornecimento de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, próprio ou de terceiros, assim como para o caso de recusa de obtenção de informações de interesse particular, coletivo ou geral.

Comentários:

O *habeas data* é remédio constitucional que se destina a garantir o acesso a informações relativas à **pessoa do impetrante**, jamais de terceiros. Questão incorreta.

113. (CESPE / DPF - 2009) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou à de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Comentários:

Não cabe "*habeas data*" para conhecimento de informações relativas a **terceiros**. Questão incorreta.

114. (CESPE / TRE-MT - 2010) O *habeas data* destina-se a assegurar o conhecimento de informações pessoais constantes de registro de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, desde que geridas por servidores do Estado.

Comentários:

Não há necessidade de que as informações constantes do registro de dados sejam geridas por servidores do Estado. Não há tal condição no ordenamento jurídico. Questão incorreta.

115. (CESPE / DETRAN-DF - 2009) Maria protocolou junto ao DETRAN requerimento com a finalidade de conhecer as informações acerca de sua pessoa constantes no banco de dados daquele órgão. O pedido foi negado pelo diretor, com base em

portaria do órgão que proibia o acesso pretendido por Maria, apesar de as informações não serem de uso exclusivo do DETRAN. Para ter acesso às informações, Maria poderá valer-se do mandado de injunção. Essa ação constitucional destina-se a assegurar o acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Comentários:

O instrumento adequado, nesse caso, seria o “*habeas data*”, não o mandado de injunção. Questão incorreta.

116. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Na impetração do *habeas data*, o interesse de agir configura-se diante do binômio utilidade-necessidade dessa ação constitucional, independentemente da apresentação da prova negativa da via administrativa.

Comentários:

A negativa da autoridade administrativa é requisito para a impetração do *habeas data*. Questão incorreta.

117. (CESPE / OAB - 2009) O *habeas data* pode ser impetrado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento na esfera administrativa.

Comentários:

É necessário, sim, que tenha havido prévio requerimento na esfera administrativa. Não havendo tal requerimento, será tido como inexistente o interesse de agir. Esse é o entendimento do STF, que exige o prévio esgotamento da via administrativa para que o “*habeas data*” possa ser impetrado. Questão incorreta.

118. (CESPE / ANATEL - 2009) Qualquer cidadão poderá impetrar *habeas data* no Poder Judiciário para assegurar o conhecimento de informações relativas a sua pessoa disponíveis na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), independentemente de ter formulado o pedido diretamente na agência.

Comentários:

Qualquer **pessoa** poderá impetrar “*habeas data*” no Poder Judiciário, cumpridos os requisitos constitucionais e legais. Um desses requisitos é a prévia negativa administrativa. Questão incorreta.

119. (CESPE / MPS - 2010) A nacionalidade brasileira é condição necessária e suficiente para propor ação popular visando à declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.

Comentários:

A **cidadania** é condição necessária e suficiente para propor ação popular. Questão incorreta.

120. (CESPE / TCE-BA - 2010) A ação popular, que tem como legitimado ativo o cidadão brasileiro nato ou naturalizado, exige, para seu ajuizamento, o prévio esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais ou imorais lesivos ao patrimônio público.

Comentários:

Não há tal exigência para a ação popular. Questão incorreta.

121. (CESPE / TCE-TO - 2009) O mandado de injunção é o remédio constitucional adequado para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Comentários:

É a **ação popular** (não o mandado de injunção) o remédio constitucional adequado para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência. Questão incorreta.

122. (CESPE / MPE-SE - 2010) Se o autor da ação popular dela desistir, o MP poderá, entendendo presentes os devidos requisitos, dar-lhe prosseguimento.

Comentários:

O Ministério Público poderá, nesse caso, atuar como sucessor do autor. Questão correta.

123. (CESPE / TRT 5ª Região - 2008) Para propositura de ação popular, o autor deve demonstrar a plenitude do exercício de seus direitos políticos.

Comentários:

De fato, somente o **cidadão** pode ser autor de ação popular. Questão correta.

124. (CESPE / OAB - 2008) O Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos.

Comentários:

Segundo o art. 5º, LXXIV, da CF/88, "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Essa previsão constitucional visa a garantir a todos o acesso à Justiça. Em concursos, você deve ficar atento ao fato de que a assistência jurídica integral e gratuita **só é devida aos pobres**, aos que **comprovarem insuficiência de recursos**. Questão incorreta.

125. (CESPE / Juiz TRT 23ª Região - 2011) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, ou seja, apenas quando a condenação fizer com que alguém fique preso além do tempo fixado na sentença.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do inciso LXXV do art. 5º da CF/88, segundo o qual o Estado indenizará o **condenado por erro judiciário**, assim como o que **ficar preso além do tempo fixado na sentença**. Questão incorreta.

126. (CESPE / TJ-SC - 2011) É gratuita a certidão de óbito para os reconhecidamente pobres na forma da lei.

Comentários:

Cobra-se, na questão, o inciso LXXVI do art. 5º, segundo o qual são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei o registro civil de nascimento e a certidão de óbito. Questão correta.

127. (CESPE / MPS - 2010) Para aqueles que são, nos termos da lei, reconhecidamente pobres, o Estado deve prover

gratuitamente a certidão do registro civil de nascimento, de casamento e de óbito.

Comentários:

São gratuitos, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, a certidão de óbito e o registro civil de nascimento. O indivíduo, portanto, nasce e morre de graça, se for pobre. No intervalo entre nascimento e morte, paga tributos (risos)... A certidão de casamento não tem o mesmo tratamento constitucional que as de nascimento e óbito. Por isso, a questão é incorreta.

128. (CESPE / MCT – FINEP - 2009) As ações de "habeas corpus" e habeas data são gratuitas.

Comentários:

O enunciado cobra o conhecimento do inciso LXXVII do art. 5º da CF/88, que dispõe que são gratuitas as ações de "*habeas-corpus*" e "*habeas-data*", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. Questão correta.

129. (CESPE / TRE-MT - 2009) O direito à duração razoável do processo, tanto no âmbito judicial quanto no âmbito administrativo, é um direito fundamental previsto expressamente na CF.

Comentários:

Exige-se, aqui, o conhecimento do inciso LXXVIII do art. 5º da CF/88, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, segundo o qual a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a **razoável duração do processo** e os **meios que garantam a celeridade** de sua tramitação. Questão correta.

130. (CESPE / DETRAN-DF - 2009) Entre os direitos fundamentais previstos expressamente na CF está o direito à duração razoável dos processos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo.

Comentários:

Questão correta, com base no art. 5º, LXXVIII, da CF/88.

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Desse comando constitucional, depreende-se que as normas que definem direitos e garantias fundamentais (não só aquelas do art. 5º da CF, mas também as constantes de outros artigos da Constituição) devem ser interpretadas de modo a terem a **maior eficácia possível**, mesmo quando ainda não regulamentadas pelo legislador ordinário. Isso porque, como você percebeu, **vários direitos e garantias** fundamentais estão previstos **em normas de eficácia limitada**, dependendo de regulamentação para a produção de todos os seus efeitos.

§ 2º - *Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.*

Como se deduz do parágrafo acima, os **direitos e garantias fundamentais** previstos na Constituição têm enumeração aberta (**rol exemplificativo**). Pode, portanto, haver outros, decorrentes dos princípios constitucionais ou da assinatura de tratados internacionais pela República Federativa do Brasil.

§ 3º *Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.*

Por meio desse parágrafo, a Constituição determina que alguns tratados e convenções internacionais têm **força de emenda constitucional**, atendidos os requisitos:

- a)** Devem tratar de direitos humanos;
- b)** Devem ter sido aprovados de acordo com o rito próprio das emendas constitucionais: três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação.

E os tratados sobre direitos humanos que não são aprovados por esse rito especial?

Como dissemos anteriormente, caro (a) aluno (a) Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão recente (2008), firmou entendimento de que esses **tratados têm hierarquia supralegal**, situando-se abaixo da Constituição e acima da legislação interna.

§ 4º *O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.*

O Tribunal Penal Internacional constitui-se no primeiro tribunal de **natureza permanente** destinado a **apurar a responsabilidade de indivíduos** por crimes perpetrados contra os direitos humanos, concretizando grande avanço do processo de internacionalização dos direitos humanos e de humanização do direito internacional.



131. (CESPE / TJ-PA - 2002) Considerando o disposto na norma constante do § 1.º do art. 5.º: "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata", é correto afirmar que as normas de direitos fundamentais não estão condicionadas à atuação reguladora do legislador.

Comentários:

De fato, conforme afirma o § 1º do art. 5º da CF/88, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm **aplicação imediata**. Desse comando constitucional, depreende-se que as normas que definem direitos e garantias fundamentais (não só aquelas do art. 5º da CF, mas também as constantes de outros artigos da Constituição) devem ser interpretadas de modo a terem a **maior eficácia possível**, mesmo quando ainda não regulamentadas pelo legislador ordinário.

No entanto, há **vários direitos e garantias fundamentais** previstos em **normas de eficácia limitada**, dependendo de regulamentação para a produção de todos os seus efeitos. Portanto, a questão está incorreta.

132. (CESPE / TRE-MT - 2009) Os direitos e garantias fundamentais estão previstos de forma taxativa na CF.

Comentários:

Vejamos o que determina o § 2º do inciso 5º da CF/88:

§ 2º - *Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.*

Como se deduz do parágrafo acima, os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição têm **enumeração aberta** (rol exemplificativo). Pode, portanto, haver outros, decorrentes dos princípios constitucionais

ou da assinatura de tratados internacionais pela República Federativa do Brasil. Questão incorreta.

133. (CESPE / STM - 2011) Os direitos e as garantias expressos na Constituição Federal de 1988 (CF) excluem outros de caráter constitucional decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, uma vez que a enumeração constante no artigo 5.º da CF é taxativa.

Comentários:

Pelo contrário! Só para fixar, reza o § 2º do inciso 5º da CF/88 que os direitos e garantias expressos na Constituição **não excluem** outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Questão incorreta.

134. (CESPE / MMA - 2009) Os direitos e garantias fundamentais encontram-se destacados exclusivamente no art. 5.º do texto constitucional.

Comentários:

Os direitos e garantias fundamentais encontram-se **dispersos em todo o ordenamento jurídico**, podendo, inclusive, resultar da assinatura de tratados internacionais. Questão incorreta.

135. (CESPE / AUGÉ-MG - 2009) Nosso sistema constitucional estabelece um rol exaustivo de direitos e garantias fundamentais, razão pela qual eles não podem ser ampliados além daqueles constantes do art. 5.º da CF.

Comentários:

Nada disso! O rol estabelecido pela Constituição é apenas **exemplificativo**. Questão incorreta.

136. (CESPE / MPE-RO - 2010) Os tratados de direitos humanos, ainda que aprovados apenas no Senado Federal, em dois turnos e por maioria qualificada, equiparam-se às emendas constitucionais.

Comentários:

Dispõe o § 3º do art. 5º da CF/88 que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, **em cada Casa** do Congresso Nacional, em **dois turnos**, por **três quintos dos**

votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. Questão incorreta.

137. (CESPE / PM-DF - 2010) Se o Congresso Nacional aprovar, em cada uma de suas casas, em dois turnos, por três quintos dos seus votos dos respectivos membros, tratado internacional que verse sobre direitos humanos, esse tratado será equivalente às emendas constitucionais.

Comentários:

Como vimos, a Lei Fundamental dispõe que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. Questão correta.

138. (CESPE / TJ-RR - 2012) Caso o Congresso Nacional aprove, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, tratado internacional sobre direitos humanos, este terá força de normativa equivalente às emendas constitucionais.

Comentários:

É o que determina o § 3º do art. 5º da CF/88. Questão correta.

139. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) O Brasil se submeterá à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação manifestar adesão.

Comentários:

Chegamos ao último parágrafo do art. 5º da Constituição! Veja o que ele determina:

§ 4º *O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.*

O examinador praticamente se limitou a transcrever o texto da CF/88. Questão correta (e fácil, também).

140. (CESPE / TRF 5ª Região - 2008) O Brasil se submete à jurisdição de tribunal penal internacional a cuja criação manifeste adesão.

Comentários:

Questão correta. Não há nem o que comentar!

LISTA DE QUESTÕES

1. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) A CF determina que os crimes de racismo, a prática da tortura e o terrorismo são imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
2. (CESPE/Polícia Federal – 2014) O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.
3. (CESPE/MPE-AC – 2014) A CF admite em situações específicas, como as que envolvam ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, que alguém possa ser julgado por órgão judicial constituído *ex post facto*.
4. (CESPE / FNDE - 2012) A CF assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, não se incluindo entre órgãos públicos, para os fins desse dispositivo, sociedades de economia mista e empresas públicas.
5. (CESPE / PREVIC - 2011) Independentemente do pagamento de taxas, é assegurada a todos, para a defesa e esclarecimento de situações de interesse pessoal e de terceiro, a obtenção de certidões em repartições públicas.
6. (CESPE / Juiz Federal TRF 3ª Região - 2011/) O direito de petição é direito fundamental de caráter universal, assegurado à generalidade das pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, de modo individual ou coletivo, mas não às pessoas jurídicas, que não dispõem de legitimidade para valer-se desse instrumento de defesa de interesses próprios ou de terceiros contra atos ilegais ou praticados com abuso de poder.
7. (CESPE / TRT 1ª Região - 2010) O princípio da inafastabilidade da jurisdição tem aplicação absoluta no sistema jurídico vigente, o qual não contempla a hipótese de ocorrência da denominada jurisdição condicionada.
8. (CESPE / MPU - 2013) A lei regulará a individualização da pena, proibidas, em qualquer situação, a pena de morte, a de caráter perpétuo, a de trabalhos forçados, a de banimento e a cruel.
9. (CESPE / DPE-PI - 2009) Qualquer pessoa, seja física ou jurídica, nacional ou estrangeira, tem legitimidade para exercer o direito de petição, apresentando reclamações a qualquer

autoridade legislativa, executiva ou jurisdicional, contra ilegalidade ou abuso de poder.

10. (CESPE / MPPE-PR - 2008) É assegurada a todos, mediante o pagamento de taxa, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

11. (CESPE / TER-GO - 2009) A CF garante a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, mediante o pagamento das respectivas taxas.

12. (CESPE / INSS - 2008) Em 2007, Lúcio requereu aposentadoria por tempo de serviço perante o INSS por ter atingido a idade mínima exigida para o benefício e 35 anos de contribuição. O INSS indeferiu o requerimento porque não considerou o período trabalhado em XY Comércio Ltda., tempo de serviço reconhecido e anotado na carteira de trabalho de Lúcio por força de sentença trabalhista transitada em julgado. Ante tal indeferimento, o trabalhador solicitou ao INSS cópia do processo administrativo em que constava o indeferimento ou certidão circunstanciada de inteiro teor do processo, mas o servidor que o atendeu recusou-se a lhe fornecer a documentação solicitada. É direito de Lúcio o recebimento da certidão, que deve retratar fielmente os fatos ocorridos no processo de requerimento de aposentadoria.

13. (CESPE / AGU - 2010) A CF assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. Nesse sentido, não sendo atendido o pedido de certidão, por ilegalidade ou abuso de poder, o remédio cabível será o *habeas data*.

14. (CESPE / Juiz TRF 3ª Região - 2011) O texto constitucional determina que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, seja ela proveniente de ação ou omissão de organizações públicas, seja originada de conflitos privados; como corolário do princípio da inafastabilidade do controle judicial, a CF garante, de modo expresso, o direito ao duplo grau de jurisdição em todos os feitos e instâncias.

15. (CESPE / Juiz TRF 3ª Região - 2011) A jurisprudência do STF considera que o princípio do direito adquirido se impõe a leis de direito privado, mas não a leis de ordem pública, pois estas se aplicam de imediato, alcançando os efeitos futuros do ato jurídico perfeito ou da coisa julgada.

- 16. (CESPE / INSS - 2008) O princípio constitucional segundo o qual a lei nova não prejudicará o ato jurídico perfeito não se aplica às normas infraconstitucionais de ordem pública.**
- 17. (CESPE / INSS - 2008) Os servidores públicos de autarquias que promovem intervenção no domínio econômico têm direito adquirido a regime jurídico.**
- 18. (CESPE / TRE-PA - 2007) O servidor público tem direito adquirido ao regime jurídico, sendo defeso alterar as disposições legais existentes no momento do início do exercício do cargo.**
- 19. (CESPE / STM - 2011) A imparcialidade do Poder Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal são garantidas pelo princípio do juiz natural, que é assegurado a todo e qualquer indivíduo, brasileiro e estrangeiro, abrangendo, inclusive, pessoas jurídicas.**
- 20. (CESPE / TRE-MT - 2010) A CF permite que seja constituído tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que causem grande repercussão na localidade em que foram cometidos.**
- 21. (CESPE / MPE-RR - 2008) Os tribunais de exceção são criados em determinadas situações excepcionais, tais como o julgamento de crimes de genocídio.**
- 22. (CESPE / PM-DF - 2010) Em casos de crimes que causem grande comoção nacional, como no caso de genocídio, a CF permite que seja constituído tribunal penal especial para julgá-los.**
- 23. (CESPE / SEAD-SE - 2009) Célio é analista administrativo da Secretaria de Estado da Administração de estado da federação há 5 anos. Em janeiro de 2009, ele foi convocado para integrar o corpo de jurados do tribunal do júri da capital do seu estado. Célio encaminhou expediente ao juiz titular do tribunal, alegando a impossibilidade de participar do corpo de jurados em razão de as votações serem públicas, não havendo sigilo, o que lhe deixaria em uma posição de exposição pessoal na cidade em que reside. Nessa situação, Célio equivocou-se ao encaminhar o expediente ao magistrado, uma vez que a CF assegura o sigilo das votações no tribunal do júri.**
- 24. (CESPE / TRE-BA - 2010) A competência do júri é para julgamento dos crimes contra a vida, sejam eles dolosos ou culposos.**

25. (CESPE / STF - 2008) O julgamento dos crimes dolosos contra a vida é de competência do tribunal do júri, mas a CF não impede que outros crimes sejam igualmente julgados por esse órgão.

26. (CESPE / OAB - 2009) É correto afirmar que a lei penal:

- a) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- b) retroagirá, salvo disposição expressa em contrário.
- c) não retroagirá, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- d) retroagirá, se ainda não houver processo penal instaurado.

27. (CESPE / STJ - 2008) No Brasil, o terrorismo e o racismo são imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

28. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Por força constitucional, são inafiançáveis os crimes de racismo e de tortura.

29. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Respondem pelo crime de tortura tanto as pessoas que a praticam quanto as que, podendo evitá-la, se omitem.

30. (CESPE / OAB - 2007) São inafiançáveis os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os cometidos por grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático. Mas em relação aos crimes hediondos, fica o legislador autorizado a excluir ou não a inafiançabilidade.

31. (CESPE / BRB - 2010) Conforme expressa disposição constitucional, o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins é considerado crime inafiançável e imprescritível.

32. (CESPE / Polícia Civil – PB - 2009) O crime de tortura é afiançável, mas será insuscetível de graça ou anistia ou de liberdade provisória.

33. (CESPE / MPE-RO - 2010) Segundo jurisprudência do STF, é constitucional norma legal que vede a progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos.

34. (CESPE / MPU - 2010) O ordenamento constitucional veda o envio compulsório de brasileiros ao exterior, que caracterizaria a pena de banimento, assim como proíbe a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, que caracterizaria a pena de expulsão.

35. (CESPE / TRE-MA - 2009) Inexiste pena de morte, no Brasil, em qualquer hipótese.

36. (CESPE / TRT 5ª Região - 2008) É proibida a instituição de pena de morte no Brasil por força de mandamento constitucional.

37. (CESPE / OAB –SP - 2009) Segundo a CF, pode ser instituída pena:

- a) de caráter perpétuo.
- b) de trabalhos forçados.
- c) de perda de bens.
- d) de banimento

38. (CESPE / TRT 1ª Região - 2008) Se, em sentença judicial transitada em julgado, José for condenado ao perdimento de bens importados ilegalmente e, durante o curso do processo, ocorrer o falecimento de José, nessa situação, os sucessores dele receberão o patrimônio, já que é pétrea a determinação de que nenhuma pena pode ser estendida aos sucessores do condenado.

39. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) O Estado brasileiro deve assegurar às presidiárias as condições necessárias para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de amamentação.

40. (CESPE/TJ-CE – 2014) A publicidade dos atos processuais é restrita às partes e aos seus advogados.

41. (CESPE/TJ-CE – 2014) Os presos federais não têm direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

42. (CESPE/TJ-CE – 2014) A prisão ilegal só será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária quando decorrente de prova ilícita.

43. (CESPE/MPE-AC – 2014) Em se tratando de crimes de ação pública, o oferecimento da ação penal é de competência privativa do MP, não se admitindo a ação privada, ainda que aquela não seja proposta no prazo legal.

44. (CESPE/MPE-AC – 2014) Consoante o STF, configura expressão do direito de defesa o acesso de advogado, no interesse do representado, aos elementos de prova produzidos por órgão com competência de polícia judiciária, desde que já estejam documentados em procedimento investigativo.

- 45. (CESPE / MPU - 2013) Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico internacional de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.**
- 46. (CESPE / TCE-BA - 2010) A CF prevê que o estrangeiro não pode ser extraditado por crime político ou de opinião.**
- 47. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) A CF prevê que não se concede extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, porém os brasileiros naturalizados podem ser extraditados em caso de crime comum, praticado antes da naturalização.**
- 48. (CESPE / TRT 3ª Região - 2010) A doutrina e a jurisprudência dominantes entendem ser inaplicável a garantia do contraditório e da ampla defesa ao inquérito policial, uma vez que se não tem aqui um processo compreendido como instrumento destinado a decidir litígio.**
- 49. (CESPE/ Juiz TRT 1ª Região - 2010) A CF assegura aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, razão pela qual, no âmbito do processo administrativo disciplinar, é imprescindível a presença de advogado.**
- 50. (CESPE / MPU - 2010) Considerando que os direitos sejam bens e vantagens prescritos no texto constitucional e as garantias sejam os instrumentos que asseguram o exercício de tais direitos, a garantia do contraditório e da ampla defesa ocorre nos processos judiciais de natureza criminal de forma exclusiva.**
- 51. (CESPE/ Polícia Federal - 1997) Imagine que os meios de comunicação hajam realizado ampla cobertura jornalística acerca de Guilherme, cidadão brasileiro suspeito de haver posto um artefato explosivo em um avião de carreira, apontando-o como efetivo responsável pelo ato que causou o pouso forçado da aeronave, com lesões corporais em dezenas de passageiros e duas mortes. Todas as notícias basearam-se nas apaixonadas declarações que Luís, Delegado de Polícia Federal, fez em público, afirmando sua convicção pessoal quanto à culpabilidade de Guilherme, em razão dos indícios de que dispunha até aquele momento. Guilherme, devido ao intenso burburinho que se formou em torno de sua pessoa, entrou em depressão, foi demitido e seus filhos sofreram o repúdio dos colegas de escola. Alguns meses depois, quando a imprensa já deixara de comentar o assunto, o inquérito policial chegou a termo e o delegado responsável, Luís, apontou como verdadeiro culpado no relatório final, Antônio, outro passageiro do avião, que, aliás, confessou o crime. Antônio foi**

denunciado pelo Ministério Público Federal e acabou condenado pelo delito. Tendo em conta a situação acima e as normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais, uma vez que a autoridade policial responsável pela investigação formasse sua íntima convicção acerca da culpabilidade de Guilherme, caberia a este provar a própria inocência.

52. (CESPE / TJ-DF - 2003) De acordo com a teoria dos frutos da árvore envenenada, a prova ilícita originária contamina as demais provas dela decorrentes, sendo todas elas inadmissíveis no processo.

53. (CESPE / AUGÉ-MG - 2009) Admite-se que a lei restrinja a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

54. (CESPE / PM-DF - 2009) O juiz de direito da vara criminal de uma cidade decretou a prisão preventiva de Joel, por este ter praticado tráfico de drogas, crime equiparado a hediondo pela CF. O juiz determinou que a decisão fosse cumprida pela PMDF. O mandado chegou à PMDF às 20 h e foi distribuído à equipe que se encontrava de plantão naquela noite, comandada pelo capitão Oliveira. Imediatamente, os policiais dirigiram-se para a casa do acusado, bateram à porta e perguntaram por Joel, ouvindo de sua esposa que ele não estava. Oliveira determinou uma busca na residência, encontrando Joel escondido debaixo da cama do casal. O capitão informou ao procurado o motivo de sua prisão e que ele teria direito a um advogado. Os familiares de Joel indagaram para onde ele seria levado, tendo o policial respondido que essa informação só seria passada ao advogado do preso no dia seguinte. Em seguida, Joel foi levado para o quartel da PMDF mais próximo. No dia seguinte, o capitão Oliveira encaminhou documento ao juiz criminal com os seguintes dizeres: Exmo. Sr. Juiz. Missão cumprida. O traficante já está preso. Permanecemos à sua disposição.

Os policiais agiram corretamente quanto às informações passadas aos familiares e ao juiz, visto que tinham a obrigação de informar aos familiares apenas o motivo da prisão de Joel e, ao juiz, informar tão somente que a decisão havia sido cumprida conforme determinado. Questões relativas ao local onde Joel estava detido são de ordem meramente administrativa e inexistente necessidade de essa comunicação ser feita ao juiz ou aos familiares.

55. (CESPE / PM-DF - 2009) Os policiais que efetuaram a prisão de Joel têm direito ao anonimato, visando resguardar sua integridade e a de sua família contra possíveis retaliações.

- 56. (CESPE / DPE-AL - 2009) Segundo entendimento do STF, é vedada a utilização de algemas, sob pena de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e do direito fundamental do cidadão de não ser submetido a tratamento desumano ou degradante.**
- 57. (CESPE / Polícia Civil – PB - 2009) O uso ilícito de algemas poderá impor a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e a nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.**
- 58. (CESPE / Polícia Civil – TO - 2008) O preso tem o direito de saber os motivos de sua prisão e a identificação das autoridades ou agentes que a estão efetuando, para que eventuais ilegalidades e abusos sejam apontados.**
- 59. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Enquanto dura a pena de reclusão, ficam suspensos os direitos constitucionais do preso.**
- 60. (CESPE / SEJUS-ES - 2007) Para serem resguardados os agentes policiais e os delegados de polícia contra eventuais retaliações por parte das pessoas que eles prendem, os presos não têm direito à identificação dos responsáveis pela sua prisão.**
- 61. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) Diante dos requisitos legais, o juiz de direito de determinada comarca decretou a prisão preventiva do vereador Galego, suspeito de tráfico de drogas, bem como autorizou a realização de busca e apreensão em sua residência. A polícia, de posse dos mandados judiciais, dirigiu-se até a câmara municipal, não logrando êxito em encontrar o vereador. Às 20 h, a polícia localizou Galego em sua residência. Galego tem o direito constitucional à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.**
- 62. (CESPE / TJ-DF - 2003) Carlos foi preso, acusado de não estar pagando pensão alimentícia devida às suas filhas. Se não houve flagrante, a prisão de Carlos será considerada ilegal.**
- 63. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) A legitimidade ativa do habeas data, destinado a assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante constantes de registros ou banco de dados, está adstrita às pessoas físicas.**
- 64. (CESPE/TJ-CE – 2014) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado sempre que alguém sofrer violência em sua liberdade de locomoção.**
- 65. (CESPE/PM-CE – 2014) No ordenamento jurídico brasileiro, o habeas corpus somente pode ser impetrado na forma repressiva, ou**

seja, somente no caso de alguém efetivamente ter sofrido violência que limite liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

66. (CESPE/MDIC-2014) Terá legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo o partido político que tenha, no mínimo, um representante na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal.

67. (CESPE/TJ-CE – 2014) A todos os cidadãos é gratuita a ação de habeas data.

68. (CESPE / MP-PI - 2012) Caracteriza-se como repressivo o “habeas corpus” impetrado por alguém que se julgue ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

69. (CESPE / MP-PI - 2012) A jurisprudência do STF não admite impetração de “habeas corpus” em favor de pessoa jurídica, ainda que esta figure como ré em ação de crime contra o meio ambiente.

70. (CESPE / TJ-PI - 2012) A legitimidade para impetrar “habeas corpus” pertence apenas à pessoa natural afetada por qualquer medida que restrinja ou ameace restringir a sua liberdade de locomoção.

71. (CESPE / MP-PI - 2012) Segundo a jurisprudência dominante do STF, é cabível “habeas corpus” contra decisão condenatória à pena de multa.

72. (CESPE / Procurador BACEN - 2013) É possível a desistência de mandado de segurança após a sentença de mérito, ainda que favorável ao impetrante, sem a anuência do impetrado.

73. (CESPE / AGU - 2012) De acordo com o entendimento do STF, o estado-membro não dispõe de legitimidade para propor, contra a União, mandado de segurança coletivo em defesa de supostos interesses da população residente na unidade federada.

74. (CESPE / TJ-PI - 2012) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, mas não por partido político, que não possui representação para a defesa de direitos de categorias sociais em particular.

75. (CESPE / TJ-RR - 2012) O cidadão que esteja impedido de exercer direito individual em razão da ausência de norma regulamentadora poderá valer-se do mandado de injunção.

76. (CESPE / TJ-RR - 2012) Considere que Antônio, preso político durante a ditadura, pretenda obter informações de seu interesse constantes de banco de dados de entidade governamental. Considere, ainda, que o pedido de Antônio seja indeferido na esfera administrativa. Nessa situação, Antônio deverá impetrar "habeas corpus" junto ao Poder Judiciário a fim de obter as informações desejadas.

77. (CESPE / BACEN - 2013) Para o cabimento do habeas data, não é necessário que o impetrante comprove prévia recusa do acesso a informações ou de sua retificação.

78. (CESPE / MPOG - 2013) O *habeas data*, importante ação constitucional, assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, mas veda ao impetrante a retificação desses dados.

79. (CESPE / TCE-RS - 2013) Para propor ação popular objetivando anular ato lesivo ao patrimônio público, não é necessário que o indivíduo esteja no gozo de direitos que lhe permitam participar da vida política.

80. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) Ao constatar que o esgoto produzido em uma edificação que sediava um órgão da administração pública era lançado diretamente no principal rio da cidade, um cidadão local, inconformado com tal situação de descaso com o meio ambiente, decidiu pleitear, pela via judicial, a obtenção de medida que protegesse o meio ambiente da agressão constatada. Nessa situação hipotética, para requerer a medida protetiva pretendida, o referido cidadão deverá impetrar:

- a) *habeas corpus*.
- b) ação popular.
- c) mandado de segurança coletivo.
- d) *habeas data*.
- e) mandado de injunção.

81. (CESPE / TJ-RR - 2012) Todas as pessoas físicas ou jurídicas são partes legítimas para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado

participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

82. (CESPE / TJ-RR - 2012) Embora apenas o cidadão tenha legitimidade para o ajuizamento da ação popular, o Ministério Público pode, na hipótese de desistência da ação por parte do autor, promover o respectivo prosseguimento do feito.

83. (CESPE / TJ-RR - 2012) O direito à duração razoável de processos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo, é um direito fundamental previsto expressamente na CF.

84. (CESPE / Juiz TRF 2ª Região - 2011) A liberdade de locomoção em tempo de paz, que engloba, em relação ao território nacional, as situações de acesso e ingresso, saída e permanência, assim como a possibilidade de deslocamento, constitui direito absoluto, que não comporta limitações.

85. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Os chamados remédios constitucionais, ou remédios do direito constitucional, constituem em meios à disposição do indivíduo para provocar a atuação das autoridades competentes, com o fim de evitar ou sanar ilegalidade e abuso de poder em prejuízo de direitos e interesses individuais ou coletivos.

86. (CESPE / TRE-MT - 2010) O "*habeas corpus*" pode ser impetrado tanto contra ato emanado do poder público como contra ato de particular, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

87. (CESPE / DPE-PI - 2009) O sujeito passivo do "*habeas corpus*" será a autoridade pública, pois somente ela tem a prerrogativa de restringir a liberdade de locomoção individual em benefício do interesse público ou social, razão pela qual não se admite sua impetração contra ato de particular.

88. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Caso a sentença penal condenatória emanada de juiz militar imponha pena de exclusão de militar ou de perda de patente, será cabível a utilização do "*habeas corpus*".

89. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Ainda que já extinta a pena privativa de liberdade, é cabível a utilização de "*habeas corpus*" para pedido de reabilitação de paciente.

90. (CESPE / Polícia Federal - 2000) Caso ocorra, ao fim de um processo penal, a fixação de pena de multa em sentença penal

condenatória, ficará prejudicada a utilização do “*habeas corpus*”, haja vista a sua destinação exclusiva à tutela do direito de ir e vir.

91. (CESPE / TJ-PB - 2010) São legitimados para impetrar mandado de segurança a pessoa física, nacional ou estrangeira, e a pessoa jurídica privada, mas não a pública, visto o mandado de segurança ter como função garantir direito líquido e certo contra ato de autoridade pública.

92. (CESPE / TRT 1ª Região - 2010) É cabível a impetração de mandado de segurança contra ato jurisdicional das turmas do STF.

93. (CESPE / MCT-FINEP - 2009) Será cabível, em qualquer circunstância, manejo de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

94. (CESPE / TRE-MT - 2010) O mandado de segurança pode ser interposto mesmo contra ato administrativo do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

95. (CESPE / DPE-PI - 2009) O mandado de segurança pode ser impetrado por pessoas naturais, mas não por pessoas jurídicas, em defesa de direitos individuais.

96. (CESPE / OAB - 2010) A ausência de decisão administrativa em prazo razoável não enseja mandado de segurança, pois o Poder Judiciário não pode fixar prazo para decisões do Poder Executivo.

97. (CESPE / OAB - 2010) Estrangeiro residente no exterior não pode impetrar mandado de segurança no Brasil.

98. (CESPE / Senado Federal - 2002) O partido político com representação nacional pode impetrar mandado de segurança coletivo contra ilegalidade ou abuso de poder.

99. (CESPE / MPE-SE - 2010) Diferentemente das organizações sindicais, das entidades de classe e das associações, os partidos políticos não têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

100. (CESPE / TRE-MT - 2010) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por pessoas jurídicas, públicas ou privadas, como as organizações sindicais e as entidades de classe legalmente constituídas, mas não por partidos políticos.

101. (CESPE / TRF 5ª Região - 2008) Qualquer partido político pode impetrar mandado de segurança coletivo para proteção de direito líquido e certo.

102. (CESPE / Juiz TRT 1ª Região - 2010) De acordo com a CF, o mandado de injunção é remédio destinado a suprir lacuna ou ausência de regulamentação de direito previsto na CF e em norma infraconstitucional.

103. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) Segundo a CF, deve ser concedido *habeas data* sempre que a ausência de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

104. (CESPE / IBRAM - 2009) O STF adota a posição de que o mandado de injunção não tem função concretista, porque não cabe ao Poder Judiciário conferir disciplina legal ao caso concreto sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.

105. (CESPE / TCE-TO - 2009) O STF passou a admitir a adoção de soluções normativas para a decisão judicial como alternativa legítima de tornar a proteção judicial efetiva por meio do mandado de injunção.

106. (CESPE / TRE-MT - 2010) O mandado de injunção tem como objeto o não cumprimento de dever constitucional de legislar que, de alguma forma, afete direitos constitucionalmente assegurados, sendo pacífico, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que ele só é cabível se a omissão tiver caráter absoluto ou total, e não parcial.

107. (CESPE / Juiz TRF 2ª Região - 2011) Além das pessoas físicas, as pessoas jurídicas, os sindicatos e as associações, assim como o MP, dispõem de legitimidade para impetrar o mandado de injunção.

108. (CESPE / Juiz TRF 2ª Região - 2011) O “habeas data” pode ser impetrado contra qualquer órgão do Estado, seja ele do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, mas não contra pessoas jurídicas de direito privado.

109. (CESPE / PM-DF - 2010) A CF prevê, entre outras garantias fundamentais, o mandado de injunção como instrumento para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

110. (CESPE / TRE-MT - 2009) Segundo a CF, cabe mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

111. (CESPE / Juiz TRT 1ª Região - 2010) Como a garantia constitucional do *habeas data* tem por finalidade disciplinar o direito de acesso a informações constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público relativo a dados pessoais pertinentes à pessoa do impetrante, a pessoa jurídica não tem legitimidade para o ajuizamento desse tipo de ação.

112. (CESPE / MPE-SE - 2010) *Habeas data* é o remédio constitucional adequado para o caso de recusa de fornecimento de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, próprio ou de terceiros, assim como para o caso de recusa de obtenção de informações de interesse particular, coletivo ou geral.

113. (CESPE / DPF - 2009) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou à de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

114. (CESPE / TRE-MT - 2010) O *habeas data* destina-se a assegurar o conhecimento de informações pessoais constantes de registro de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, desde que geridas por servidores do Estado.

115. (CESPE / DETRAN-DF - 2009) Maria protocolou junto ao DETRAN requerimento com a finalidade de conhecer as informações acerca de sua pessoa constantes no banco de dados daquele órgão. O pedido foi negado pelo diretor, com base em portaria do órgão que proibia o acesso pretendido por Maria, apesar de as informações não serem de uso exclusivo do DETRAN. Para ter acesso às informações, Maria poderá valer-se do mandado de injunção. Essa ação constitucional destina-se a assegurar o acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

116. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Na impetração do *habeas data*, o interesse de agir configura-se diante do binômio utilidade-necessidade dessa ação constitucional, independentemente da apresentação da prova negativa da via administrativa.

117. (CESPE / OAB - 2009) O habeas data pode ser impetrado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento na esfera administrativa.

118. (CESPE / ANATEL - 2009) Qualquer cidadão poderá impetrar habeas data no Poder Judiciário para assegurar o conhecimento de informações relativas a sua pessoa disponíveis na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), independentemente de ter formulado o pedido diretamente na agência.

119. (CESPE / MPS - 2010) A nacionalidade brasileira é condição necessária e suficiente para propor ação popular visando à declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.

120. (CESPE / TCE-BA - 2010) A ação popular, que tem como legitimado ativo o cidadão brasileiro nato ou naturalizado, exige, para seu ajuizamento, o prévio esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais ou imorais lesivos ao patrimônio público.

121. (CESPE / TCE-TO - 2009) O mandado de injunção é o remédio constitucional adequado para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

122. (CESPE / MPE-SE - 2010) Se o autor da ação popular dela desistir, o MP poderá, entendendo presentes os devidos requisitos, dar-lhe prosseguimento.

123. (CESPE / TRT 5ª Região - 2008) Para propositura de ação popular, o autor deve demonstrar a plenitude do exercício de seus direitos políticos.

124. (CESPE / OAB - 2008) O Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos.

125. (CESPE / Juiz TRT 23ª Região - 2011) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, ou seja, apenas quando a condenação fizer com que alguém fique preso além do tempo fixado na sentença.

126. (CESPE / TJ-SC - 2011) É gratuita a certidão de óbito para os reconhecidamente pobres na forma da lei.

127. (CESPE / MPS - 2010) Para aqueles que são, nos termos da lei, reconhecidamente pobres, o Estado deve prover gratuitamente a certidão do registro civil de nascimento, de casamento e de óbito.

128. (CESPE / MCT – FINEP - 2009) As ações de “habeas corpus” e habeas data são gratuitas.

129. (CESPE / TRE-MT - 2009) O direito à duração razoável do processo, tanto no âmbito judicial quanto no âmbito administrativo, é um direito fundamental previsto expressamente na CF.

130. (CESPE / DETRAN-DF - 2009) Entre os direitos fundamentais previstos expressamente na CF está o direito à duração razoável dos processos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo.

131. (CESPE / TJ-PA - 2002) Considerando o disposto na norma constante do § 1.º do art. 5.º: "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata", é correto afirmar que as normas de direitos fundamentais não estão condicionadas à atuação reguladora do legislador.

132. (CESPE / TRE-MT - 2009) Os direitos e garantias fundamentais estão previstos de forma taxativa na CF.

133. (CESPE / STM - 2011) Os direitos e as garantias expressos na Constituição Federal de 1988 (CF) excluem outros de caráter constitucional decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, uma vez que a enumeração constante no artigo 5.º da CF é taxativa.

134. (CESPE / MMA - 2009) Os direitos e garantias fundamentais encontram-se destacados exclusivamente no art. 5.º do texto constitucional.

135. (CESPE / AUGE-MG - 2009) Nosso sistema constitucional estabelece um rol exaustivo de direitos e garantias fundamentais, razão pela qual eles não podem ser ampliados além daqueles constantes do art. 5.º da CF.

136. (CESPE / MPE-RO - 2010) Os tratados de direitos humanos, ainda que aprovados apenas no Senado Federal, em dois turnos e por maioria qualificada, equiparam-se às emendas constitucionais.

137. (CESPE / PM-DF - 2010) Se o Congresso Nacional aprovar, em cada uma de suas casas, em dois turnos, por três quintos dos seus votos dos respectivos membros, tratado internacional que verse sobre direitos humanos, esse tratado será equivalente às emendas constitucionais.

138. (CESPE / TJ-RR - 2012) Caso o Congresso Nacional aprove, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, tratado internacional sobre direitos humanos, este terá força de normativa equivalente às emendas constitucionais.

139. (CESPE / TRT 17ª Região - 2009) O Brasil se submeterá à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação manifestar adesão.

140. (CESPE / TRF 5ª Região - 2008) O Brasil se submete à jurisdição de tribunal penal internacional a cuja criação manifeste adesão.



1.	INCORRETA
2.	INCORRETA
3.	INCORRETA
4.	INCORRETA
5.	INCORRETA
6.	INCORRETA
7.	INCORRETA
8.	INCORRETA
9.	CORRETA
10.	INCORRETA
11.	INCORRETA
12.	CORRETA
13.	INCORRETA
14.	INCORRETA
15.	INCORRETA
16.	INCORRETA
17.	INCORRETA
18.	INCORRETA
19.	CORRETA
20.	INCORRETA
21.	INCORRETA
22.	INCORRETA
23.	CORRETA
24.	INCORRETA
25.	CORRETA
26.	LETRA A
27.	INCORRETA
28.	CORRETA
29.	CORRETA
30.	INCORRETA
31.	INCORRETA
32.	INCORRETA
33.	INCORRETA
34.	INCORRETA
35.	INCORRETA

36.	INCORRETA
37.	LETRA C
38.	INCORRETA
39.	CORRETA
40.	INCORRETA
41.	INCORRETA
42.	INCORRETA
43.	INCORRETA
44.	CORRETA
45.	INCORRETA
46.	CORRETA
47.	CORRETA
48.	CORRETA
49.	INCORRETA
50.	INCORRETA
51.	INCORRETA
52.	CORRETA
53.	CORRETA
54.	INCORRETA
55.	INCORRETA
56.	INCORRETA
57.	CORRETA
58.	CORRETA
59.	INCORRETA
60.	INCORRETA
61.	CORRETA
62.	INCORRETA
63.	INCORRETA
64.	INCORRETA
65.	INCORRETA
66.	INCORRETA
67.	CORRETA
68.	INCORRETA
69.	CORRETA
70.	INCORRETA
71.	INCORRETA
72.	CORRETA
73.	CORRETA
74.	INCORRETA
75.	CORRETA
76.	INCORRETA
77.	INCORRETA
78.	INCORRETA
79.	INCORRETA

80.	LETRA B
81.	INCORRETA
82.	CORRETA
83.	CORRETA
84.	INCORRETA
85.	CORRETA
86.	CORRETA
87.	INCORRETA
88.	INCORRETA
89.	INCORRETA
90.	CORRETA
91.	INCORRETA
92.	INCORRETA
93.	INCORRETA
94.	INCORRETA
95.	INCORRETA
96.	INCORRETA
97.	INCORRETA
98.	INCORRETA
99.	INCORRETA
100.	INCORRETA
101.	INCORRETA
102.	INCORRETA
103.	INCORRETA
104.	INCORRETA
105.	CORRETA
106.	INCORRETA
107.	INCORRETA
108.	INCORRETA
109.	INCORRETA
110.	INCORRETA
111.	INCORRETA
112.	INCORRETA
113.	INCORRETA
114.	INCORRETA
115.	INCORRETA
116.	INCORRETA
117.	INCORRETA
118.	INCORRETA
119.	INCORRETA
120.	INCORRETA
121.	INCORRETA
122.	CORRETA
123.	CORRETA

124.	INCORRETA
125.	INCORRETA
126.	CORRETA
127.	INCORRETA
128.	CORRETA
129.	CORRETA
130.	CORRETA
131.	INCORRETA
132.	INCORRETA
133.	INCORRETA
134.	INCORRETA
135.	INCORRETA
136.	INCORRETA
137.	CORRETA
138.	CORRETA
139.	CORRETA
140.	CORRETA